

Lia Faria



IDEOLOGIA E UTOPIA NOS ANOS 60 UM OLHAR FEMININO



IDEOLOGIA E UTOPIA NOS ANOS 60
UM OLHAR FEMININO

Lia Faria



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor Antônio Celso Alves Pereira

Vice-reitora Nilcéa Freire



EDITORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

Conselho Editorial

Elon Lages Lima

Gerd Bornheim

Ivo Barbieri (*Presidente*)

Jorge Zahar

Leandro Konder

Pedro Luiz Pereira de Souza

IDEOLOGIA E UTOPIA NOS ANOS 60
UM OLHAR FEMININO

Lia Faria



Rio de Janeiro 1997



EdUERJ

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua São Francisco Xavier 524 - bloco F - sala T-126

Maracanã - 20550-013 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (021) 587.7788 / 587.7789 Fax.: (021) 284.5088

Produção Renato Casimiro e Rosania Rolins
Projeto Gráfico, Editoração e Capa Heloisa Fortes
Revisão Francisco Inácio Bastos e Jeaneth Medeiros
Apoio Administrativo Maria Fátima de Mattos

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / SISBI / SERPROT

| | | |
|------|--|---------|
| F224 | Faria, Lia Ideologia e utopia nos anos 60: um olhar feminino / Lia Faria. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997. 176p.:il. Bibliografia. ISBN 85-85881-29-1 1. Mulheres - Condições sociais. I. Título. | CDU 396 |
|------|--|---------|

Copyright © 1997 by EdUERJ

Todos os direitos desta edição reservados à Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, ou de parte do mesmo, sob quaisquer meios, sem a autorização expressa da Editora.

Fotos: Agência do Jornal do Brasil (AJB)

Dedicatória

Aos meus pais, certeza que apontaram caminhos.
A Roberto, amor e cumplicidade nas incertezas e
descaminhos.

A meus filhos e netos, lição cotidiana de esperança
e Fé na Vida.

Agradecimentos

Aos professores/as que formaram essa geração
no feminino

Maria Felisberta Batista de Trindade

Maria Iêda Linhares

Nilda Teves

e no masculino (*in memoriam*)

Darcy Ribeiro

Manoel Maurício de Albuquerque

Paulo Freire

Epígrafe

Para viver um grande amor, preciso é muita concentração e muito siso, muita seriedade e pouco riso – para viver um grande amor.

Para viver um grande amor, mister é ser um homem de uma só mulher; pois ser de muitas, poxa! é de colher... – não tem nenhum valor.

Para viver um grande amor, primeiro é preciso sagrar-se cavalheiro e ser de sua dama por inteiro – seja lá como for. Há que fazer do corpo uma morada onde closure-se a mulher amada e postar-se de fora com uma espada – para viver um grande amor.

Sumário

| | |
|---|-----|
| Apresentação | 1 |
| Prefácio | 13 |
| Política é Coisa de Homem? | 16 |
| As Tribos dos Anos 60 Ainda não Morreram | 20 |
| Quando o Mito se Torna Ilusão | 27 |
| Guerrilheiras do Araguaia ou Donas de Casa? | 30 |
| Laboratório de Experiências Norte-Americanas | 35 |
| Mulher: Aparelho de Reprodução | 41 |
| Flores Vencendo os Canhões | 47 |
| Psicanálise, Mito e Caminho | 53 |
| Mito, Ideologia e Utopia | 56 |
| Elas Amavam os Beatles e os Rolling Stones | 59 |
| Construindo Ilusões e Mitos | 64 |
| A Mulher da Janela X As Mães da Praça de Maio | 66 |
| O Mundo que Carolina, Coitada, não Viu | 68 |
| Miss, Status e Chance de Marido Rico | 85 |
| Você é a Favor do Trabalho Feminino Fora do Lar? | 89 |
| Da Era da Palmatória à Era da Indulgência | 97 |
| Maconha, Sedutora de Jovens, Intelectuais e Artistas | 101 |
| A Barriga Nua de Leila Diniz e a Comportada Regina Duarte | 105 |
| Tome Livros e Tome Livros | 114 |
| Mãe Prendada e Silenciosa, Pai Boêmio e Exuberante | 119 |
| Escola, Símbolo de Entrada em um Mundo Melhor | 124 |
| Para os Melhores, Medalhas; Para os Piores, Turmas Especiais | 130 |
| Trabalho, Dever, Compromisso. Sexo? | 136 |
| Política, uma Religião, uma Febre | 149 |
| Das Aldeias Indígenas à Navegação Via Internet | 156 |
| Começemos pela Escola | 161 |
| Referências Bibliográficas | 169 |



*Apresentação**

Darcy Ribeiro

Eu tinha examinado e conheço a tese de mestrado de Lia. Como essa mulher cresceu! E como é que ela encontrou espaço e tempo para crescer? Lia mãe; Lia avó; Lia professora; Lia andando mundo afora; em Paris, Portugal; Lia que virou líder das professoras socialistas desse mundo. Lia fez tudo e Lia cresce e Lia estuda e Lia escreve cada vez mais claramente.

Outra coisa de que gostei muito foi a capacidade que Lia teve, durante a vida inteira mas expressa na tese também, de curtir a música popular e ler a sabedoria que está nela. De fato a poesia expressa na música popular é de uma profundidade tremenda. Os nossos livros saem com três ou 30 mil exemplares. Os discos saem com um milhão e expressam popularidade. Lia toma com fonte de saber, como expressão, como retrato de nosso ser, do nosso povo, essas falas cantadas de grande beleza (...).

O tema de Lia: o imaginário da mulher dos anos 60 fundou a autodefinição da mulher dos anos 90. Eu acho que esse raciocínio é de uma grande profundidade e de uma grande beleza. Aquela década de 60 é uma década, alguém disse, irrepetível. A humildade se refez na década de 60. Os acontecimentos são tão prodigiosos ali que, de fato, a mulher foi reinventada, todos nós fomos reinventados. Mas como a mulher estava mais atrelada ao passado, a mulher era mais neta do que avó, ela foi mais vulnerável, mais dilacerada pela década de 60.

Década em que se dá uma coisa estranha, que é a fenda histórica. Raramente se abre. A história é uma coisa sobre a qual se lê, mas em momentos raros a história abre sua barriga e a gente vê suas vísceras. Aquele era um momento em que a gente sentia que o mundo era para passar a limpo, que o mundo era para passar outra vez, que o mundo não estava contente com o que mundo era. Essa abertura, essa fenda histórica é uma coisa incrível que aconteceu claramente naquela década. (...) o meu sentimento era de que o mundo estava aí para ser refeito, que nós podíamos refazer as instituições, que tudo estava aí para ser reinventado.

Lia, eu aprendi muito, como sempre, com você. Dessa vez eu aprendi mais. Obrigado.

**Texto localizado na orelha do livro originalmente impresso.*

Tímido Prefácio

Darcy Ribeiro

Afinal temos em mãos uma tese de doutorado boa de ler. Para isto foi refeita, domesticada, esconderam-se os andaimes metodológicos para deixar ver o prédio.

É leitura boa. Parecida com a autora, nossa Lia Faria: agitada, questionante, inquietante. Também pudera! Não é mais que um mergulho nela mesma, nos pensamentos que teve, nas dores que sofreu, nos sonhos que sonhou quando mocinha. Ela e todas as moças que viveram a glória e o drama das mudanças sociais mais profundas que o outro gênero viveu nos anos 60. A geração da pílula, do emprego fora de casa, do livre orgasmo, sempre buscando.

Tudo isso muito significativo para a mulher instruída de classe média para cima. Muito menos para a mulher das classes populares, que sempre trabalhou, que é, na maior parte dos casos, a chefe da família matricêntrica que temos e que ainda está construindo sua consciência de si mesma. Seu papel social, mais perseguida que ajudada pela economia do desemprego, pela política da demagogia, pela religiosidade fanática e pelas duras perseguições que recaem sobre a mulher negra e pobre.

Lia apelou tanto quanto pôde para os filósofos, mas tirou pouco leite deles. O que aprendeu mesmo foi subjetivamente, se analisando e mergulhando na história de vida de suas companheiras de geração, no empreendimento coletivo de aprender a ser a nova mulher, enfrentando os machismos dos homens e os delas mesmas.

Uma confissão de Lia me comoveu muito. Ela, professora a vida inteira e professora dedicada, nos dá

uma boa página da alienação feminina, particularmente da tia-professora, pré-domesticada pelo pai e pelo marido e superdomesticada pelo sistema. Resulta de tudo isso a dor de se reconhecer o magistério, quase exclusivamente feminino, como uma poderosa força domesticadora e alienadora sobre as novas gerações. É bonito ver Lia brigando para sair desta jaula, que fabricou no passado a sinhá-moça e a tia-professorinha. É bonito ver Lia abrindo espaço para a nova mulher, consciente e militante.

É bom mergulhar nesse imaginário da Lia e das mulheres que ela ouviu, bem como de tudo que extraiu dessa quantidade de revistas femininas que rodam pelas bancas, querendo ensinar a mulher a ser mulher contente de si mesma.

Aprendi muito examinando a tese e relendo o livro, sob o eco dos Beatles, que neles ressoa, junto com os clamores do Movimento Hippie, que redescobre a natureza. Com a consciência afinal alcançada de que o mundo precisa mesmo é de paz e amor.

Faça amor, não faça a guerra.

Recusando-se a adotar o ideal de seus pais, que bombardeava o Vietnã, os hippies americanos dos anos sessenta tentaram reencontrar a vida do bom selvagem. Um pouco como os índios das descrições de Sepúlveda, eles queriam dispensar o dinheiro, esquecer os livros e a escrita, dar provas de indiferença em relação às roupas, e renunciar ao uso das máquinas, para fazerem tudo com suas próprias mãos. Mas essas comunidades estavam evidentemente fadadas ao fracasso, já que aplicavam esses traços 'primitivos' sobre uma mentalidade individualista perfeitamente moderna. O Club Méditerranée permite viver esse mergulho no mundo primitivo (ausência de dinheiro, de livros e, eventualmente, de roupas) sem colocar em questão a continuidade da vida de 'civilizado'; a volta ao passado é impossível. Sabemos que não queremos mais a moral (a amoral) do 'tudo é permitido', pois já sentimos as suas conseqüências; mas é preciso encontrar novas proibições, ou uma nova motivação para as velhas, para que possamos perceber-lhes o sentido.

(Tzvetan Todorov)

Política é Coisa de Homem?



A década de 60 foi bastante marcante para nossa sociedade por ter sido o momento de consolidação dos valores que têm a mulher como protagonista. É a partir de nosso inventário como educadora/professora de História que lançamos nossos olhares femininos sobre ideologias e utopias que povoaram este imaginário social e político das mulheres universitárias do Grande Rio. Nossa preocupação foi trilhar e farejar memórias e sentidos que ficaram nesses caminhos e descaminhos dos anos 60, entre flores e canhões.

As mulheres trabalhadoras não identificam o masculino e o feminino como criações culturais, a partir das quais a política, o sistema jurídico, a religião, a vida intelectual e artística se impõem como construções de cultura predominantemente masculina. *Aprendemos* a ser homens e mulheres e a aceitar como naturais as relações de poder entre os sexos. Até há pouco tempo, por exemplo, acreditava-se que política era atividade exclusiva de homens. Mas, se o discurso e a prática válidos têm sido os do homem enquanto parte deste humano construído historicamente, não se pode perder de vista o humano em geral, devido ao risco de incorrer em um machismo feminino. Um mundo mais justo só será construído com a participação ativa das mulheres.

A preocupação com este genérico humano suaplanta em alguns momentos, nos anos 60, a mera discussão política entre capitalistas e socialistas, uma vez que a opressão à mulher e sua tentativa de libertação se processavam em ambos os regimes. À época, surge um movimento de rebeldia que deu origem às lideranças femininas. Esse *eu* feminino em expansão, típico da geração

Sagitário (que, como esta figura do zodíaco, aspira ultrapassar seus próprios limites), instaura novos valores participativos.

Mas, para identificar o imaginário feminino dos anos 60 e suas representações, precisamos refletir não só sobre o significado das ideologias, como também sobre o das utopias, que nos servirão de bilhete de entrada para o século XXI. Estas são as nossas flechas naqueles anos.

Dois pressupostos básicos impõem-se nesta reflexão: o de que os anos 60 significaram uma época de efervescência política que apontou para mudanças sociais, econômicas e culturais e o de que as mulheres da classe dominante, na sua maioria brancas, foram as que se apropriaram mais rapidamente da informação, porque chegaram à universidade, tendo garantido o direito ao saber e ao conhecimento, direito esse não socializado, praticamente, até hoje, às mulheres das classes populares. Esse acesso privilegiado se estende à comunicação, como um todo, considerando que são também essas mulheres das classes sociais mais elevadas que adquirem os primeiros aparelhos de televisão.

Considerando que a maioria das mulheres universitárias do Grande Rio, nos anos 60, é oriunda dos diversos estratos da classe média – classe social bastante afetada pela propaganda dos valores consumistas veiculados pelos meios de comunicação – torna-se muito provável que muitas delas sejam também vítimas e cúmplices desse processo de alienação passiva.

Um primeiro passo para quem deseja contribuir para a transformação desta sociedade é repensar o imaginário social e os sentidos que nele circulam. Hoje algumas mulheres de nosso país buscam conhecer, por diferentes caminhos, o processo de sua alienação e tudo aquilo

que contribuiu para sua passividade, a fim de melhor entendê-las, superá-las e poder construir suas próprias vozes, numa pluralidade de sentidos que contemple, de fato, as diversas subjetividades femininas, negando, assim, um único modelo de modo de ser feminino.

Ainda é grande, infelizmente, o número daquelas que, na qualidade de diretoras de escola e líderes sindicais, assumem, nas relações cotidianas de poder, o discurso do Outro, ou seja, de um modelo construído pelos homens. Temos de lembrar, no entanto, que, como as mulheres tiveram pouca cultura do exercício do poder, toda a história de opressão e autoritarismo do gênero humano veio se constituindo enquanto um poder masculino, e do masculino sobre o feminino.

Insistimos nesta questão porque o fato é que a escola só se transformará se os agentes do processo educacional, especialmente a professora, se assumirem enquanto sujeitos históricos. Assim, as professoras teriam de compreender melhor as condições simbólicas e imaginárias que as produzem em cada sociedade.

A presença petrificada da mulher na história social brasileira, como mucama, sinhá-moça, escrava ou professorinha, aponta possibilidades de mudança no horizonte de construção de uma nova mulher, sujeito de sua própria história, profissional competente e militante política. A nova professora deixará de ser apenas a *tia* ou a *professorinha* para assumir papel de cidadã.

A alienação feminina contribui, muitas vezes, para o fortalecimento do papel reprodutor da educação pois, sendo o magistério majoritariamente feminino, a professora leva sua própria submissão histórica para as salas de aula. São marcantes a resistência e o conservadorismo de parte de alguns segmentos de nossa categoria às propostas de mudança.

Para reverter essa situação e chegar à transformação da escola, é preciso dar mais importância ao processo de formação do professor, compreendendo melhor a especificidade feminina desta profissão. Essa construção feminina, enquanto sujeito histórico, não pode ser em oposição aos homens, mas em parceria com eles, apontando também para uma nova relação homem-mulher. Mais do que questionar comportamentos e valores, essa mudança atingiria nossa própria identidade, nossa natureza de mulher e de homem.

Aparentemente, é possível identificar traços de modificações nestas novas mulheres dos anos 90 investigando a geração dos anos 60 e sua transição ao longo desses 30 anos, mas será que já existe hoje, de fato, uma nova mulher, tão diferente de nossas mães e avós? Quem somos nós, mulheres desta geração?

Um novo papel social da mulher exigiria uma mudança correspondente no papel social do homem, uma vez que o papel de cada ator social é desempenhado considerando-se as relações de interação com o Outro. Ainda bem recentemente, o casamento modificava a condição civil e social da mulher, exigindo a adoção do nome da família do marido. Hoje a lei permite a cada um dos cônjuges usar o seu próprio sobrenome. Essa nova atitude é uma forma de resistência das mulheres para manter sua própria identidade, já que o sobrenome faz parte integrante da personalidade de um indivíduo.

Assim, a instituição do casamento vem perdendo seus significados tradicionais, principalmente a partir da década de 60, o que nos faz pensar que a sociedade não se identifica necessariamente com o modo de organização patriarcal. Desta forma, para as sociedades ocidentais, os fundamentos do patriarcado se revelam, ao mesmo tempo, relativizados tanto do ponto de vista

espacial quanto temporal, não podendo mais pretender ao título de sistema social e familiar universal.

Nesta tentativa de reconstrução dos diversos papéis sociais exercidos pelo homem e pela mulher, torna-se importante analisar a evolução do papel do casamento. Engels já qualificara o aparecimento da família patriarcal como a grande derrota do sexo feminino. Hoje alguns pensadores consideram as atuais mudanças como a grande derrota histórica do sexo masculino.

Através das crenças e utopias femininas, identificamos como se organizava a percepção do mundo, dentro dos limites do que era possível pensar essa geração sagitariana nos anos 60. Ao sair da esfera meramente privada da família e ingressar na esfera pública – através da escolarização, do trabalho ou da militância política, no caso estudantil –, a mulher tem possibilidades de superar não só a alienação particular da sociedade capitalista, mas também a que lhe é imposta pela tradicional e histórica condição feminina.

As Tribos dos Anos 60 Ainda não Morreram

Algumas idéias que nortearam o comportamento político-social da juventude universitária dos anos 60 são as do nacional-desenvolvimentismo, de paz e amor, de uma juventude revolucionária e quase profética, da dicotomia esquerda-direita, da contracultura, da igualdade de direitos para negros e mulheres e da liberdade sexual. Do ponto de vista da luta pela hegemonia política no cenário internacional, os Estados Unidos e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas continuaram, na dé-

cada de 60, a efetivar medidas para ampliar suas áreas de influência no mundo, quase sempre intensificando suas ações militares em vários países. A representação de guerra consolidava-se como um enorme pesadelo para a humanidade.

No plano da competição estimulada pela Guerra Fria, a década registra os mais espetaculares feitos relacionados à corrida espacial: em 1961, o russo Yuri Gagarin pilota a nave espacial Sputnik e afirma que a terra é azul; em 1969, os Estados Unidos colocam no espaço a nave Apolo 11, e, pela primeira vez, dois de seus três tripulantes pisam o solo da lua.

Nos Estados Unidos, os primeiros anos da década de 60 mostram um quadro de euforia e decepção. John F. Kennedy apresentava-se ao mundo como um governante democrático capaz de resgatar tranqüilidade e trazer melhorias sociais aos setores da classe média do país. O modelo de uma família feliz, com a esposa elegante e presente, expresso na figura da bela Jacqueline Kennedy, era exportado para o mundo como o ideal de família americana. O modelo de casal feliz John-Jackie começa a ser desfeito após a morte trágica, em 1963, do presidente, cuja vida amorosa é trazida a público pela imprensa que registra, entre outros, seu romance com a atriz Marilyn Monroe, morta em 1962, por ingestão de barbitúricos.

Enquanto isso, espelhado no modelo cubano e baseado na teoria revolucionária do foquismo, o movimento socialista crescia, apontando este regime como o único possível para a salvação latino-americana. Che Guevara, um dos líderes da revolução cubana, foi o principal nome do pensamento e da ação socialista na América, simbolizando, para milhares de jovens latino-americanos, o sonho da transformação, da mudança para uma sociedade mais justa. A idéia de criação de focos de guerrilhas por toda

a América Latina povoou corações e mentes de significativos setores desta sociedade. A reação repressiva, e em certos casos violenta, por parte das elites locais em parceria com as forças do Pentágono americano, logo se fez sentir, principalmente na segunda metade da década. O combate ao movimento guerrilheiro, a implantação da tortura, a questão da segurança nacional e o apoio aos regimes militares fazem parte da estratégia dos Estados Unidos e se tornam elementos de uma realidade bastante concreta na América Latina, nos fins dos anos sessenta.

Apesar de todo esse contexto de contradições entre Estados Unidos, União Soviética e América Latina, a juventude da época estava grávida de sonhos. Certamente nunca se sonhou tanto. Diante do quadro de misérias, injustiças sociais, violências e guerras intermináveis, os jovens protestam, lutam, sonham com um mundo melhor, independentemente do sistema, capitalista ou socialista.

O início dessa explosão jovem, principalmente depois de 1962, dá-se com o advento do grupo inglês The Beatles, da cidade de Liverpool, desencadeando em todo o mundo grandes manifestações da juventude, coalhadas de irreverências e de novas formas de comportamento. Inicialmente induzindo a mudanças profundas no comportamento em geral e musical em particular, os Beatles tornaram-se fenômeno mundial. Mais tarde, a partir de meados da década, os moços do quarteto britânico aparecerão como verdadeiros gurus da juventude mundial. John Lennon, Paul McCartney, George Harrison e Ringo Star apontarão para a construção de um mundo novo e, individualmente, expressarão tendências diversas para a criação desse mundo.

Hoje, 30 anos depois, os sucessos dos Beatles estão sendo relançados e muito disputados, o que nos dá pistas no sentido de perceber que algumas daquelas tribos

dos anos 60 não só permanecem como atraem novos adeptos com mensagens que ainda não morreram.

Esse movimento gregário, quase espontâneo em alguns momentos, mobilizou milhares de jovens do mundo inteiro. Enquanto grupo social, os jovens representaram naquela década o que representam as mulheres nos anos 90. O fato é que os grandes temas que apareciam no contexto dos anos 60, tendo como pano de fundo os ideais libertários e de um mundo mais justo, estão presentes também hoje nos discursos das mulheres. E quais foram eles?

Em primeiro lugar, a questão da crise da sociedade industrial-urbana e a necessidade de um retorno e maior respeito à natureza. O movimento *hippie* é a grande expressão dessa concepção de amor à natureza. Estão presentes também as idéias de combate às guerras e a luta pela paz no mundo. Expressões como *Paz e Amor* e *Faça Amor, não faça a Guerra* se disseminam cada vez mais entre os jovens. No campo artístico, alguns espetáculos são montados, como o Festival de Woodstock, nos Estados Unidos, e a peça teatral "*Hair*", associando sempre o ideal de paz e amor à natureza.

No final da década, grupos jovens naturalistas passaram a utilizar, cada vez mais, drogas como a maconha e posteriormente o LSD. As mortes do guitarrista Jimi Hendrix e da cantora Janis Joplin, ambos por ingestão de doses violentas de drogas, apontam um futuro menos colorido para a juventude dos fins dos anos 60. Como eles, os jovens da época acreditavam que deveriam e poderiam mudar o mundo, transformando-o completamente, mas um certo romantismo ingênuo dominava suas idéias de luta e revolução. Um dos principais mitos dessa geração, Che Guevara, tornou-se conhecido através da afirmação de que "*Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura*

jamás”; expressão que denota um imaginário fraterno e impregnado de utopias. O ideal revolucionário dessa época veio cercado da poesia e da música e um bom exemplo disso é outro líder revolucionário da época, Samora Machel, que na luta pela libertação da África dizia: “Não haverá revolução sem música”. É importante notar que, em todo esse processo, as principais lideranças e mitos são masculinos, cabendo às mulheres um papel secundário na construção dessas utopias que movimentaram os anos 60.

O segundo grande tema, que hoje ocupa lugar expressivo em todo o processo de emancipação humana, é a questão da mulher e da opressão feminina perpetrada pelos homens ao longo da história de uma sociedade machista.

O preconceito de gênero permanece inclusive na Rússia e na China comunistas na maioria de suas principais lideranças, que, até a chegada ao poder, colocavam na pauta das prioridades político-sociais a libertação feminina e, incoerentemente, após a revolução, relegaram as questões específicas das mulheres a um segundo plano, por considerarem que as revoluções sempre tinham tarefas mais urgentes e prioritárias.

Tais questões transcendem o simples confronto dos regimes políticos, capitalista ou socialista. A luta pelos direitos da mulher, o combate ao machismo, a questão do amor livre, a luta pela igualdade de direitos, enfim, o movimento feminista aparecem, tendo na norte-americana Betty Friedman seu grande expoente. Assim, os anos 60 são também a década da luta pela emancipação feminina, a época em que a mulher começa a sair de uma vida eminentemente privada, doméstica, para conquistar espaços na vida pública.

Nessa década, as mulheres dão início a seu processo de profissionalização. São principalmente as das clas-

ses médias que vão à luta por seus direitos, já que para as mulheres das classes populares esse processo se torna muito mais difícil, uma vez que elas enfrentam duas opressões – de gênero e de classe – quando não também a de raça, no caso da mulher negra.

A luta pela emancipação da mulher passava pela questão do corpo, do conhecimento e da beleza. Como conseqüência, surge a nova moda da minissaia, a ausência do sutiã e, de forma mais profunda, as discussões sobre o amor livre. Assim, as representações de um novo modo de ser das mulheres começam a surgir nos anos 60.

A época marca a luta contra o racismo e o surgimento do movimento negro, cuja principal expressão é a norte-americana Angela Davis, líder do movimento dos Panteras Negras. As lutas contra o preconceito racial e por uma democracia racial no mundo se aliam às idéias afirmativas da beleza da cultura negra, e discussões sobre a negritude fazem aparecer no cenário intelectual figuras como J. Carmichael, Leopold Senghor, Patrice Lumumba, Franz Fanon, Paul Memmy e outros. Associa-se a instituição da cultura racista à existência do colonialismo ocidental. Desse modo, a luta contra o racismo é também vinculada à luta contra a exploração colonial.

Como outros movimentos da juventude, o movimento negro nos Estados Unidos foi muito significativo e apontava para a necessidade da organização civil como pré-requisito para a construção da cidadania. Um exemplo disso são os hispânicos nos Estados Unidos, que nos anos 70/80 aprendem a lutar por seus interesses, inspirados na luta pelos direitos civis dos negros. Mas o ideário que unia a todos – negros, jovens e mulheres – era inegavelmente o apelo pela paz. A idéia mítica de paz e amor que se contrapunha às guerras surgiu no fim da 2ª Guerra Mundial. O clima de pavor gerado a partir das bombas atômicas

em Hiroshima e Nagasaki, em meados de 1945, constituiu-se num fantasma, presença constante na vida das pessoas, e a Guerra Fria, instalada a partir de 1947, criou a instabilidade emocional em torno da constante tensão gerada pela disputa entre os Estados Unidos e a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Esse clima de insegurança estimulou, na década de 60, o movimento jovem em defesa da paz e do amor que, em contraposição ao clima de beligerância instalado pelas potências dominantes, clamava por um mundo de paz e tranqüilidade. O amor e a fraternidade deveriam sobrepujar os instintos belicosos e o mote *Faça Amor, não faça a Guerra* é cada vez mais cantado por jovens de vários cantos do mundo. A juventude passa a ocupar, assim, no pós-guerra e na passagem dos anos 50 para os anos 60, um papel social predominante, com fortes características antibelicistas. Por outro lado, o que surgia como novo era justamente a consciência ecológica, que a partir dos anos 70 ganharia maior espaço nas discussões pela democracia e pela cidadania.

A criação cultural e o movimento das artes foram determinantes na formação dessa juventude dos anos 60. De um lado, o movimento dos cantores e músicos jovens da época ia além de uma música muito plural, pois alguns grupos tinham uma visão política mais profunda e se rebelaram contra a burocratização da sociedade, tanto no modelo capitalista como no comunista. Por outro lado, a memória histórica dos caminhos da juventude dessa década nos leva a crer que seus líderes políticos foram bastante influenciados pelos movimentos culturais. Os conjuntos de *rock*, como os Beatles, compõem o cenário para essa explosão jovem a que o mundo assistiu e que teve sua culminância nos fins da década, em Woodstock, passando pelo movimento *hippie*, significando, antes de mais nada,

uma nova relação do homem com a natureza. O princípio básico, entretanto, era a recriação do mundo. O socialismo libertário, um capitalismo humanizado ou mesmo um transcendentalismo oriental eram as diferenciadas opções indicadas aos jovens, todas elas apostando na fraternidade social e na paz.

Quando o Mito se Torna Ilusão



○ filósofo Edgar Morin chama a atenção para o combate entre mitos, concepções e ideologias de uma geração e afirma que não se deve simplificar a questão e acreditar que os mitos mentem. Um grande mito carrega em si aspirações profundas, que são não só de uma época e de uma sociedade, mas também de caráter antropológico; fenômeno que ocorre com os mais diversos mitos democráticos (liberdade, igualdade, fraternidade), mitos socialistas, comunistas e libertários. Mas a utilização política do mito pode levá-lo a uma nova dominação e exploração, principalmente quando ele se transforma em ilusão, concretizando-se ou presentificando-se sob a forma de mito de salvação.

Muitos mitos povoaram nossos sonhos nas três últimas décadas: o sonho americano de democracia e do *welfare state*; o sonho da Revolução de 1917, que traria finalmente a igualdade entre os homens; o sonho *hippie* de *Paz e Amor*, de que não haveria mais guerras após o final da 2ª Guerra Mundial.

As duas principais ideologias que nos nortearam até 1968 foram a sociológica ou burguesa e a marxista. A primeira afirmava trazer crescimento econômico e bem-

estar através de uma sociedade industrial, com a ciência da técnica e da democracia; a segunda acreditava que o socialismo traria igualdade, bem-estar, instrução e o fim da fome.

O que vemos hoje, no entanto, é uma grande confusão ideológica, e essas duas ideologias atingidas no seu núcleo. Como dar resposta a essa crise ideológica que se instaurou no final do século? Será o neoliberalismo o grande vilão dos tempos modernos? E qual o regime que hoje terá condições de dar resposta à fome de alimento, de cultura e de felicidade no mundo? O que desabou entre 1968 e 1974 foi a rocha sobre a qual a sociedade industrial e tecnológica acreditava estar construída. A crise cultural de 1968/1970 mostra que o bem-estar produz não só o melhor-estar, mas também o mal-estar, e evidencia que o aumento dos bens materiais desperta necessidades afetivas profundas que, reprimidas e controladas na civilização tradicional, tornaram-se errantes e divagantes. Os mitos da felicidade corroem-se, problematizam-se.

É a essa crise cultural que se prende o problema ecológico, que mostra que, além de certos níveis, os crescimentos industriais criam mais prejuízos do que benefícios; que, em suma, seus subprodutos poluidores tendem a se tornar produtos principais ao passo que os produtos principais – as satisfações – tendem a se tornar subprodutos. Para melhor compreendermos então a questão da cultura e da participação nos anos 60, torna-se fundamental também analisar outra idéia que ajuda a formar o imaginário da sociedade: o pensamento de contracultura.

O termo foi criado para designar o conjunto de manifestações culturais novas que floresceram em vários países. Inicialmente, os sinais mais evidentes desse fenô-

meno eram cabelos compridos, roupas coloridas, misticismo e drogas, entre outros menos marcantes.

O surgimento da figura do *yuppie* (o *hippie* politizado), em 1967, em São Francisco, completa esse quadro, assim como as revoltas nos *campi* universitários que culminam com o Maio de 68, na França.

No entanto, esse conjunto de manifestações culturais novas não iria se limitar a essas marcas aparentes. Na prática, surgiram modos diferentes de relação com o mundo e interpessoais. A construção de novos imaginários sociais identifica-se como um movimento de ruptura e permanência com valores considerados ultrapassados ou reacionários. O maior apelo desse movimento social de caráter libertário se fazia junto à juventude das camadas médias urbanas e com um ideário que afrontava alguns valores centrais da cultura ocidental.

Esses movimentos contribuem de formas diferenciadas para novos comportamentos, que se delineiam à medida que introduzem uma consciência etária, uma oposição jovem-não-jovem. Talvez, ao longo do processo histórico da humanidade, a figura da juventude nunca tenha assumido um papel social tão determinante. Nos anos 90, são as mulheres que ocupam enquanto grupo tal dimensão social.

No Brasil, o ideal de um mundo de paz, amor e justiça constituiu-se também como a principal construção utópica de sua juventude, o que fica mais claro ao nos depararmos com as expressões artísticas dos jovens talentos. Na música popular, surgem Chico Buarque de Holanda, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Milton Nascimento, Geraldo Vandré e outros. O traço de suas obras ligava-se à idéia de construção de um mundo novo, diferente daquele em que viviam. Outra característica importante era a concepção de vivência em grupo. A noção de trabalho grupal e

vida em comunidade fica expressa nas denominações Grupo Mineiro e Grupo Baiano, por exemplo, apontando para a produção coletiva.

Como representantes do fenômeno da contracultura no Brasil, poderíamos citar o movimento do Tropicalismo, com Caetano Veloso e Gilberto Gil, ambos vivendo em Londres na época, e Gal Costa. Também o teatro engajado oriundo do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) preocupava-se com a didática da revolução e buscava reproduzir um ideal de trabalho grupal: Grupo Opinião, Grupo Oficina etc. Comparando com a situação de hoje, onde o individualismo e o narcisismo muitas vezes caracterizam mais o ser humano, a década de 60 direcionou o comportamento do jovem a buscar constantemente o coletivo e a vida em comunidade baseada na solidariedade de seus membros.

Norteados por idéias políticas de desenvolvimento, conseqüência dos anos 50, os anos 60 deixaram três grandes marcas: o processo de industrialização, a urbanização e as alterações do consumo popular. O desenvolvimento poderia suscitar essa possibilidade de consciência crítica, já que os povos dominados tendem a desenvolver uma cultura servil, inautêntica, e quase sempre a circunstância colonial torna-se um grande obstáculo à formação de uma autêntica cultura nacional. O que começa então a se delinear no início da década de 60 é um novo projeto de existência.

Guerrilheiras do Araguaia ou Donas de Casa?

As mulheres que se engajaram na militância política dos anos 60 tinham um projeto de existência? Como

elas, particularmente as professoras, participaram desse novo projeto? Como guerrilheiras do Araguaia ou como donas de casa? Na Marcha com Deus pela Família ou tirando os sutiãs?

O fato é que essa juventude universitária se sentia cada vez mais atraída pelo pensamento de esquerda, por ser aquele com que mais se identificava, já que no Ocidente essas eram as idéias identificadas como de oposição ao *statu quo* reinante.

A esquerda católica, influenciada pelas Encíclicas Papais de João XXIII, estava presente no meio jovem, com a criação da Ação Popular (AP). O Partido Comunista, que detinha a hegemonia do pensamento de esquerda no Brasil, sofreu um enorme abalo a partir de 1961. As denúncias dos crimes de Stalin, anunciadas por Kruschew, deságuam no Congresso do Partido e levam à divisão entre o Partido Comunista Brasileiro, de linha soviética, e o Partido Comunista do Brasil, de linha chinesa-maoísta. A posição do PCB, por ocasião do Golpe de 64, gerou outras defecções, o que, mais ao fim da década, levaria à formação de várias organizações no campo da esquerda revolucionária. O PC do B fez a opção pela guerrilha rural e organizou o famoso movimento guerrilheiro na região do Araguaia, que só em setembro de 1965 tenta ser elucidado e tem finalmente os arquivos secretos do Exército entregues ao conhecimento da sociedade civil.

O ponto comum a esses grupos era a representação de revolução. Tratava-se de estabelecer estratégias para a tomada de assalto do poder. As análises sobre a sociedade brasileira se multiplicavam e as divergências também, daí sua pulverização. Figuras como Mao Tsé Tung (revolução rural), Che Guevara e Régis Debray (teorias do foquismo revolucionário) eram os modelos maiores da juventude de esquerda. A criação de um mundo de igualdade social, pleno de solidariedade, foi inegavelmente o

objetivo maior dos jovens esquerdistas, que viam na luta armada a possibilidade de sua realização.

Por outro lado, cresce a importância do debate, ocorrido no Brasil em torno das idéias de desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento. A discussão dessas questões prementes atingia desde a academia até a imprensa e visava à criação de estratégias que tirassem o país do estágio de subdesenvolvimento. Torna-se importante aqui realçar o Plano de Metas criado por Juscelino Kubitschek, que levou certos setores da população a uma euforia desenvolvimentista. Naquele momento, muitos se lançaram a um projeto de desenvolvimento sem perceber as graves conseqüências sociais que tal proposta poderia acarretar no futuro para a nação. As principais críticas ao nacional-desenvolvimentismo prendem-se a seu caráter autoritário, centralizador, elitista e reformista, que priorizava a questão nacional em detrimento dos problemas sociais mais graves.

Podemos estabelecer relações entre esse movimento de mudança social e desejos de revolução com o processo que irá também atingir as mulheres, levando as jovens universitárias da época a iniciar um processo de revisão crítica do seu papel na sociedade. Esse fenômeno se dá a nível mundial, chegando também ao Brasil. Alguns nomes femininos também se destacaram no movimento revolucionário, como Sonia Angel, Yara Iavelberg e Inês Ethiene Romeo. As tragédias vividas por essas mulheres e outras mais no início da década seguinte confundem-se com a própria tragédia da esquerda brasileira ocorrida na mesma época, mas é inegável que a participação feminina nesses movimentos foi minoritária. O domínio hegemônico, tanto no campo da formulação teórica como na chefia das ações, ainda era masculino.

Ao longo de toda a década, a própria idéia que os jovens faziam do amor e das relações homem-mulher

começou a sofrer mudanças não apenas na sua retórica, mas nas próprias práticas sociais que se estabeleceram. Começaram-se a se constituir novos modelos de família, que não mais aquele único padronizado, composto por pai, mãe e filhos vivendo numa mesma casa.

Assim, a discussão entre as jovens universitárias sobre o amor extrapolava a retórica. Oprimida pelos padrões de uma sociedade machista, a mulher brasileira iniciava a revelação de seus desejos íntimos, que começaram a ultrapassar os anseios burgueses herdados da geração anterior de ter um marido, uma casa, filhos bonitos e estabilidade financeira. A necessidade de uma participação ativa na construção do mundo, a implantação da justiça e a discussão do prazer ligado à sua própria sexualidade começaram a ocupar espaço em alguns imaginários femininos da época.

No campo específico das idéias, é importante ressaltar o papel desempenhado pelos intelectuais criadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), como Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Ignacio Rangel, Nelson Werneck Sodré e outros. São eles os criadores da ideologia do nacional-desenvolvimentismo, responsável por um clima de euforia quanto às possibilidades brasileiras em romper com as amarras do subdesenvolvimento tendo como meta a construção nacional. Centro produtor dessas idéias, o ISEB transformou-se em um aparelho ideológico do Estado brasileiro da época. Os jovens brasileiros que fizeram a opção política pelos caminhos esquerdistas foram influenciados, em sua maioria, pelas idéias nacionalistas, o que os levou a rejeitar projetos de desenvolvimento que abrissem o país ao capital estrangeiro. No entanto, é inegável que a classe dominante, assim como amplos setores das classes médias aplaudiram os cami-

nhos do governo JK, no final dos anos 50, cuja influência marcará significativamente a primeira metade da década seguinte.

Nunca foi tão forte na sociedade brasileira o conflito entre gerações, que rompeu os limites domésticos, colocando-se no espaço público em franca oposição ao *statu quo* dominante na sociedade. Começava então a ser construída a representação de um país jovem. Era necessário romper com estruturas sociais, políticas, educacionais e econômicas do passado, o que fica patente pelas idéias de reformas agrária, educacional e universitária, entre outras.

Nenhum documento reflete tão bem as utopias a esse respeito como a Declaração da Bahia, onde estão expressas as decisões do I Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em Salvador, em maio de 1961. Complementando a Declaração da Bahia, a Carta do Paraná contém resoluções do II Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em Curitiba, em março de 1962, pela UNE. Em resumo, na Carta da Bahia, os estudantes declaravam o caráter revolucionário de suas propostas e elegiam como eixos principais de suas lutas: democratizar a educação, permitindo o acesso de todos à escola pública; abertura da universidade ao povo; colocação da universidade a serviço das classes desvalidas e dos órgãos governamentais, sobretudo do interior dos estados; transformação da universidade em trincheira em defesa das reivindicações populares.

A chegada aos anos 90 aponta assim, no horizonte, múltiplos olhares que talvez nos permitam aguardar ainda com otimismo o século que se avizinha. Quem sabe uma nova utopia gestará homens e mulheres mais fraternos e democráticos, simbolizando um signo de paz e justiça social para o século XXI.

Laboratório de Experiências Norte-Americanas

Oriundas dos Seminários Nacionais de Reforma Universitária organizados pela UNE em 1961 e 1962, as Cartas da Bahia e do Paraná tentam exprimir, através das propostas específicas para a área educacional e universitária, o projeto político-social dos jovens estudantes brasileiros e suas representações sobre o dever-ser da educação. O teor do discurso contido nesses documentos mostra que, à época, a universidade era uma instituição reconhecida pela luta dos estudantes como peça fundamental no processo de transformação da sociedade brasileira.

Tentando estabelecer um paralelo entre o quadro da conjuntura nacional e internacional com a questão específica da escola pública em nosso país, podemos buscar pistas na Declaração da Bahia, que assim define a escola e o seu papel:

A escola é uma conquista sócio-cultural neste processo da evolução humana. Ela aparece quando o nível de conhecimento é muito elevado para a simples transmissão familiar ou individual espontânea, quando o conjunto das experiências humanas exige uma sistematização tal que somente uma organização do tipo 'escola' poderia possibilitar. Assim, a universidade surge como uma expressão dessa realidade – um estágio superior da escola. (UNE, 1961)

Os estudantes reunidos em Salvador acreditavam que o caráter diletante da universidade – de mera transmissora da cultura acumulada – tende a desaparecer quando o homem se volta para a pesquisa. Daí em diante, a comunidade universitária se transformaria em instru-

mento do desenvolvimento histórico. No caso específico do Brasil, essa juventude aponta a educação, em todos os seus níveis, como um dos caminhos para todas as outras reformas, sem o que, de acordo com este pensamento, se tornaria impossível a evolução do país para uma verdadeira democracia. Assim, também no que se refere à educação, há uma tendência a uma representação romântica quanto aos poderes que os professores e alunos teriam no processo de transformação social. A escola e a universidade surgiam com superpoderes e com seus papéis ampliados em relação às reais possibilidades de transformação da sociedade e superação do quadro de injustiças sociais.

No entanto, apesar de todo esse discurso vanguardista dos estudantes, podemos observar na prática que a Lei de Diretrizes e Bases sancionada em 1961 reforça o quadro social em que as classes populares continuam tendo pouco acesso ao ensino universitário. Na realidade, os três níveis de ensino preparavam os alunos para atender às necessidades profissionais dentro de uma ordem hierárquica na sociedade.

Por outro lado, o processo de intervenção nas universidades latino-americanas vinha acompanhando os golpes militares que ocorreram em escalada ao longo dos anos 60. Este fato é comentado em artigo da *Revista Civilização Brasileira*, uma das mais conceituadas nos meios intelectuais e universitários da época. Segundo o texto, o Brasil era, à época, o país ideal para o laboratório de experiências norte-americanas com o objetivo de estabelecer um sistema de sujeição de uma nação latino-americana aos interesses dos Estados Unidos. "O Ministro de Relações Exteriores, Juraci Magalhães", dizia a revista, "lança uma nova concepção de soberania nacional, uma espécie de anti-soberania que, na prática, não reconhece

as fronteiras físicas, despreza o conceito de nacionalidade e condiciona os interesses, a independência e a própria cultura de um país à estratégia global da nação líder de um bloco, no caso norte-americana, na Guerra Fria”.

Quando, em fins de 1966, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) assinou o convênio com a United States Agency for International Development (USAID), um dos seus principais objetivos, conforme explicitado no item 2 das Disposições Gerais, era “determinar o que poderia constituir um sistema ideal de ensino superior no Brasil”. Examinando algumas abordagens desse convênio, identificamos intenções semelhantes na atual política neoliberal em relação às universidades públicas, como, por exemplo, a idéia de transformar estas universidades em fundações.

O artigo da Editora Civilização Brasileira, de 1967, fazia ainda um alerta sobre os rumos da educação universitária nacional e sobre a atuação da equipe mista de técnicos norte-americanos e brasileiros que formariam a equipe de planejamento do ensino superior do MEC: “Os cinco técnicos norte-americanos vão traçar, em companhia dos colegas brasileiros, todo o rumo da educação universitária nacional, e poderão, finalmente, realizar um velho desejo norte-americano que já contagiou muitos educadores ligados ao atual governo: a criação de um sistema educacional baseado em fundações, como nos Estados Unidos, ao invés de em universidades custeadas pelo poder público, como atualmente no Brasil.”

O mais preocupante é que o principal objetivo do projeto era formar novas lideranças pautadas em pressupostos antinacionais e contra a gratuidade da universidade pública.

O pensamento da política dos acordos MEC-USAID foi definido na reforma geral do ensino, concretizada na Lei 5.540 de 20 de novembro de 1968, que fixou normas para

a organização e funcionamento do ensino superior, e na Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, que reformou o ensino de 1º e 2º graus e reestruturou o Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos (Mobral) e o ensino supletivo.

Mas, apesar do sistema repressivo e da ideologia conservadora que o regime militar tentou imprimir à educação, o desenvolvimento da universidade pública propiciava dialeticamente condições, em alguns momentos, para que se elaborassem críticas que foram, de alguma forma, utilizadas para a oposição ao regime. Muitas teses e dissertações produzidas então interrogavam as ideologias dominantes e os métodos de utilização da ciência, e foram transformadas em livros e divulgadas em conferências, encontros e seminários como os da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Conferência Brasileira de Educação (CBE). Na prática, porém, o que podemos observar é que no sistema educacional oficial, no que se refere principalmente à legislação ao longo dos anos 30/60, o dever-ser da mulher e o dever-ser da educação não sofrem rupturas significativas em seus princípios básicos.

A partir da década de 30, o sistema educacional e a legislação referente à instituição da família eram, possivelmente, as áreas principais de preocupação. E esta é a legislação que caracteriza as escolas de nossos pais e avós, representando uma ideologia conservadora hegemônica na sociedade brasileira de então e que nos influenciará ao longo de 30 anos, até a década de 60. O tratamento especial que o ministro da Educação, Gustavo Capanema, reservara às mulheres se desdobraria em dois planos. Por um lado, deveria proteger a família; por outro, deveria dar à mulher uma educação adequada ao seu papel familiar. Os diversos projetos e propostas elaborados com este objetivo mostram certa evolução, que vai desde uma divisão extrema de papéis entre os sexos até uma

atitude conciliatória, que chega até mesmo a aceitar, em 1942, a co-educação, ainda que de forma excepcional.

O projeto do Plano Nacional de Educação de 1937 previa a existência de um ensino dito doméstico, reservado às meninas de 12 a 18 anos de idade, o que equivaleria a uma forma de ensino médio feminino. Era destinado principalmente a mulheres de origem social mais humilde, ainda que pudesse atrair também algumas de origem social mais elevada que, dessa forma, poderiam manter-se em um regime escolar estritamente segregado.

Segundo o Plano, o ensino feminino se dividiria em doméstico geral, doméstico agrícola e doméstico industrial, e teria como objetivo preparar as mulheres para a vida do lar e formar as professoras para esse sistema.

Além dos trabalhos domésticos, o curso compreenderia, em um ciclo, aulas de português, moral familiar, noções de civildade, matemática elementar, ginástica e canto. O aperfeiçoamento incluía a puericultura e noções práticas de direito usual. A formação de professores para o sistema seria feita através da Escola Normal Doméstica, onde, durante dois anos, seriam estudados psicologia, moral e educação familiar, sociologia, direito da família, economia doméstica e contabilidade doméstica. O ensino agrícola e o industrial femininos seguiram trajetórias similares, mas adaptados à realidade da vida no campo ou no mundo fabril. O ensino doméstico rural deveria incluir, por isto, ensinamentos sobre diversas técnicas de cultivo e colheita e industrialização caseira de alimentos, entre outros.

Este sistema paralelo de ensino não chegaria a ser criado, mas desse modelo sobreviveu o programa de educação doméstica, tradicionalmente desenvolvido em algumas poucas instituições católicas destinadas à educação feminina. A Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942, termina por adotar um ensino único,

ainda que com recomendações específicas para o tratamento diferencial dos sexos.

São essas as principais recomendações da lei:

1 - *É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino secundário de exclusiva freqüência feminina;*

2 - *Nos estabelecimentos de ensino freqüentados por homens e mulheres, será a educação ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante e dada especial autorização do Ministério da Educação;*

3 - *Incluir-se-á na 3ª e na 4ª séries do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico a disciplina de economia doméstica;*

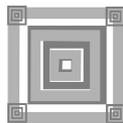
4 - *A orientação metodológica do programa terá em mira a natureza da personalidade feminina, assim como a missão da mulher dentro do lar.*

Logo, o estatuto proposto por Capanema era um documento doutrinário que buscava combinar duas idéias para ele indissociáveis, a necessidade de aumentar a população do país e a de consolidar e proteger a família em sua estrutura tradicional. Segundo o texto, a prosperidade, o prestígio e o poder de um país dependiam de sua população e de suas forças morais, pois a família era a fonte geradora de ambos. No dizer do preâmbulo do projeto, “a família é a maior base da política demográfica e, ao mesmo tempo, a fonte das mais elevadas inspirações de estímulos morais”.

A questão da educação no Brasil, e em particular a educação das mulheres, merece ser analisada de maneira especial, já que tentamos estudar a problemática feminina. No mundo ocidental, por exemplo, Roma foi palco do papel educativo da mulher na medida em que a elas

era atribuído o papel de educar as crianças até o momento em que os meninos acompanhavam os pais. Hoje ainda é principalmente a mulher quem educa, quem ajuda a formar a nova sociedade, seja como mãe ou como professora. Ao discutirmos os problemas educacionais do ponto de vista da educação formal, apenas destacamos os aspectos dos conteúdos ou das metodologias e fugimos do problema central e primeiro, que é saber quem é o/a educador/a que vai transmitir este ou aquele conteúdo através de uma determinada metodologia e de uma específica manifestação discursiva.

As palavras de Capanema são bastante reveladoras quando, no artigo 14 do seu Estatuto, prevê medidas que possibilitem a progressiva restrição da admissão de mulheres nos empregos públicos e privados. Esta restrição ao trabalho feminino estava ligada à tese da mais absoluta divisão de papéis e de responsabilidades dentro do casamento, o que se refletia também na área da educação, no artigo 13, que previa que o Estado educaria ou faria educar a infância e a juventude para a família. No entanto, essa legislação não foi aprovada. Uma das vozes contrárias que se fazem ouvir é a de Rosalina Coelho Lisboa, jornalista e diplomata extremamente ativa nos anos 30, e identificada com o feminismo, por uma parte, e com as ideologias de direita, por outra.



Mulher: Aparelho de Reprodução

A conexão direta entre mulher e nação, evidenciada na expressão mãe-pátria, será amplamente utilizada pela política autoritária, colocando sobre a família o ônus

de ser o elemento sobre o qual se estrutura a ordem. As idéias do nazi-fascismo que se fortaleciam no mundo, mantendo na maioria dos casos as mulheres confinadas aos limites do espaço doméstico, tinham grande influência. Em vários modelos históricos brasileiros pode ser observada a permanência da força destas ideologias autoritárias, como na organização "Tradição, Família e Propriedade", e nas várias marchas da "*Família com Deus, pela liberdade*", ou ainda em um dos *slogans* do movimento de 64: "*Família que reza unida permanece unida*".

Algumas notícias selecionadas nos jornais que circulavam nos anos 60 nos dão conta de como esse pensamento ainda era representativo no imaginário social de algumas mulheres, principalmente nas classes mais privilegiadas. Citamos duas dessas notícias que saíram no *Jornal do Brasil*, e que confirmam essa postura conservadora:

- *Amélia Bastos, da Campanha da Mulher pela Democracia, ensina ao Sr. Claude Kirk como combater comunistas. Candidato a senador pelo estado da Califórnia vem aprender com as mulheres brasileiras...* (4/5/64)

- *Sandra Cavalcanti diz que a 'Revolução' é milagre de Deus.* (17/5/64)

Torna-se, portanto, importante analisarmos a grande preocupação demonstrada por parte dos governantes, homens em geral, em *proteger* a mulher através de uma legislação que a *defendesse* do trabalho, enfim, da esfera pública, e buscarmos pistas das intenções que levaram a esta atitude.

Para o Estado autoritário e para a sociedade capitalista tem interessado, quase sempre, manter a mulher

dentro dos limites que lhe são impostos, pois ela se torna um dos seus alicerces. O mesmo podemos dizer quanto à própria sobrevivência da Igreja Católica, enquanto instituição, que marca sua presença no processo de mudança social da sociedade brasileira, mais especificamente depois de 1940, encontrando-se intimamente ligada à família. A presença do poder de controle da Igreja no interior da família foi enfraquecida, contudo, na medida em que mudanças decisivas na organização do trabalho e da sociedade em geral acarretam um necessário esvaziamento da tradição católica na orientação do comportamento em nível individual e familiar.

Por outro lado, a tentativa de se manter como fonte de controle e orientação, principalmente através da família, se revela como nova estratégia, cujo objetivo é manter, na medida do possível, a família sob seu controle ideológico, senão jurídico, o que seria fundamental para a sobrevivência institucional da Igreja.

Apesar de os jovens vivenciarem hoje outro momento histórico, no qual já se processam mudanças nos papéis das mulheres das camadas médias e superiores, e apesar de começarem a se deslocar da exclusividade da esfera privada para uma crescente participação no domínio público, nem sempre essas mudanças se comprovam na práxis do cotidiano.

De fato, na sociedade capitalista, a família sempre constituiu seu aparelho de reprodução e ainda hoje pode ser vista como um único modelo-padrão introjetado em muitos jovens. Também nos países comunistas há uma opção por modelos conservadores no que se refere à família. Em outras palavras, para melhor compreender os sentidos e significados do imaginário social feminino em uma sociedade ou em um dado momento histórico, devemos analisar a forma simbólica de organização da repro-

dução social que, por sua vez, representa o próprio processo de produção desta sociedade.

Esta perspectiva dialética que procura investigar os diversos papéis sexuais tem várias conseqüências analíticas. Em primeiro lugar, combate uma visão formalista, a história da divisão sexual de funções cujo significado específico será dado pelo momento histórico e pelo contexto social em que ocorre. Assim, por exemplo, esferas de atividades e papéis sexuais separados não implicam necessariamente discriminação ou hierarquia. Logo, as diferenças sociais não necessariamente implicam desigualdade social. É a estrutura social que pode usar estas diferenças para marcar desigualdades e criar culturalmente os preconceitos.

Torna-se importante, numa ordem seqüencial, combater uma visão que interpreta a condição social da mulher como a conseqüência de uma conspiração dos homens contra as mulheres.

Somos também muitas vezes levados a considerar o homem e a mulher como categorias eminentemente sociais e não naturais, cujo significado é dado historicamente e construído pelas circularidades culturais do seu universo vivido. Assim, a formação cultural em que historicamente nossa sociedade foi construída nega, em alguns momentos, até a constituição biológica da mulher, e é claro que isso irá se refletir no seu comportamento. Se esta mulher é infeliz, oprimida, alienada, a escola tende a reproduzir essa formação opressora e preconceituosa, introjetada em algumas profissionais da educação.

Considerando a grande atenção dada durante o período do Estado Novo à questão da família e, por extensão, à mulher, e considerando também que muito pouco se fez nos governos seguintes para reverter a legislação da época, podemos imaginar o quanto é preciso fazer ainda

para transformar a atual condição da mulher e da professora, em particular. Se considerarmos que fomos educados por nossas mães e por escolas fundadas neste processo conservador, que muitas vezes não conseguiram formular a crítica deste modelo, vemos o quanto é premente e necessário subverter esse processo de dominação visando à conquista da subjetividade e do livre-arbítrio.

Se levarmos em conta a muito recente tradição democrática do nosso país e a interrupção abrupta que se dá da construção desse caminho em 64, concluímos que, em termos concretos, pouco se fez no que se refere às leis ou à Constituição nos últimos 30 anos, no sentido de não mais se considerar a mulher, assim como a criança, o jovem e o índio, cidadãos de segunda categoria.

Não é por acaso que, ainda em 1986, duas mil mulheres participaram em Brasília do Encontro Nacional, Mulher e Constituinte, preocupadas com a garantia de suas reivindicações na nova Carta Constitucional.

É verdade que as leis são importantes, mas não o suficiente para a transformação real de comportamentos culturais enraizados há séculos. Uma das questões de mais difícil abordagem, por exemplo, é quanto ao direito da mulher à sua própria sexualidade. A grande repressão desenvolvida ao longo da nossa história pela Igreja Católica e por um Estado que, quase sempre, representava os seus ideais, não será facilmente superada. Durante longo tempo muitas mulheres foram cúmplices desse conservadorismo.

A mulher foi escolhida para representar o papel de professora devido ao fato de ter sido adestrada para exercer a função de reprodutora biológica e de um *saber* instituído, que convinha à sociedade tal qual estava estruturada. Nem sempre muitas dessas mulheres se aperceberam desse processo alienante. Assim, as professoras

foram, durante décadas, grandes defensoras das normas e modelos masculinos que a sociedade capitalista apregoava para poder manter-se hegemônica.

Algumas lideranças do movimento estudantil, em sua maioria branca, masculina e oriunda dos diversos estratos das classes média e alta, culturalmente também possuíam influências em seu imaginário do processo educacional brasileiro que dos anos 30 aos anos 60 formara nossos pais e avós. Selecionamos alguns trechos da Carta do Paraná (UNE, 1962) que evidenciam sinais desse comportamento vanguardista/autoritário:

1 - Ser a expressão do povo – *Daí ser absolutamente predatória ao interesse coletivo uma universidade que discrimine. Critérios econômicos, sociais, políticos ou ideológicos jamais poderão prevalecer na seleção dos candidatos à escola, em qualquer grau de ensino. A universidade revolucionária será aquela que aproveitar as virtualidades de cada um, pondo em comum sua originalidade, distribuindo-a em benefício do todo social. É a única maneira de ser positivamente democrática.*

2 - Ser por todas as formas antidogmática – *Terá sempre em vista sua perspectiva crítica constante, estando aberta a toda reformulação que se processe no dinamismo histórico.*

3 - Ser uma frente efetiva do processo revolucionário – *Não admitindo, portanto, qualquer forma de espoliação do homem pelo homem, justificada por razões econômicas e políticas, ideológicas ou sociais. Trata-se da realização de todas as exigências da pessoa, na caminhada histórica, no processo de humanização, no conjunto homem-natureza por que se constrói a sociedade.*

Portanto, o discurso humanista e vanguardista da UNE fala do povo, para o povo e pelo povo, mas na realidade esse povo é percebido e falado muitas vezes como objeto do discurso do Outro, e não como sujeito do seu próprio processo histórico.

Flores Vencendo os Canhões

Para melhor compreendermos a geração dos anos 60, devemos considerar os sentidos e significados que o período militar imprimiu ao imaginário social daquela juventude.

Em seu ensaio sobre autoritarismo e alienação, “A geração AI-5”, Luciano Martins aponta uma das consequências mais perigosas do período ditatorial: “os indivíduos convivem diariamente com o absurdo, são por ele governados e passam a aceitá-lo como ordem natural das coisas.” Essa atitude substitui, no cotidiano, o protesto pelo *deixa prá lá* e pelo *tudo bem*, que podem ser classificados como formas meramente reativas de comportamentos. Essa era uma forma de resistência ao regime autoritário e ao seu sistema simbólico de justificações. As outras eram as organizações políticas de oposição e formas pré-políticas de resistência.

Esse grupo social incorpora os jovens do Rio de Janeiro de classe média, entre os 16 e 20 anos de idade, em 1968 (período do AI-5). No entanto, esse conceito de geração não pode ser tomado de forma homogênea e coesa, até porque indivíduos de outras gerações também são atingidos pela ordem política autoritária, que ocasiona comportamentos sociais específicos.

Aconteceu o surgimento de um vazio de referências críticas levando o jovem à incapacidade de reflexão sobre as condições existenciais da sociedade brasileira e produzindo a alienação, através da separação do indivíduo de seus direitos de cidadão. Três fenômenos marcaram a existência desses jovens, caracterizando sua ação reativa à intolerância autoritária: o culto à droga, a desarticulação do discurso e o modismo psicanalítico.

Portanto, na tentativa de buscar possíveis brechas no cotidiano feminino dos anos 60, realidade e utopia precisam ser consideradas no processo de transformação das mulheres. E a compreensão dos sistemas simbólicos contextualizados tem de partir da concepção de uma sociedade dividida em domínios, privado e público ou político-jurídico e doméstico, conforme a concepção burguesa.

Não basta a rejeição do passado para dele se libertar. A geração dos anos 60 tenta, de certa forma, negar o passado como se a história do Brasil só começasse a partir deles. Entendemos que para uma melhor compreensão dos jovens daquela geração temos de partir do presente, mas a sua atuação é, de início, recorrente. Vai do presente ao passado. Daí volta ao presente, que é então melhor analisado e conhecido, e já não oferece à análise uma totalidade confusa.

Assim sendo, precisamos buscar compreender o presente no caminho proposto pela modernidade deste final de século e virada do milênio, até porque já se passaram 30 anos das promessas que fizemos a nós mesmos. Promessas de luz, alegria e esperança, como bem o demonstravam as letras das músicas de então:

*A tristeza que a gente tem
Qualquer dia vai se acabar
Todos vão sorrir*

*Chegou a esperança
É o povo que dança
Contente da vida
Feliz a cantar
Porque são tantas coisas azuis
Há tão grandes promessas de luz
Tanto amor para amar
De que a gente nem sabe.*

Vinícius de Moraes

(Marcha da Quarta-Feira de Cinzas, 1963)

Nossa preocupação continua sendo a de identificar crenças e valores que mais influenciaram essa juventude romântica e poética que acreditava e apostava na possibilidade de transformação, na vontade participativa da população e na soberania nacional. É a geração de Vandrê, que acreditou nas flores vencendo os canhões, que vai também para a guerrilha e que se droga, buscando, mais que o sentido, os *sem-sentidos* de todo esse processo histórico brasileiro dos últimos 30 anos.

Quem sabe aí começa o primeiro ato dessa tragédia. Onde procurar nossa memória, nossos monumentos, retratos e até alguns dos nossos mortos, onde estão? Fotografou? Não? Então, dançou, diz a publicidade da TV. Onde estão os nossos álbuns de família, nossos registros? Para nós, desta geração para quem foi tão importante demolir esta instituição, romper com nossos pais, negar o passado, por onde começar/recomeçar esse fio de nossa história?

Terá seu porte tombado às margens do Araguaia sem que soubéssemos? Qual terá sido o último gesto: o da viagem mágica quando se aplica nas veias a droga dos nossos sonhos, numa época em que fumar ainda era *in*,

ou quem sabe na escada do avião, na partida para o exílio da viagem real, ou quem sabe ainda num gesto inútil para impedir outro gesto da mão invisível do torturador? Quem sabe a poesia ou a literatura tragam pistas para gestos aparentemente tresloucados?

Algumas pistas contemporâneas trazem à luz a relevância dessa relação entre o passado e o presente quanto ao registro de nossas memórias daquela década. Por exemplo: quando o presidente Fernando Henrique Cardoso, em agosto de 1995, autoriza a entrega dos arquivos sobre a guerrilha do Araguaia, até então mantidos em sigilo, ao governo do Estado de Goiás. Essa necessidade de peregrinação à memória e ao passado tem servido quase sempre como base de construção de nossa própria identidade enquanto homens e mulheres deste tempo. Por outro lado, no que se refere aos arquivos do Araguaia, existe também a questão política de dar esclarecimento e divulgação dos fatos ao público em geral.

Muitas vezes somos tapeados por imagens, objetos e palavras através de múltiplas miragens e propagandas que indicam aquilo em que devemos acreditar e o que devemos ser. Assim, se deixarmos passar as nuvens de signos, pela televisão, pelo rádio, no cinema e na imprensa escrita e ratificarmos os comentários pelos quais outros fixam para nós o sentido desses signos, seremos a vítima passiva da situação.

O povo, por exemplo, era percebido no imaginário dos jovens dos anos 60 como o bem revolucionário e transformador. E assim celebrava-se e ritualizava-se o povo em termos absolutos. Vale a pena lembrar aqui algumas letras de música da época, que apontam para alguns desses sentidos e significados de nossa sociedade nos anos 60:

*Nosso amor é mais gostoso
Nossa saudade dura mais
Nosso abraço mais apertado
Nós não usa as bleque-tais
Minhas juras são mais juras
Meu carinho mais carinhoso
Tuas mãos são mãos mais puras
Teu jeito é mais jeitoso
Nós se gosta muito mais
Nós não usa as bleque-tais.*

Gianfrancesco Guarnieri
(*Eles não Usam Black-tie*, 1978)

Assim, o povo e também a juventude são vistos como heróis e mitos desse período. As escolas e as universidades tornam-se o principal *locus* político e a luta pela educação pública, uma das principais bandeiras. No entanto, a maioria das mulheres da classe média estava do lado conservador, comparecendo em massa à “*Marcha com Deus, pela Família*”, com faixas onde se lia: “Verme-lho bom, só batom”.

Além dos *slogans*, é o não-dito que é preciso buscar. Torna-se necessário identificar e decodificar os enunciados representativos dessa época e das que a antecedem, nos construindo e desconstruindo. E nesse caminho do sentido/sem sentidos, temos de fazer uso, como instrumento, do discurso fundador de nossa identidade, nesse movimento da construção do significar e muitas vezes do seu apagamento por uma memória já estabelecida dos sentidos.

Fica então, desde a nossa fundação, o discurso de que somos naturalmente inconstantes, irresponsáveis e ociosos. Esse discurso da descrença sobre o brasileiro justifica a dominação. Primeiro, pelo colonizador, depois pelas

ditaduras, pelos militares, enfim pela classe dominante. Precisamos sempre de alguém que nos salve de nós mesmos, das nossas próprias tendências.

Nas eleições de 1994, o discurso da salvação esteve claro principalmente na fala de dois candidatos: general Newton Cruz, candidato ao governo do Rio de Janeiro, e Enéas Carneiro, à presidência da República. Sempre homens, brancos, civis ou militares teriam *melhores condições* para esse processo civilizatório, de saneamento cívico-moral, que nos levaria à redenção do progresso e da modernidade, ao grande sonho de ser primeiro mundo, enfim *desenvolvido*, confirmando desta forma o lema positivista de nossa própria bandeira: "Ordem e Progresso".

Essa versão dominante e moralista de nossa história oficial, e também presente na fala do senso comum, é que nega ao político o seu verdadeiro sentido e que consegue também manter durante séculos as mulheres aprisionadas aos limites domésticos, já que elas precisavam sempre da proteção e do controle dos homens.

E é no que se refere à mulher, especificamente, que vamos encontrar todo um discurso muito bem articulado, definindo o seu papel social, no sentido de domesticá-la. Esse nosso lado selvagem, tropical, constrói uma visão preconceituosa do primeiro mundo em relação ao terceiro, e também do homem em relação à mulher, que sempre precisará ser salva, primeiro pelo pai, depois pelo marido e, por fim, pelo Estado. O objetivo de todo esse processo é garantir o controle da mulher pelas instituições sociais.

O Brasil *moderno* da era Collor, que tantos ambicionaram e que foi tão falado nos discursos políticos de campanha durante o processo eleitoral de 1989, traz em seu bojo esse sentimento de ruptura com o passado. Mas

o esquecimento e a ausência de passado tornariam impossível a construção dessa nova identidade nacional.

A demolição do prédio da UNE e a do antigo refeitório dos estudantes do Calabouço representaram a necessidade de as classes dominantes apagarem o passado, tentando assim impor o discurso do novo e do moderno. E o que pretende esse *novo* discurso? O que seria o *novo* Brasil? De *novos* estudantes? E *novas* mulheres? Seriam *novos* Collor, Sarney, Jarbas Passarinho? Seriam *novos* Newton Cruz e Enéas?

Por outro lado, as universidades públicas hoje cada vez mais tendem a rejeitar a idéia de grandes refeitórios e dos bandejões, como uma forma *moderna* de administrar, optando muitas vezes por privatizar, através da terceirização, vários setores da vida acadêmica, criando praças de lazer e refeição, totalmente privatizadas e inspiradas em modelos da ideologia do consumo. Essas modernas visões da administração pública podem, no entanto, dificultar o espírito comunitário. E, desta forma, estariam também dificultando a organização estudantil, que, nos anos 60, teve como um dos seus *loci* políticos mais importantes os restaurantes das universidades públicas.

Psicanálise, Mito e Caminho

A nova mulher do século XXI deverá ser entendida por nós não mais numa abordagem evolucionista natural ou numa simples perspectiva quixotesca. Assim também um antigo mito como a revolução, que traria todas as respostas aos problemas sociais e políticos, é atualmente questionado pelos seus primeiros formuladores na década de 60.

Cada época produzirá sempre as representações próprias do seu tempo histórico, seu olhar, seu porte, seu gesto. Neste final de século estamos assistindo a um reequilíbrio entre duas leituras de mundo, uma pela ótica do imaginário e outra por uma dimensão mais impregnada do real/racional.

Essa é, portanto, uma dimensão que merece ser analisada: o fascínio pelo novo, quase sempre característico das jovens gerações. Também a geração dos anos 60 se entendia como nova em suas utopias e propostas. No entanto, o que nos preocupa hoje é o uso generalizado e banalizado que se passa a fazer do conceito de novo, agora travestido em modernidade. Cada vez mais, torna-se necessário fabricar e consumir o novo. Um dos caminhos a percorrer é este processo histórico e cultural ocorrido nos anos 60, tendo sempre em vista um percurso desenvolvido por diversos olhares.

Será desse movimento entre presente e passado que poderemos encontrar novas pistas sobre as diversas ideologias e utopias das mulheres universitárias e, quem sabe, apontar também para futuros estudos que nos permitam a construção coletiva de um saber e de um conhecimento mais femininos. A necessidade de desvelamento da ordem instituída é o que justifica nossa escolha pelos estudos do imaginário, considerando sempre que na sociedade capitalista a mercadoria fetichiza o real e as coisas – mercadorias – se apresentam como um valor em si mesmo. A categoria marxista do fetiche da mercadoria mostra como, numa sociedade orientada pelo valor de troca, o domínio da aparência oculta a essência das relações sociais. A publicidade teria neste caso o papel de auratizar essas mercadorias.

É importante registrar os desejos daqueles jovens, para melhor compreendê-los, independentemente desses

desejos terem ou não se tornado realidade, pois o desejo é responsável pela passagem do natural ao cultural. O indivíduo se torna humano através do desejo, negando a natureza, sobrepondo à vida um valor maior do que ela. Nossa humanidade é fruto do desejo e não da razão.

A psicanálise coloca a consciência não como o lugar da verdade, mas do ocultamento, da farsa, da mentira. Assim, ela opera uma ruptura epistemológica. A subjetividade deixa de ser entendida como um todo unitário, identificado com a consciência e sob o domínio da razão, para ser uma realidade dividida em dois grandes sistemas: o inconsciente e o consciente. Em relação à questão da subjetividade, a psicanálise representa, sem dúvida, uma mudança significativa.

A psicanálise é contemporânea do desenvolvimento da economia capitalista, da necessidade de controle e distribuição das forças de trabalho, ao conseqüente aparecimento das ciências do homem e à exigência de controle dos corpos e desejos. Ela ocupou o lugar de escuta do discurso individual, enquanto teoria e prática que falam do homem como ser singular. Logo, o descentramento do sujeito foi outra modificação importante gerada pela psicanálise. Desde Descartes o sujeito ocupava o lugar privilegiado do conhecimento e da verdade. O desejo era visto, então, como perturbação da ordem, ameaça de modificações inadequadas do pensamento. Se a *alma* fosse puramente passiva, isto é, cognitiva, não haveria erro; este surge porque o desejo introduz deformações no material adquirido pelo conhecimento. É pelo desejo que é feita a passagem da consciência para a autoconsciência. O sujeito surge, então, somente a partir do desejo. É pela ação de assimilar o objeto que o homem se vê como oposto ao mundo exterior. Desejar o desejo do Outro é o que caracteriza o eu como eu huma-

no. Logo, o desejo humano deseja um objeto, mas este estará sempre mediatizado pelo desejo do Outro.

O processo autoritário instalado em março de 64 e tantos desejos frustrados contribuíram para marcar essa geração dos anos 60, que buscará também na psicanálise, como nas drogas, um dos seus mitos e caminhos. E como esses desejos se revelam em 1960? Principalmente como desejos sociais e coletivos.

Mito, Ideologia e Utopia



É importante ressaltar a dimensão simbólica dos mitos inerente à condição humana e compreendermos que muitas vezes o mito tem como função dominante o controle da conduta dos homens, exercido por sistemas autoritários. Desta forma, o imaginário estaria relacionado à liberdade sem condições e sem barreiras. Ele afastaria para longe da realidade o que incomoda e não satisfaz o homem, despertando-o para novos ideais e desejos.

Assim, as idéias dominantes de uma época são as idéias da classe dominante. E quase sempre as ideologias se revestem de uma linguagem predominantemente sob forma religiosa, filosófica ou científica, como é o caso da moderna civilização burguesa. O principal trabalho do homem seria, portanto, a partir de condições já dadas, produzir novos pensamentos e novas condições de vida. Assim, a relação entre a utopia e a ordem existente apareceria como uma relação dialética.

Uma das utopias dos anos 90 é lutar pela democracia. John Locke demonstra que o direito da cidadania era negado aos loucos, às mulheres e aos débeis mentais.

As próprias constituições brasileiras demonstram esse roubo. Só a de 1988 libertou a mulher do domínio masculino. Assim sendo, a formação imaginária da opressão feminina se baseia em uma estrutura objetiva. O simples direito de ir e vir era negado às mulheres quando a lei brasileira definia que cabia sempre a elas acompanhar o marido e nunca o oposto, pois os homens não precisavam acompanhar suas esposas em seus projetos profissionais ou políticos. O estudo das constituições, principalmente do capítulo sobre a família, aponta para o fato de apenas o homem exercer o direito de ser cidadão.

Somos levados então a traçar uma linha do tempo entre todos os movimentos estudantis dos anos 60, citando inclusive a Guarda Vermelha chinesa, levando em conta, naturalmente, suas especificidades com o movimento atual dos cara-pintadas dos anos 90. Os jovens, sejam eles de direita ou de esquerda, utilizam-se de rituais que simbolizam seus desejos sociais. Por outro lado, alguns rituais são sempre repetidos num misto de festa e violência.

Para os jovens daquela época, particularmente aqueles que optaram pela guerrilha, fazer a revolução implicava necessariamente abrir-se ao imaginário que ela produz, partilhar os mitos e as esperanças que dela brotam, vivê-la como um momento único em que tudo se torna possível.

Quando o grupo revoltoso ganha, verifica-se na maioria das vezes as mesmas tendências, ou seja, os símbolos espontâneos tornam-se obrigatórios, impostos.

Nos anos 90, caracterizando esse novo tempo, os funkeiros e torcidas de clubes de futebol nos estádios tentam expressar de forma violenta suas faces dos rituais da festa. Considerando que a violência está presente no cotidiano das grandes sociedades urbanas, o comportamento coletivo desses jovens expressa sua marca cultural

em todos os ritos de passagem. A irreverência está nas roupas, nos cabelos, nas letras das músicas. Como esteve nos anos 50 com James Dean e a juventude transviada, ou nos anos 60 com a contracultura e seus seguidores.

Destacamos dois modelos de rebeldia na juventude dos anos 50/60. A juventude transviada, personificada em James Dean, tinha como principal estratégia a destruição, tanto que seu principal líder acaba por se autodestruir, enquanto a dos anos 60 sonha com projetos mais *politizadores*. Chamo também a atenção para o aprisionamento da juventude dos anos 60 às verdades e certezas absolutas que, em alguns casos, por outros caminhos, acabaram num processo autodestrutivo.

O fim da década de 50 já havia se constituído, para alguns jovens, num período de rebeldia sem causa. James Dean era ídolo dessa juventude, encarnando o papel de jovem revoltado no filme "Juventude Transviada". A música é um dos instrumentos utilizados por esse grupo. O *rock and roll* e as figuras de Elvis Presley, Bill Halley, Chub Checker, Little Richards levam a juventude para muito além dos padrões comportamentais aceitos à época. A grande influência do movimento artístico, principalmente da música, sobre os jovens, é um fenômeno anterior, do final dos anos 50.

Esses jovens dos anos 50 estão rejeitando o *establishment* que se forma no pós-guerra, em que a vida se resume a acordar cedo para trabalhar, numa visão às vezes bem real para alguns países de que é preciso reconstruir de novo o mundo, destruído pelas guerras. A rebeldia jovem dos anos 50 explode num processo sem causa, sem um projeto político mais claramente estruturado.

Nos Estados Unidos, desde os anos 50 podemos sinalizar dois símbolos desse fenômeno: Allen Ginsberg, com seu poema "*Howl*", que significa uivo ou berro, e Elvis Presley,

com o *rock and roll*, que tem seu apogeu nos anos 56/58. Também significativos como representantes desse mesmo comportamento, Bob Dylan e Joan Baez marcaram nossa juventude através do protesto musical.

Elas Amavam os Beatles e os Rolling Stones



Só a partir de um estudo mais profundo do sentido dos papéis sexuais e do simbolismo sexual das sociedades é que poderemos melhor identificar as épocas e a ordem social que as institui, e quem sabe até transformá-la.

Nossas relações e interações vão nos construindo enquanto pessoas singulares ou múltiplas. Cada um tem dentro de si múltiplas identidades, como se tudo e todas as coisas possuíssem capacidades imanentes que em qualquer momento pudessem ser ativadas. A manifestação dessas identidades depende das circunstâncias e da forma assumida pelas identidades daqueles com quem se está interagindo.

Para Joan Scott, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: primeiro, símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas, freqüentemente contraditórias (Eva e Maria, como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição cristã do Ocidente), mas também mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção; segundo, conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas; terceiro, uma noção do político, tanto quanto uma refe-

rência às instituições e organizações sociais; e, por fim, o quarto elemento seria a identidade subjetiva.

Essa organização do cotidiano, que começa a se estruturar na Europa, principalmente na França, demonstra uma americanização do comportamento europeu. O que poderíamos então dizer do Brasil, que sofre de forma muito mais profunda esse processo de importação de valores e comportamentos americanos, principalmente no pós-guerra?

A resposta passa pela análise das categorias do gênero e do cotidiano, porque elas auxiliam no estudo das relações do imaginário social e na construção das ideologias. Nesse território concreto, cheio de significados e significantes, a palavra desempenha uma função fundamental na construção desse imaginário social.

Desta forma, selecionamos como objeto de estudo símbolos e outros materiais constitutivos do nosso corpo de análise: jornais, revistas femininas, músicas, fotografias e o cancionário popular feminino. Buscamos identificar como a mulher aparece, como ela é cantada pelas letras das músicas, enfim, quais os símbolos que identificam essa mulher na nossa sociedade, naquele determinado momento histórico.

Nossa investigação se apóia também em entrevistas e declarações das mulheres daquela época, através da identificação de suas representações, nas diversas vozes constitutivas de seu discurso fundador.

Grande parte do tempo as mulheres estão envolvidas nas representações formadas no espaço das relações que estabelecem com seus interlocutores sociais, seja na família, no trabalho ou na militância política. E será nesses espaços sociais, todos eles povoados pelas representações que se desenvolvem ou não, que elas

poderão construir conhecimentos pessoalmente apropriados nesse saber cotidiano.

O fato de terem os arquivos públicos, até o final do século passado, se caracterizado como um olhar de homens sobre homens, calava as mulheres. Poucos registros diziam respeito a elas. Hoje fala-se muito sobre as mulheres, mas o que sabemos de fato sobre elas?

Trata-se então de uma necessidade, hoje, de perceber como privado e público tendem a se misturar no acontecimento e de buscar desvelar, nos comportamentos femininos, até que ponto o acesso da mulher à esfera pública tem trazido ou não transformações e novos valores sociais. Devemos estar atentos para não incorrerem em outras armadilhas como dicotomizar público-privado, visto que, ao fazê-lo, reproduzimos conceitos propalados pela ideologia burguesa. O que desejamos enfatizar é que sempre que empregarmos na análise um senso comum dicotômico, estaremos utilizando uma visão conservadora. Logo, temos como preocupação central saber como algumas mulheres rompem ou não com as representações de sua época, num constante movimento de ruptura e permanência.

Na imprensa dita feminina, teremos um vasto material para nossas investigações, porque essas publicações têm um público-alvo certo e cativo: as mulheres. Esse material jornalístico serviria como fonte de pesquisa, por auxiliar na identificação das mulheres em nossa sociedade, num dado momento histórico. Estudos atuais sobre o feminino auxiliam também as análises sobre seu imaginário e identificam em que medida ele é povoado de fantasias e ideologias. Lembramos, por exemplo, duas mulheres famosas que, como tantas outras, traziam seu próprio universo de contradições: Rosa de Luxemburgo e Virginia Woolf. Assim, todos os mitos, memórias e histórias do início dessa construção do modo de ser feminino são de extre-

ma importância para a compreensão do nascimento e renascimento das diferentes identidades e vozes femininas à brasileira.

Um estudo interessante, que vale a pena aqui ser citado, é o de Clarissa Estés, psicóloga junguiana que afirma que, ao longo do desenvolvimento da civilização, os instintos mais naturais vividos pelas mulheres – a quem ela confere o nome de Mulher Selvagem – foram sendo domesticados, sufocando desta forma todo o potencial criativo da alma feminina. E considera, através dos estudos baseados em mitos, contos de fadas, lendas do folclore e outras histórias escolhidas ao longo de 20 anos de pesquisa, que a mulher pode e deve se ligar novamente aos atributos saudáveis e instintivos do arquétipo da mulher selvagem. Ao revelar em seu livro uma psicologia da mulher em seu estado mais puro, o de profunda busca do conhecimento da alma, a autora está apontando pistas para um novo léxico que caracterize a psique feminina.

No entanto, para a psicanálise, a mulher, enquanto categoria, não é considerada, mas sim a psique genérica humana. Assim, o feminismo vem tentando traçar recortes neste genérico humano, de forma que possamos ter uma visão crítica da imagem que a sociedade espera de nós, mulheres.

Janus, o deus grego do passado e do futuro, pode ser visto como um símbolo dessa identidade cindida do feminino, que tem dificuldade de ser presente dentro de sua própria realidade histórica, que exige hoje essa interação entre o público e o privado, a casa e a rua, o corpo e a cabeça.

Nem grandes mitos femininos puderam escapar de seu próprio inventário. Rosa de Luxemburgo morreu sonhando com o filho que nunca teve enquanto Virginia Woolf afirmava que as mulheres nunca tiveram um teto todo seu

e, por isso, não puderam equivaler-se à genialidade de um Shakespeare. Esses dois exemplos retratam, de forma muito pertinente, as angústias das mulheres daquele tempo, limitadas por suas próprias condições históricas.

Percebemos, assim, como as categorias de gênero e cotidiano, relacionadas com as investigações sobre o imaginário social da época, podem contribuir para uma melhor compreensão da trajetória das mulheres. O estudo do gênero seria então um dos caminhos para se chegar às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e mulheres na medida em que, como diz Scott, “em um certo sentido a história política foi encenada no terreno do gênero”.

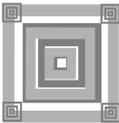
Assim, o problema essencial para se identificar uma visão nitidamente feminina do passado é a hegemonia: a de uma ideologia dominante e a de uma dominação sobre a narração, expressa na relação homem-mulher. Na realidade, é algo próximo da relação entre as memórias da classe operária e da classe dominante, só que, desta vez, a dominação não vem de fora, mas de dentro do próprio grupo social. Quando as mulheres formam coletividades conscientes, usam a memória social de modo idêntico ao de qualquer outro grupo. Exemplo disso é o próprio movimento feminista, que deu origem, particularmente nas duas últimas décadas, a toda uma série de relatos específicos de contribuições femininas passadas para diferentes profissões ou diferentes campos acadêmicos ou culturais. Tais obras, eruditas ou não, são exemplos clássicos de comemorações que ajudam a constituir a identidade social de cada grupo profissional feminino.

Voltemos aos anos 60. Hoje aquelas jovens começam a questionar a própria vida e antigos valores. São mães, algumas já avós. O drama existencial dessas mulheres faz com que elas hoje analisem antigos comportamen-

tos, o papel do casamento, a realização profissional, a solidão depois dos filhos criados, os fracassos e possíveis vitórias de sua condição feminina numa sociedade ainda machista.

São vários atores e atrizes e várias significações e subjetividades – elas amavam os Beatles e os Rolling Stones, protestavam ao som de Caetano, Chico ou Vandrê, viam Glauber e Godard. Era uma juventude que se acreditava política e achava que tudo devia se submeter ao político: o amor, o sexo, a cultura, o comportamento.

Novas utopias surgem a cada momento para aquelas jovens gerações. Quando Leila Diniz apareceu grávida na praia, de biquíni substituindo a bata usada até então pelas mulheres, esse biquíni *fala* muito mais do que qualquer texto, apontando para a liberação do corpo feminino e seu direito ao prazer e ao desejo. A nudez daquele ventre simbolizava naquele momento histórico uma de suas bandeiras de luta, a assunção da sexualidade feminina. O produto do desejo era assim exposto de forma clara, pela primeira vez, representando o eco do grito de liberdade de toda uma geração.



Construindo Ilusões e Mitos

No mundo moderno, três ideologias são dominantes e por isso têm de ser consideradas: a da propriedade, a da racionalidade e a do Estado. Através de suas representações, elas apresentam um sistema de valores, como ética e moralismo, estética e esteticismo, modelos, ideologias que se dizem não-ideológicas, como cientifismo, positivismo, estruturalismo etc. Mas é principalmente

através da ideologia do consumo e da publicidade que o homem e a mulher constroem suas ilusões e mitos. Assim, o imaginário social, envolvendo a imaginação individual e os simbolismos coletivos, é dominado através de pressões e apropriações estabelecidas pela ideologia e retórica correntes.

O papel da linguagem, através de suas funções metafórica e metonímica, é fundamental nesse processo de dominação. E a apropriação do ser humano de seu ser natural – corpo, tempo, espaço, desejo – se dá sempre através de valores em formação ou em vias de desaparecimento, como festa, lazer, esporte, cidade e urbanidade, natureza etc. É no cotidiano que existem as pressões, os conflitos e problemas que nos remetem a soluções conflitivas e que se sobrepõem às soluções reais quando estas são ou parecem impossíveis, e a procura de uma solução transpõe o limiar do imaginário.

O postulado da sociedade dita de consumo inscreve como base de sua ideologia o fato de que pode haver consumo sem apropriação. Este seria o princípio suposto da satisfação, nos dias de hoje. Portanto, o imaginário, propriamente dito, faz sempre parte do nosso cotidiano. No entanto, o imaginário relacionado ao cotidiano tem o papel de mascarar a predominância das pressões, a fraca capacidade de apropriação, a acuidade dos conflitos e os problemas *reais*.

O ato de consumir é um ato imaginário, portanto fictício, tanto quanto um ato real, sendo o próprio real dividido em pressões e apropriações. O consumo imaginário – os textos de publicidade – e o consumo real não têm fronteiras que os delimitem. Percebemos uma profusão dos objetos-signos e de consumo; é a capacidade, a imposição total do código que rege o valor social; é o peso específico dos signos que rege a lógica social das trocas.

Portanto, a lógica da atual sociedade é a da imposição da necessidade, do consumo.

Necessidade e trabalho surgem deste modo como as duas modalidades de uma mesma exploração das forças produtivas. O consumidor saturado aparece como metamorfose enfeitada do produtor assalariado. Nessa sociedade nada mais se faz do que suscitar um novo tipo de servo, o indivíduo enquanto força de consumo.

Na teoria fetichista do consumo, os objetos são antes de mais nada signos e é daí, e de modo nenhum de seu valor de uso, que vem o fascínio que eles exercem. É um fetichismo do significante. Não é a paixão das substâncias que fala – a dos objetos, ou a do sujeito – é a paixão do código que, regulando e subordinando a si objetos e sujeitos, vota-os conjuntamente à manipulação abstrata.

São as classes médias, principalmente, os objetos e vítimas desse processo. É a relação com as coisas e com os bens que se generaliza. Estende-se à sociedade inteira esse gênero de vida, e muitas vezes esses valores são transmitidos pela própria família e pela escola.

A Mulher da Janela X as Mães da Praça de Maio

Há, na sociedade, dois domínios sociais básicos: a rua e a casa. Um dos componentes do domínio da casa, considerado ambíguo e situado entre o mundo exterior e interior, são as janelas. Delas pode-se ver a rua com seu movimento constante. Desta forma, certas áreas da casa permitiriam comunicar o de dentro com o de fora e, por outro lado, o feminino com o masculino.

Outro espaço social bem definido dentro da casa é a chamada área de serviço ou dependências da empregada. É um espaço que relaciona o mundo da casa com a rua, o trabalho, a pobreza e a marginalidade. Cada vez mais, no entanto, as mudanças econômico-sociais e o empobrecimento das classes médias nos parecem indicar que as mulheres dessa classe social já ingressam no mundo do trabalho, o que faz com que, nas modernas construções, esses espaços tendam a diminuir ou desaparecer. As antigas empregadas hoje também se sindicalizaram, não aceitando mais tão passivamente um regime de exploração em que não havia horário de descanso, mas só horário de trabalho.

É interessante sinalizar como, além da dicotomia público-privado, casa-rua, há também uma série de subdivisões, e no caso da área de serviço, até mesmo de submundos, no interior da própria casa, nas quais estão simbolizadas a opressão racial e a de classe. Essa casa brasileira vem abrigando, sistematicamente, cindidas ao longo do seu processo cultural, duas mulheres: a branca, patroa, sinhazinha, e a negra, empregada, escrava. No caso específico dos apartamentos, podemos citar também os elevadores, que têm seus códigos e sinais que ajudam a falsear os preconceitos. Até bem pouco tempo, com a promulgação da Lei Afonso Arinos, o elevador de serviço tinha vários sentidos, um deles racial, que significava *para os negros*.

Analisando a influência da televisão sobre nosso imaginário, Muniz Sodré afirma que a multifuncionalidade da família patriarcal já desapareceu no processo histórico, mas permanece no nível do imaginário, como "matriz simbólica da narrativa popular de maior consumo no Brasil de hoje, a telenovela".

A telenovela passou da alcova para outros cômodos da casa. A novela "Antônio Maria", que tinha como

herói um mordomo português, é um exemplo do modelo copa/cozinha; “Beto Rockefeller”, a história de um boa-vida carioca, é exemplo do modelo sala de visitas. Finalmente, a partir de 1968, a telenovela chega à rua, com a fase das tomadas externas, mas sempre vista da janela, isto é, do ângulo das relações de família. Vale a pena ressaltar aqui que a fase da rua coincidiu com a hegemonia da Rede Globo de Televisão.

A partir desta última fase, modernizam-se nos temas das telenovelas os conflitos. E vão sendo progressivamente incorporados assuntos como liberdade, sexualidade, juvenilização dos velhos, descasamento e muitos outros. Hoje, por exemplo, um novo tema é incorporado à novela das oito, de maior audiência: o problema do homossexualismo, até então considerado tabu. Na verdade, o que podemos perceber é um ajuste da enunciação tradicional à moderna, na medida em que isto facilita a aceitação do produto pelo olhar mais conservador do público.

Voltando às mulheres universitárias dos anos 60, procuro mais uma vez pistas nesse seu cotidiano doméstico e público que nos revelem pontos de ruptura com todo um passado patriarcal conservador. Como se comporta esta mulher? Em movimentos permanentes do quarto à sala de visitas? Contempla muitas vezes apenas através da janela? Ou toma seu espaço nas ruas ou nas praças, como o modelo argentino das Mães da Praça de Maio?

O Mundo que Carolina, Coitada, não Viu

Tomo, então como um dos objetos desta nossa análise, a contribuição trazida pelas músicas do compositor

Chico Buarque de Holanda, por ser um dos símbolos mais marcantes dos anos 60 e por ser também aquele que mais se utiliza da dialética masculino/feminino em suas composições.

Chico Buarque lança um olhar sobre a trajetória das mulheres ao longo da década de 60 e assinala a figura na janela como um limite simbólico entre o universo privado feminino e sua relação com o mundo público. Identificamos nos não-ditos do compositor o silêncio político característico do período da ditadura militar no país. A janela simboliza assim dois movimentos: um de abertura para visualizar o que se passa lá fora e outro de fechamento, explicitado na atitude passiva daquela que apenas observa, sem coragem de romper os limites invisíveis desse espaço físico. Essa janela passiva que serve de apoio a tantas esperas é descrita nas letras das músicas *A Banda* (1966), *Januária* (1967) e *Carolina* (1967). Em suas inúmeras músicas sobre mulheres, nos anos 60, a janela passa a ser um ponto de limite obrigatório, tornando-se algumas vezes uma linha imaginária que divide as mulheres, da casa e da rua.

É a partir da figura da janela que o compositor canta esta mulher doméstica que começa a enxergar o mundo, a vida, ainda na *segurança* do interior da casa. Enfim, esta mulher começa a vislumbrar a vida nas ruas, conhecer o mundo que “Carolina (coitada) não viu”.

Na letra de *A Banda* (1966), a moça feia debruçou na janela, enquanto a namorada contava as estrelas e a moça triste que vivia calada, sorriu... Já em *Com Açúcar, Com Afeto* (1966), a mulher, em casa, está sempre esperando o homem que volta da rua, do trabalho e da boemia. E assim, nesta fala masculina, ela diz:

*Logo vou esquentar seu prato
Dou um beijo em seu retrato
E abro os meus braços prá você.*

A mulher de Pedro, pedreiro, também está sempre esperando, esperando a festa, esperando a sorte e esperando um filho, para esperar também. Nestas duas últimas letras fica identificada não apenas a condição social feminina, mas também a condição social do trabalhador/a, que atinge a ambos, homens e mulheres. Só que, por ser oprimido, a sociedade justifica o comportamento deste homem que tem direito então de ir ao bar após o trabalho e procurar os amigos, enquanto a mulher sofre uma dupla opressão porque, reclusa no seu feminino, tem de sempre esperar pelo homem, aumentando sua lista de esperas. E quando ele vem, servi-lo.

Das dezenove músicas analisadas, torna-se necessário destacar duas fases do compositor, uma no período 1964/1968 e outra, de 1969/1975. Nas treze composições escolhidas, do primeiro período, há uma, intitulada *Ela e sua Janela* (1966), que mais uma vez toma como referência este espaço-limite.

*Ela e seu castigo
Ela e seu penar
Ela e um fogareiro
Ela e seu calor
Ela e sua janela, esperando.*

Nas letras de Chico Buarque, aparece a mulher-mãe, com a filha, com seu tricô e sua janela, sempre dentro dos limites do espaço doméstico privado, enquanto o homem fica com a rua, os amigos, o bar e a boemia, pois o companheiro de mágoa masculino é o copo. As-

sim, o homem vai à rua, ao mar, ao bar. Bebe, tem vitórias e estórias a contar, enquanto a mulher tem o seu pensar e vai, no máximo, até a janela.

As questões de classe e de ascensão social também aparecem de forma clara nessas músicas. Só que para a mulher começar a sair de casa, a solução apresentada na maioria das vezes é outro homem, outro casamento, sendo bastante comum as mulheres aceitarem esta nova armadilha. Ainda na mesma música, *Ela e sua Janela*, nos é dito que:

*Mas outro moreno
Joga um novo aceno
E uma jura fingida
E ela vai talvez
Viver duma vez
A vida.*

Será que ela vai conseguir de fato *viver a vida*, só pela mão masculina? Estudando a obra de Chico Buarque, observamos que já começam a surgir sinais de mudança no comportamento dessas mulheres. Nas músicas *Será que Cristina Volta* (1967) e *Você não Ouviu* (1966), a mulher começa a sair de casa e a abandonar o homem. Mas essa mulher ainda não é de fato livre porque vem pedir dinheiro ao ex-marido. Ela é vista então como uma irresponsável que abandona a casa, o marido e o filho. Essas duas músicas identificam também a perplexidade que os homens sentem quando essas mulheres, aparentemente passivas, submissas, ousam romper com seu cotidiano opressor. Fala Chico Buarque:

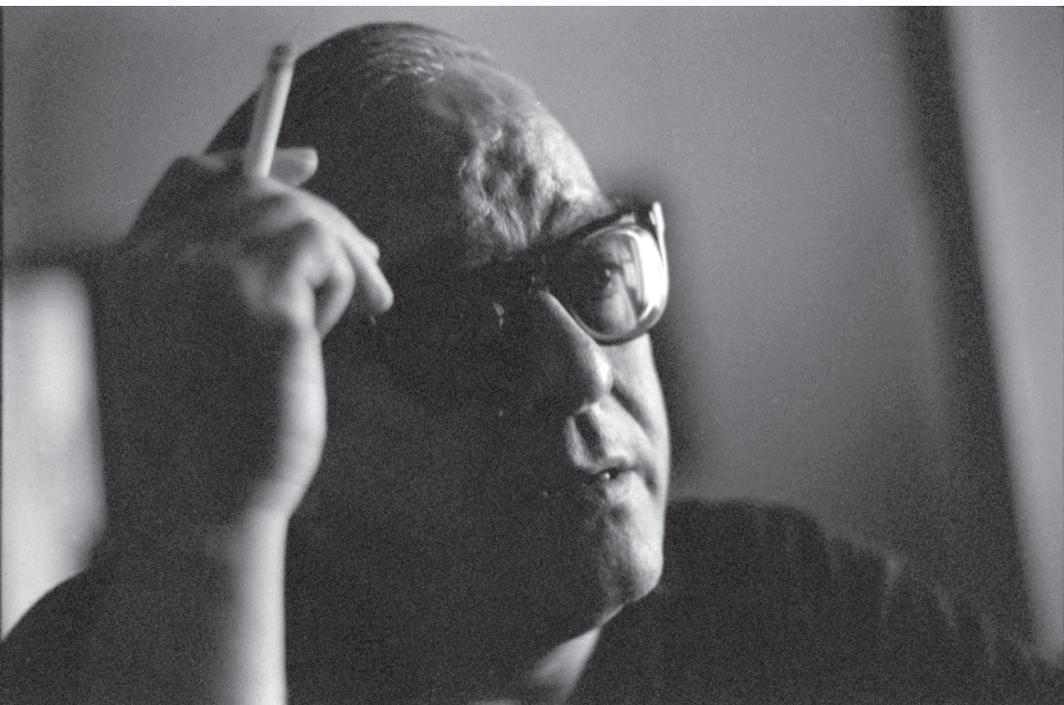
*Será que Cristina volta
Será que fica por lá*

*Você me desconcerta
Pensa que está certa
Porém não se iluda
No fim do mês, quando o dinheiro aperta
Você corre esperta
E vem pedir ajuda
E lhe procuro, mas você se esconde
Não me diz aonde
Nem quer ver seu filho
No fim do mês é que você responde.*

Outro preconceito também presente é quanto à questão da idade. Homens mais velhos podem conquistar mulheres jovens, o que é socialmente aceito, mas as mulheres não têm nenhuma chance ao perderem sua juventude.

*A sua dança vai durar enquanto
Você tem encanto
E não tem solidão
No fim da festa há de escutar meu canto
E vir correndo em pranto
Me pedir perdão (ou não?).*

Ao mesmo tempo, o autor constata que quem, como Carolina, permaneceu na janela perdeu a chance de viver, pois "o tempo passou na janela e Carolina não viu" (1967). Esse universo de conflitos e contradições femininos tem, na janela, uma referência real e um limite do seu imaginário. A mulher está sempre na janela, é simples espectadora da vida e não sujeito dela. Fica apenas vendo a vida passar ou desempenha o papel de objeto sexual do homem, é um mero produto nessa vitrine doméstica ou comercial.



Vinícius de Moraes, 1965 [Calazans/AJB]



Che Guevara, 1960 [Alberto Korda]



Solar da Fossa. Atualmente, Shopping Rio Sul, 1971
[Jacob/AJB]



Leila Diniz - Avenida Rio Branco. Centro do Rio, 1970
(Ronaldo Theobald/AJB)



Excedentes do concurso para o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, 1969 [França/AJB]



Henriette Amado
Diretora do Colégio Estadual
Andrè Maurois, 1967 [Mateus/AJB]



Passada dos 100.000, Cinelândia, 1968 [Campanella Netto/AJB]



Faculdade Nacional de Filosofia - UFRJ, 1966
[Ronaldo Theobald/AJB]



Festival de Música Popular Brasileira
TV Record, São Paulo, 1966 [AJB]



Vera Fischer, desfile para Miss Brasil, 1969
(Rubens Barbosa/AJB)

Ao longo do processo histórico, as mulheres vêm se apresentando, socialmente, na maioria das vezes, como simples objetos, cuidando da casa e dos filhos, ou se oferecendo para o prazer do Outro. Como as mulheres da Idade Média, Julieta joga as tranças pela janela; já as prostitutas jogam os seios, ambas demarcando esse perverso limite entre o espaço público e o privado, entre a casa e a rua, entre o feminino e o masculino, enquanto conceitos construídos culturalmente.

Carolina, Januária, Julieta, a namorada, a prostituta. Todas na janela, balcão de ofertas para um casamento eterno, “até que a morte nos separe”, ou para apenas uma noite fugaz. No fundo, todos modelos de um dever-ser das mulheres ao longo dos tempos. É importante registrar nesses anos 60 que, sendo Chico Buarque um dos compositores mais famosos e reconhecidos na época, as letras de suas músicas nos remetem à ambigüidade do cotidiano desses múltiplos universos e vozes femininas.

O que não podemos perder de vista em nenhum momento é que as mulheres universitárias, embora brancas e intelectualizadas, não deixam de ser mulheres. Seu gênero é o feminino e elas não estão tão longe de todo esse drama que se desenvolve no cotidiano de todas as mulheres, independente de sua classe social. As moças apaixonadas e casadouras da década de 50 – os Anos Dourados – não poderiam num passe de mágica, nos anos 60, apagar todo um inventário feminino que formou suas mães e avós. Mas a partir do movimento feminista, quando essas mulheres começam a disputar mais com os homens o mercado de trabalho, querer fazer política e ter direito ao prazer, os homens se assustam e começam a construir um discurso para este novo momento da história das mulheres.

Nas músicas *Logo Eu?* (1967), *Bem-vinda* (1968) e *Mulher, vou dizer Quanto eu te Amo* (1968), surge cada

vez mais o homem *cumpridor* dos seus deveres e que trabalha. O trabalho doméstico não é considerado ainda como trabalho. Afinal, o homem dá duro e a mulher é responsável pelo seu descanso, o descanso do guerreiro, de quem realmente vai à luta e ocupa o espaço público. E pior: a mulher, *pecaminosa* e mentirosa nem sempre valoriza o *bom homem* que ela tem dentro de casa.

Mas, de repente, na música *Essa Moça tá Diferente* (1969), Chico Buarque nos diz que as mulheres agora mudaram: “A moça está prá lá de prá frente, essa moça tá decidida a se supermodernizar, ela me olha de cima, ela quer ver o astronauta descer na televisão”:

*Essa moça é a tal da janela
Que eu me cansei de cantar
E agora está só na dela
Botando só prá quebrar.*

Em 1969, na segunda fase de suas músicas femininas, há o início de um movimento de ruptura, quando o homem começa a se lamuriar, porque ela se foi, ela *bota prá quebrar*. É importante observar também que esse início da liberação das mulheres vem acompanhado da explosão do domínio televisivo, cuja presença já vem registrada na letra de *Essa Moça tá Diferente*.

A nova fase do compositor, de 1969 a 1975, demonstra, em suas letras femininas, nada mais do que o reflexo do início de transformações, nas quais já não é mais possível ignorar os efeitos dos meios de comunicação de massa, principalmente a televisão. A classe social que lidera essa mudança cultural é a classe média urbana liberal e intelectualizada, mais próxima dos padrões dos chamados países desenvolvidos.

É justamente dentro deste grupo social que está a grande maioria das mulheres por nós pensadas, e também serão essas mulheres, de início, as mais facilmente influenciadas pela televisão, se considerarmos que, quando surgiu a TV, as classes populares ainda não tinham condições de adquirir seus próprios aparelhos.

E assim os jogos dos limites privado-público, tradicional-moderno são sutilmente apresentados, principalmente nos espaços das telenovelas, que também usam a dicotomia casa-rua e têm na família um de seus principais alvos. Por outro lado, esta nova janela eletrônica contribui muitas vezes para a passividade, omissão e alienação femininas, na medida em que tem claros objetivos políticos de transmissão de valores da classe social hegemonicamente dominante.

As mulheres brasileiras desta geração, particularmente as universitárias do Grande Rio, vivem essa pluralidade de experiências: o gesto de Leila Diniz, as músicas de Chico Buarque, a geração AI-5 ou a janela eletrônica. Onde e como poderá haver ainda algum espaço próprio, criador, para uma mais ampla libertação para as vozes das mulheres desta geração, tão marcadas por essa fala masculina?

Voltando mais uma vez às músicas de Chico Buarque, observamos de forma bastante marcante a presença da casa, da rua e da janela enquanto limite entre esses dois espaços. Suas músicas refletem prioritariamente a idéia do cotidiano: acordar, trabalhar e voltar para casa. Evidenciam-se o cotidiano rondando todo o tempo e também a presença da crise urbana, com sua inerente poluição, seu *stress*, e ainda não tão violenta como nos dias de hoje.

Bastante significativa neste aspecto é uma das frases da música *Samba e Amor* (1969), quando ele nos diz

que “o trânsito contorna a nossa cama, e reclama do nosso eterno espreguiçar... Escuto a correria da cidade, que alarde”.

Outra questão vem levantada na música *Um e Outras* (1969), quando surge a velha dicotomia entre a mulher *séria* e a prostituta. Nesta música há um encontro, um ponto em comum entre essas duas mulheres: a *séria* e a *outra*, embora, aparentemente, ambas tenham bem definidos seus lugares sociais. Chico Buarque tem desenvolvido, em suas composições, mais do que a maioria dos homens compositores e cantores, uma grande sensibilidade e percepção para as coisas do feminino. Em seus versos, enquanto a prostituta forja o seu sorriso e faz do mesmo profissão, a outra nunca teve sorriso, “prá melhor se preservar”. E enquanto uma tem tanta calçada prá caminhar, a outra já perdeu a conta de tanto rezar. Em outro parágrafo desta música, dá-se o encontro no cotidiano das duas.

*O acaso faz com que essas duas
Que a sorte sempre separou
Se cruzem pela mesma rua
Olhando-se com a mesma dor
Que dia! Cruzes, que vida comprida
Prá que tanta vida prá gente desanimar.*

Assim, nos parece que a dor de ser mulher numa sociedade preconceituosa é a mesma, embora possam até mudar aparentemente os papéis sociais. Já na *Valsinha*, de Vinícius de Moraes e Chico Buarque (1970), o homem e a mulher ocupam a praça e dançam.

*E dançam e lutam tanto que toda a vizinhança des-
pertou.*

E foi tanta felicidade que toda a cidade enfim se iluminou...

Tantos gritos roucos como não se ouvia mais...

Que o mundo compreendeu e o dia amanheceu em paz...

Dessa vez, a mulher já está fora da casa, na praça junto ao homem, para se unir aos demais, para o mundo compreender e o dia amanhecer em paz, a paz sonhada e ansiada como um dos principais mitos dessa geração. É importante registrar esse olhar sobre a contribuição feminina nas músicas de Chico Buarque, por ter sido ele o autor que melhor leu esse segmento de mulheres de que fala o presente trabalho: as universitárias dos anos 60.

Como diz Fernando Pessoa, podemos nos perguntar se terá valido a pena esta trajetória das mulheres em busca de seus direitos. Ou quem sabe às vezes não nos apercebemos que estamos assumindo cada vez mais apenas os deveres ditos antes masculinos? Até porque, em se falando de direitos, muitas vezes os homens também não conseguiram ter garantidos os seus enquanto cidadãos, principalmente se forem negros ou das classes populares.

Miss: Status e Chance de Marido Rico

Revisitando a imprensa brasileira nos anos 60, pesquisamos principalmente os meses de maio e outubro nos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *O Jornal*, e na revista *Realidade*, à busca de pistas de possíveis rupturas, permanências ou avanços referentes ao papel social da mulher brasileira nessa época. Escolhemos os

meses de maio e outubro por estarem eles relacionados aos papéis da mulher enquanto mãe e professora. Maio é o mês das noivas, o mês de Maria e o mês em que se comemora o Dia das Mães. Em outubro comemoram-se o Dia da Criança e o Dia do Professor/a.

Nestes noticiários, a mulher é sempre associada a um comportamento ideal, mas já há sinais de ruptura e permanência de uma pluralidade de comportamentos e imagens convivendo com padrões conservadores. É fundamental, para nosso estudo, identificar as condições sociopolíticas de construção do sistema ideológico do Brasil dos anos 60. Os pensamentos coletivos precisam ser objetivados, dando-se a real importância aos agentes sociais ou sujeitos (individual ou coletivo).

As notícias pesquisadas mostram que, na década de 60, pela primeira vez as mulheres abrem, sozinhas, contas bancárias; começam a comprar a crédito sem precisar da autorização dos maridos; trabalham fora; ocupam cargos no Legislativo; fazem passeatas; são presas por suas atividades políticas e invadem as universidades, embora ainda permaneça muito marcante, durante toda a década, o papel de esposa e mãe como principais espaços sociais femininos.

Procuramos relativizar a importância do jornal como fonte histórica, identificando nas notícias pistas para uma nova perspectiva dos papéis e comportamentos femininos. Esta perspectiva adotada admite o recorte mulheres como mais uma possível contribuição para a compreensão do gênero, pensado como categoria analítica. Investigamos três papéis sociais bastante comuns nas matérias jornalísticas da época: a *miss*, a professora e a mãe.

Eram usuais os concursos para Miss Universitária. Tais concursos nos remetem aos conceitos de beleza e feminilidade, bastante presentes no imaginário social

brasileiro. Mesmo nos meios universitários, estes concursos eram vistos como padrões aceitáveis. Desta forma, selecionamos manchetes e notícias que remetem a um determinado conceito de beleza associado às mulheres, na sua maioria louras, de olhos azuis, padrão idealizado ainda hoje pela figura televisiva da *musa dos baixinhos*, a apresentadora Xuxa.

– *Zelia Licia J. Siqueira é candidata ao título de Miss Universitária pela Faculdade Nacional de Odontologia.* (13/10/60)

– *Professora disputa o título de beleza. Shirley Barros Lobo, formada em letras neolatinas e estudante das Faculdades de Filosofia e Direito, disputa o cetro de Miss Universitária.* (12/10/61)

– *Foi procurado para inscrições o Concurso Rainha e Princesa do Caco.* (Centro Acadêmico da Faculdade de Direito) (5/5/63)

– *Miss Fiscal da UDN chora ao saber que Flexa Ribeiro (candidato da UDN) perdeu!* (*Jornal do Brasil*, 7/10/65)

Ser *miss* dava *status* social, possibilidade de empregos futuros como modelo, e também uma chance segura de conseguir um marido rico. Durante toda a década, as misses são muito valorizadas, ocupando lugar de destaque na alta sociedade carioca e povoando os sonhos e o imaginário das mulheres de baixa renda.

Observamos, na composição de uma entidade chamada Instituto Superior de Cultura Feminina, a presença de uma Miss Brasil (Maria Rachel de Andrade), aliada à

Lefícia Lacerda (mulher de Carlos Lacerda) e Terezinha Rodrigues (mulher do coronel Mauro Rodrigues). Nas reuniões do Instituto, estudava-se Mercado de Capitais, Relações Internacionais e Econômicas e outros assuntos considerados relevantes.

Por serem socialmente consideradas, as misses eram convidadas a fazer parte de espaços ditos de prestígio junto com mulheres de políticos famosos como Carlos Lacerda e mulheres de militares, o que nos leva a concluir que outro juízo de valor importante para a época era o de que a mulher deveria ser *bem-casada*. A partir daí, sua identidade principal passa a ser esposa do seu marido. Estão associados à figura das misses os símbolos emblemáticos de rainha e princesa, tão bem representados no manto, na coroa e no cetro utilizados pelas vencedoras dos concursos.

A importância de alguns símbolos femininos independem muitas vezes de ideologias de esquerda ou de direita. Tanto o Centro Acadêmico da Faculdade de Direito (Caco), um dos mais atuantes diretórios estudantis de esquerda da época, como a UDN, partido caracterizado como de direita, possuíam suas misses. É importante também observarmos que a revista e os jornais examinados eram considerados publicações de linha progressista. As notícias por eles publicadas nada mais fazem do que nos remeter ao cotidiano vivido pelas mulheres daquele tempo, independente mesmo em alguns momentos desta ou daquela ideologia. Destacamos, assim, mais algumas notícias no *Correio da Manhã*, que também remetem aos concursos de beleza feminina:

- Elizabeth foi eleita a Princesa do Lar, com o título de moça mais prendada do estado da Guanabara.
(31/5/66)

– *Leila Diniz foi recebida ontem pelo governador Negrão de Lima, na condição de Rainha do Cinema Brasileiro. Ela foi eleita em concurso promovido pela Secretaria de Turismo. (14/10/67)*

– *Maria da Graça D.P. Duarte, Miss Universitária/64, aluna do curso de Filosofia da Faculdade Santa Úrsula, adora danças e é especialista em Estudos dos Corais e Danças Folclóricas. (3/1/65)*

Torna-se importante assinalar como as idéias da casa, do lar, de ser *bem-casada* e prendada vêm associadas às misses. O que a sociedade espera é que sejam *moças de família*. Assim, a releitura dessas matérias jornalísticas nos remete todo o tempo a dois eternos símbolos do feminino: o de beleza e o da maternidade, mostrando que a mulher ainda era vista e percebida em relação ao homem como moça casadoura ou mãe de família. Quanto à questão da maternidade, torna-se importante destacar algumas permanências e rupturas que começam a surgir quanto ao modelo educacional de nossas mães e avós. Aparentemente, o momento novo é de liberdade e, como dizia Lennon, todos seríamos salvos pelo amor...



Você é a Favor do Trabalho Feminino Fora do Lar?

Outro fato observado na pesquisa desses jornais e revista foi a questão de classe. Em sua maioria, as mulheres universitárias eram oriundas dos diversos estratos das

classes média e alta, como mostra uma das pesquisas do *Jornal do Brasil*, na época:

- Pesquisa mostra que universitários do Rio pertencem a boas famílias. O Centro de Pesquisas Educacionais do MEC entrevistou 18.000 estudantes. Constatou que na GB os universitários são na maioria do sexo masculino, brancos, e solteiros da classe média. Na PUC, entretanto, a maioria é do sexo feminino. As faculdades onde a presença feminina é muito pequena são Administração e Finanças, Economia, Engenharia, Medicina, e Relações Exteriores.

- As mulheres preferem Biblioteconomia, Enfermagem, Filosofia, Serviço Social, Música, Nutrição, e Ciências e Letras. Nas Belas Artes, é de 46% a frequência feminina. Apenas 20 das 3.386 primeiranistas são separadas ou desquitadas. Solteiros, 87%; casados, 11%. Dos casados, 10% têm de um a três filhos.

- A maioria dos estudantes universitários mora com os pais. 15% têm pais falecidos. Em alguns estabelecimentos, 40% dos pais têm curso superior. É o caso de Belas Artes, Nacional de Química e Direito. Já na Faculdade de Enfermagem Luisa de Marillac, o nível mais alto do pai é o Colegial. (28/5/67)

Determinadas profissões, como enfermagem, são consideradas de menor *status* em decorrência da relação entre os contextos econômico e cultural, uma vez que a maioria dos pais dos alunos desta faculdade só tem até o curso secundário. Os leitores da revista e dos jornais eram os jovens em geral, as mulheres de classes média e alta com certo grau de escolaridade, algumas delas universitá-

rias. Logo, ao veicularem notícias com tais representações sobre a família e a maternidade, fica patente que esses valores estavam presentes também no âmbito dessas mulheres universitárias.

Leila Diniz, que adotava comportamentos bem arrojados para o modelo feminino da época, só aparece nas notícias associada à imagem de rainha e, apesar de transgredir algumas regras de comportamento social, inseria-se na profissão feminina desejável. Como tantas outras mulheres de seu tempo, foi professora de primário, embora tenha exercido por pouco tempo a profissão, pois optou pela vida artística. Um dos grandes desafios para essa geração de mulheres vai ser o direito ao trabalho e à luta por iguais condições e salários.

No “Caderno Feminino” do *Correio da Manhã*, pinçamos o seguinte depoimento em reportagem sob o título “Diálogo com a Nova Geração”: “- Você é a favor do trabalho feminino fora do lar?”, pergunta o repórter. Resposta da jovem:

- Depende muito. Isto tanto pode ser sacrifício e verdadeira dedicação quando representa uma colaboração da mulher à família, ou pode ser uma mostra de leviandade apenas. Só sou a favor quando há vocação profissional ou necessidade econômica, mas continuo achando que seu lugar mais necessário é o centro da família. Essa é a sua função real na sociedade. (7/10/62)

As palavras utilizadas, como sacrifício, dedicação e necessidade, estão associadas à função *real* da mulher na sociedade, e remetem aos principais símbolos femininos do início da década: esposa e mãe. Por outro lado, a utilização do termo *leviandade* também expressa muito

bem a representação ainda majoritária e predominante em relação àquelas primeiras mulheres que ousam ter um projeto profissional próprio. A profissão de professora não é discriminada. Muito ao contrário, será até enaltecida como um dos papéis recomendáveis para as mulheres. Destacamos sobre esse assunto alguns pensamentos expressos nos jornais pesquisados:

- A professora Benvinda Bruno da Silva, coordenadora do Serviço Social do Instituto de Psicologia Clínica Educacional e Profissional, diz que 'ser professora é ser mãe muitas vezes. Se a educação da criança depende do amor e da compreensão de pais e professores, as obrigações da mãe fora do lar como educadora não prejudicam absolutamente a vida dos filhos'. (Correio da Manhã, 10/5/64)

- Depois do Dia da Criança, por uma união de data bem significativa, surge o Dia do Mestre, mais uma advertência à nossa memória, a fim de que nos aproximemos daquela que nos levou o conhecimento das letras. Lembro-me das lágrimas que chorei quando a primeira professora se casou e abandonou a profissão. Tinha sete anos e este foi o meu primeiro desgosto de amor. (Correio da Manhã, "Ponto de Vista", Maria Claudia, 16/10/62)

- Um dos mais sérios sintomas do avanço intelectual da mulher brasileira é a imensa procura das faculdades por parte de jovens de todos os níveis sociais. Inúmeras mocinhas de sociedade cursam nossas escolas superiores em seus diferentes setores, com o mesmo élan com que antes freqüentavam as aulinhas de violão ou pintura em porcelana. Lia Beatriz Pena,

irmã da tão bonita Sra. Léa Padilha, prepara-se para o vestibular de Sociologia e Política da Faculdade Católica (famosa por suas alunas charmosas e elegantes), e dá exemplo do que afirmamos. (Correio da Manhã, 7/10/62)

– Ana Maria Bastos Cassermelli tirou o primeiro lugar no concurso de Juiz do Trabalho disputando com 372 candidatos. Leciona na Faculdade Cândido Mendes e se formou pela PUC.

Fez ótima entrevista para o 'Caderno Feminino' do Correio da Manhã, na qual ela fala do seu amor recém-descoberto pelo magistério. Ela é a única professora na faculdade, fala dois idiomas, conhece a Europa: com melhor desempenho do que muitos homens, faz questão de se afirmar muito feminina. (Correio da Manhã, 24/1/65)

– Ser professor é fazer voto de pobreza. Salário 16.000 cruzeiros.

Professorinha dá entrevista, mas não se identifica, por medo de ser demitida; declara que num escritório, com o mesmo número de horas de trabalho, uma secretária ganha três vezes mais do que uma professora. Diz a professorinha: 'Não queremos ser secretárias ou tradutoras. Queremos obedecer ao chamado da vocação. Queremos ensinar!' (O Jornal, 15/11/63)

A relação mãe-professora/mãe-educadora faz com que o dever-ser da mulher venha sempre associado ao dever-ser da educação. Se considerarmos que, até o início dos anos 60, a maior parte das mulheres ainda era dominada pelos homens, o único espaço profissional bem

aceito era o magistério. Esse pensamento pode ser elucidado, por exemplo, no uso sistemático de diminutivos associados às imagens femininas, como *mocinhas*, *aulinhas*, *professorinha*. Além disso, mais uma vez o símbolo da beleza está quase sempre associado à representação de mulher, seja como mãe ou professora. Além de meigas, suaves e lindas, as mulheres devem ter muito amor para dar, mesmo nos espaços supostamente profissionais, como a escola.

Duas questões podem também ser observadas nessas notícias: o espaço profissional masculino do 3º grau (ela é a única professora na faculdade) e como a situação salarial do magistério tem uma de suas origens na desprofissionalização feminina.

Continuemos com nossos olhares nesses textos de algumas notícias dos anos 60:

- O homem da classe média se sente humilhado quando a mulher tem que trabalhar fora. Mulher ociosa, bem vestida, mimada, uma flor-de-estufa, é um atestado de abundância. (Jornal do Brasil, Carmem Silva, 1º e 2/5/66)

- Em alguns cargos a mulher ainda não é bem aceita. Ex.: arquitetura, Min. Exterior, Bolsa de Valores e Assuntos Religiosos. Em 66, o 'Banco do Brasil' ainda não admitia mulheres. (Jornal do Brasil, 1º e 2/5/66)

- Ensino Normal tem 50 candidatas para 980 vagas. O número reduzido de candidatas (nenhum homem) às escolas normais é progressivo. O secretário de Educação, Gonzaga Gama Filho, disse ser crescente a evasão, por causa dos baixos salários. (Jornal do Brasil, 11/10/67)

– *Maria Amália Amarante de Almeida, arquiteta e professora de matemática, ganha indicação para mãe do ano, no governo Negrão de Lima. Tem seis filhos. (Jornal do Brasil, 7/5/70)*

Mais uma vez os ditos e não-ditos da linguagem nos remetem à idéia da mãe-educadora, que não precisa de bons salários porque não é o chefe da família ou o cabeça do casal. O homem *bem-nascido* se sente humilhado quando a mulher tem de trabalhar fora, uma vez que ele também está aprisionado à representação que a sociedade de seu tempo faz dele. À medida que os espaços e papéis masculinos começam a ser conquistados pelas mulheres, ocorrerá uma perda desse suposto poder, até então conferido apenas aos homens. No entanto, outras notícias já apontam para rupturas que convivem com essas permanências culturais. Selecionamos algumas que nos parecem melhor explicitar este pensamento:

– *Embora ameaçadas de serem enquadradas na Lei de Segurança Nacional ou mesmo de serem demitidas em massa, professoras designadas para o Distrito Federal decidiram continuar em greve até que consigam condições dignas. (Jornal do Brasil, 9/5/62)*

– *Só mulheres vão falar no Comício da Liga Feminina da GB. Falarão 11 mulheres que se candidataram à Assembléia Estadual. (Jornal do Brasil, 1º/10/62)*

– *Foram suspensas por tempo indeterminado as agitadoras da Faculdade Nacional de Filosofia: Ieda Sales, Rachel Teixeira, Regina Prado e Virginia Grabois. (Jornal do Brasil, 19/10/63)*

- *Madre Marie Angel realiza, com as alunas do Sacré Coeur, o 'Jogo Cênico', no qual é lembrado que sem paz não há liberdade. 'A paz é o direito à vida, ao pão, à segurança, à casa, ao vestido, e ao direito de mudar-se para outro país, sem coação', diz ela na peça. (Jornal do Brasil, 11/10/64)*

- *A mulher moderna já pode abrir, conservar e movimentar sozinha sua bancária. Agora, mesmo casada, poderá usá-la sem a autorização do marido. (Jornal do Brasil, 17 e 18/10/65)*

- *Mulher quer ganhar o pão com o suor do seu rosto. (Reportagem que dá índice de 24% para as que preferem ganhar o seu próprio dinheiro.) (Jornal do Brasil, 1º e 2/5/66)*

Estas notícias mostram que ser professora não era profissão, mas uma continuidade do trabalho no lar e na família. Por isso, os salários são baixos, até porque vistos como salários para mulheres. Apesar dessa certa desprofissionalização no que se refere aos salários, o magistério era uma ocupação social com um alto *status*, o que é confirmado por algumas notícias referentes às comemorações do Dia do Professor:

- *No Dia do Mestre, o Sindicato dos Professores Secundários faz realizar festa das professoras no Golden Room do Copacabana Palace. (Jornal do Brasil, 15/10/63)*

- *Grande show de bossa-nova no Instituto de Educação, para comemorar a 'Semana da Normalista', seguido de baile. As normalistas dançarão charleston,*

hully-gully, danças indígenas etc., e serão videotapei-
sadas. (Jornal do Brasil, 15/10/63)

Da Era da Palmatória à Era da Indulgência



Além das representações de mãe, professora e *miss*, todas consideradas rainhas no imaginário coletivo, cabe ainda analisar o papel da mulher-educadora na sociedade e a transformação das relações pais/filhos e alunos/professores.

O processo de formação de crianças e jovens ainda se dava prioritariamente através da ação feminina, no lar ou na escola, através da mãe e da professora. Assim, as instituições escola e família, durante a década de 60, serão determinantes. Cabe-nos fazer uma reflexão mais cuidadosa acerca dos modelos e valores transmitidos pelas escolas e famílias dessa década e quais os novos imaginários sociais que começam a ser construídos pelas próximas gerações a partir dessas transformações.

Muitos afirmam que a nova educação defendida nos últimos 20 anos tem incentivado o individualismo, o consumo e a alienação. Como podemos explicar tais comportamentos nesta geração que geramos se éramos ou acreditávamos ser fraternos, coletivos e comprometidos socialmente com as mudanças?

Outro aspecto a ser destacado é o fato de que as mulheres-mães que conquistavam espaços sociais de liberdade em relação aos seus *antiquados* pais se deixam, em alguns momentos, dominar pela tirania dos filhos. Ao tentar romper bruscamente com o conservadorismo dos pais, muitas vezes estimulamos, sem perceber, o autoritarismo dos filhos.

Registramos aqui a contribuição dos artigos de Carmem Silva, feminista importante em todo este processo da construção desta nova mulher brasileira. Ela alertava, no final dos anos 60, para as conseqüências da indefinição de limites que passa a caracterizar a relação pais e filhos. Em seu artigo "A Ditadura dos Filhos", publicado em 1970 na revista *Realidade*, ela previa um novo e preocupante comportamento da relação pais e filhos fazendo os seguintes comentários:

- É permitido às crianças: *fazer manha, brincar até de madrugada, pular em cima das visitas;*
- Aos adolescentes será permitido: *chegar tarde, comer quando bem entender, sujar tudo;*
- É dever dos pais: *pagar a mesada pontualmente, ajudar nas lições, agüentar tudo em silêncio.*

Tais preocupações nos levam a crer que se estabeleceu para aquela geração uma relação dicotômica que acaba por não perceber a necessidade de limites no processo de formação de crianças e adolescentes. De acordo com os jargões da época, ou você era *quadrado* ou *prá frente*. Há um confronto entre duas gerações, uma que seria culpada de todos os males, caracterizada por nossos pais, e outra sacrificada, que seríamos nós.

Nós, que acreditávamos num mundo de amor e liberdade, talvez em alguns momentos não tenhamos percebidos, em nossas práticas na escola e na família, que regras e normas constroem a democracia social que deve respeitar diferenças e direitos de cada um.

Se os filhos – crianças e jovens – deveriam ter direitos, não poderia ocorrer o inverso, ou seja, os pais e as

peessoas mais idosas perderem espaços e direitos já conquistados. O que podemos então perceber é que todo o processo de adolescência em qualquer época tem conflitos próprios necessitando, por isso, de limites sociais para que os adolescentes possam comparar valores e até discordar deles para construir sua própria identidade.

O que preocupa alguns educadores é que as relações aluno-professor tornam-se tão difíceis em certas salas de aula que nos levam a crer que da Era da Palmatória passamos à Era da Indulgência sem muita clareza das conseqüências que poderiam ocorrer nesse processo de mudança. Partimos para uma certa vulgarização das teorias psicológicas e incidimos em incorreções, exageros e esquematizações simplistas, construindo um discurso em que a criança jamais deveria ser contrariada.

Em determinadas situações, as mães se tornaram as primeiras e principais vítimas desse novo modelo educacional desenvolvido por elas mesmas. Vejamos algumas falas de nossas entrevistadas.

Os pais obedecem e eles é que mandam... os pais hoje mandam menos, porque se sentem culpados. (Entrev. 6)

Eu acho que os papéis não estão tão definidos como eram antes. (Entrev. 7)

Eu acho que os pais e mães hoje fornecem coisas materiais aos filhos... eles querem ir à festa, pedem roupa, compra-se. (Entrev. 7)

Na escola pública os pais fornecem coisas de menor valor, em termos de dinheiro, enquanto os outros, de maior valor. Mas o espírito eu penso que é o mesmo. (Entrev. 7)

O fato do filho não aceitar o que ele diz, o pai não sabe como vai lidar com isso, então deixa... a questão dos limites foi uma coisa que a gente foi perdendo. Quem tem que tentar isso somos nós, os adultos. (Entrev. 7)

Eu acho que nem a nossa geração, mas a que veio depois, essa está bem pior... os piores problemas estão vindo agora... E é para levamos a culpa de tudo? (Entrev. 7)

Essa passagem gramsciana do velho para o novo torna muito difícil para essa mulher dos anos 60 se construir em tantas exigências ocasionadas por novos papéis sociais. O processo de libertação feminina que se inicia tem um preço. As duas principais instituições em que a mulher reinava soberana começam a sofrer abalos. A escola e a família já não são as mesmas e esses sinais de mudança estão nos textos de jornais e revistas, como nas falas de nossas entrevistadas.

A sociedade e o próprio processo de libertação feminina exigem que ela seja bela, feminina, acompanhe os novos padrões da moda, trabalhe fora, contribua com a renda familiar e agora seja uma mãe *prá frente*, com filhos que muitas vezes ditarão as regras do relacionamento entre eles. Essa multiplicidade dos papéis femininos no Brasil tem nessa década o seu processo de aceleração e, quem sabe, hoje tenhamos de fazer uma parada para reflexão e autocrítica no sentido de uma melhor redistribuição desses mesmos papéis nas relações com nossos companheiros – maridos e filhos. Nesse novo caldo social e educacional em que se aceleram as rupturas com o passado mas sem muita lucidez ainda do que seria o novo em termos de comportamento social, as instituições

família e escola vão perdendo cada vez mais espaço e abrindo campo para outras referências para jovens e crianças, como, por exemplo, o papel que os meios de comunicação de massas cada vez mais passam a ocupar na formação de comportamentos e imaginários.

Maconha, Sedutora de Jovens, Intelectuais e Artistas

Ainda nos detendo sobre o papel formador e deformador das instituições sociais, nos deparamos com a discussão do papel que as drogas ocupam nos universos da família e da escola. Uma das conseqüências desse período em que os velhos costumes começam a morrer mas os novos ainda não se estruturaram é a disseminação das drogas, que vieram ocupar um lugar de destaque nas grandes sociedades urbanas e nos países desenvolvidos, principalmente a partir dos anos 60.

No período militar, o próprio sistema social ocasionava incomunicação, insatisfação, insegurança e medo. Naquele momento, a família e a escola poderiam representar, para os jovens, valores e expectativas positivas que ajudassem a equilibrar um mundo hostil lá fora. No entanto, ao não desejarmos ser carrascos dos nossos filhos, não poderíamos também, como fizemos muitas vezes, ter-nos transformado em vítimas. E ambas as óticas, tanto do carrasco como da vítima, são distorcidas e só confundiram mais os jovens, num momento de suas vidas já repleto de conflitos, como o é a adolescência. Muitas vezes essa dificuldade de assumirmos o papel social de autoridade e o sofrimento de construirmos novos mode-

los de família podem ter contribuído para o desenvolvimento do uso de drogas pelos jovens.

Durante os anos da repressão há uma grande dificuldade para os pais e mães daquela geração se assumirem enquanto autoridade, sendo os homens e as mulheres da época marcados por uma permanente tensão entre autoridade e autoritarismo. Essa negação de toda e qualquer autoridade origina antimodelos de escola e família que esses pais e mães começam a propor, rompendo bruscamente com os modelos passados.

A necessidade de negar a realidade silenciosa que caracteriza os anos de repressão torna não só a própria geração dos anos 60, mas também a que vem imediatamente após, os irmãos mais novos, as vítimas fáceis das drogas. E quais são os principais usuários na sua maioria?

São jovens, intelectuais e artistas os seus principais usuários. E por que justamente esses atores? Porque são esses segmentos sociais que mais adotarão posturas de negação e rompimento, de forma consciente ou não, com o modelo imposto pelo aparelho de estado repressivo na sociedade brasileira.

Por outro lado, durante o período militar, a família e a escola representaram aparelhos reprodutores de um sistema de silêncio e de opressão. E a geração dos anos 60 talvez tenha sido uma das que mais tentaria encenar uma revolução, reinventando a própria vida através dos espaços imaginários, para assim fazer frente às ideologias fechadas, perpetuadas e transmitidas pela sociedade positivista e tecnocrática em que se vivia.

Logo, muitos desse jovens dos anos 60/70 cada vez mais utilizarão as drogas como ritos de passagem, fundamentais para o seu crescimento, naquele determinado momento de suas vidas em que os espaços sociais estavam sufocados por medidas repressivas.

Como ser social, o homem sempre se utilizou de ritos de puberdade e, por trás dessas cerimônias iniciáticas desde os povos primitivos, há uma luta entre duas gerações. A importância da iniciação feminina sempre foi subestimada pelos estudiosos. Quem sabe porque o tornar-se mulher sempre foi controlado pelos homens, que só admitiam para si próprios esse rito de passagem, assim como o direito à assunção do próprio corpo e à sexualidade como primeiros passos para a idade adulta.

Relatórios da Organização Mundial de Saúde (OMS), de 1961, apontavam para a necessidade urgente de se enfrentar a questão das drogas, já que o problema atingia cada vez mais crianças e adolescentes do mundo inteiro, muitas vezes os levando à morte. A OMS propunha então que, em 25 anos, fosse abolido o uso clandestino da maconha. Apenas três países não assinaram a convenção: China Comunista, Vietnã do Norte e Coréia do Norte.

Nas notícias freqüentemente divulgadas, encontramos também moças e meninas usuárias de drogas. As duas principais instituições citadas nos estudos como causadoras de conflitos que poderiam ocasionar o uso de drogas são a família e a escola. Desta forma, para esses jovens havia duas opções: fugir ou agredir pais e professores, na medida em que essas eram as imagens de autoridade mais próximas. Algumas das opiniões expressas nesse noticiário têm um forte caráter moralista e conservador e nenhuma delas faz menção ao governo autoritário, provavelmente devido à forte censura imposta à imprensa nesse período.

Aqui fica patente como os currículos escolares e até mesmo a criação de disciplinas obrigatórias estão sempre relacionados com um dever-ser da educação. Naquele momento, o ensino de Moral e Cívica servia para garantir os valores do conservadorismo, em que a representação

e o dever-ser da mulher também eram transmitidos ainda como um modelo único e tradicional para a família brasileira. Passados 30 anos, talvez nos surpreendamos com a lucidez do depoimento de Frank Roberts, jovem americano de 18 anos de idade que veio ao Brasil para falar em um Programa Escolar de Combate ao Uso de Drogas. Ele aponta quatro pontos capitais que levam ao uso de drogas pelos jovens:

- a) *O desejo de integrar-se socialmente, sem depender das amizades impostas ou sugeridas pelos pais;*
- b) *As drogas são um símbolo da nova geração;*
- c) *Toda a sociedade americana é drug-oriented, ou seja: quem tem dor de cabeça toma quase que automaticamente uma aspirina, um Alka-Seltzer, um calmante; quem tem sono toma remédio para não dormir e vice-versa; e quem não está satisfeito fuma maconha;*
- d) *As drogas são, contemporaneamente, o grande assusto da civilização ocidental. Quem não as usa, ainda que a título de experiência, é considerado quadrado e fica por fora, assim como quem não entende de futebol no Brasil. (Realidade, 1970)*

Outra questão a ser levantada é o uso cada vez maior da automedicação, amplamente incentivado pela propaganda dos meios de comunicação, visando o enriquecimento das indústrias farmacêuticas. Como ainda são as mais responsáveis pela casa e pela saúde da família, as mulheres são alvos mais fáceis dessa publicidade, cujo único objetivo é vender, sem maiores cuidados, com possíveis conseqüências negativas para suas consumidoras.

Poderíamos assim afirmar que as ideologias e utopias dos jovens universitários dos anos 60 não conseguiram

se tornar dominantes, mantendo-se mais no nível das utopias de uma geração numa determinada época. Utopias essas acessíveis muitas vezes apenas aos que dominaram um saber letrado e um conhecimento escolarizado.

A Barriga Nua de Leila Diniz e a Comportada Regina Duarte

Embara Leila Diniz seja considerada um mito dessa geração e tenha sido professora, é citada apenas na imprensa alternativa, como por exemplo no jornal *O Pasquim*. Uma única notícia sobre ela foi encontrada nos três matutinos pesquisados e naquela que era considerada a principal revista progressista ao longo do estudo de dez anos, dos anos 60 aos anos 70. Nessa única notícia, a figura de Leila é unicamente associada ao símbolo de beleza, através da imagem de Rainha do Cinema Brasileiro. A imprensa comum não veicula nada a respeito dos seus novos comportamentos, ou seja, é importante aprisionar os mitos dentro dos valores conservadores da realidade cotidiana imposta pela sociedade, oprimida pelos anos da repressão militar.

Vale a pena estabelecer um paralelo entre dois comportamentos femininos, o de Leila Diniz, famosa como a grávida do ano em *O Pasquim*, e o da atriz Regina Duarte, como "Malu Mulher", em seriado de TV, ambos em meados de 70. Leila já apresenta sinais em seu comportamento de um processo de ruptura e negação enquanto Regina em "Malu Mulher" vai buscar normatizar esse novo; de certa forma desfetichizar o mito, banalizando-o no cotidiano televisivo. E não foi por acaso a escolha da atriz

Regina Duarte para tal personagem, pois durante todos os anos 60 ela foi vista como a namoradinha do Brasil, modelo da moça romântica, ingênua, sempre à espera de um príncipe encantado.

Além do tratamento dado ao fenômeno Leila Diniz na imprensa, um segundo ponto que merece ser mais bem destacado é a importância do mito da maternidade, por conseguir atravessar os séculos, apesar das inúmeras transformações ocorridas às normas sociais e representacionais relativas às mulheres. A pluralidade das experiências femininas, principalmente a partir dos anos 60, leva à construção de novas imagens femininas. As próprias mitologias muitas vezes se referem a esta dualidade do masculino e do feminino.

Em seu livro *O Rosto Materno de Deus* (1979), Leonardo Boff afirma que a idéia de Maria atrai um grande número de mitos e a coloca bem próxima daquela profundidade humana que encontra seu veículo de expressão no símbolo e nas imagens que emergem dos estratos arqueológicos de nossa psique. O tema da Virgem Mãe que protege com seu manto os filhos cala profundamente na psique e vem ao encontro da experiência de desamparo e de busca de aconchego, tão ausentes na vida humana. Ele nos leva a refletir sobre toda uma história de conservadorismo da grande maioria das religiões nas quais a mulher quase sempre foi oprimida.

É inegável que o fato deste livro já ter conseguido ser publicado nos anos 70 reflete que também segmentos da Igreja Católica são particularmente atingidos pelas novas idéias de transformação social. Nesta obra, Boff tenta demonstrar que a figura histórica de Jesus Cristo sempre respeitou e considerou as mulheres, não aceitando as atitudes discriminatórias em relação a elas, mas lembra

que o Novo e o Antigo Testamentos tratam as mulheres preconceituosamente, independente de possíveis sinais de avanço já apontados por Jesus Cristo.

Considerando nossa formação judaico-cristã, seria muito difícil para nós romper com o mito da maternidade, talvez um dos últimos redutos do sagrado que ainda teima resistir no mundo atual. A imagem feminina da maternidade é associada a movimentos contemporâneos de contestação, como as Mães da Praça de Maio ou as Mães de Acari. De alguma forma, as mulheres hoje se apropriam do mito, não mais como simples objeto, mas como sujeito dessa construção histórica. A utilização política pelas mulheres do papel social privilegiado da maternidade será hoje estratégia adotada nas lutas por melhores condições de vida e justiça social.

Até Leila Diniz, ao representar um novo modelo de mãe, considera a maternidade “o negócio máximo de ser fêmea”, ou seja, embora o discurso seja avançado e moderno, o mito fala, reapresentado.

Leila cuidou de sua filha Janaína por três meses em tempo integral e assim comenta sua decisão: “Eu cansei de toda aquela agitação, precisava de um pouco mais de calma e tranquilidade para colocar minha vida em ordem. Descobri também que minha filha é a única coisa verdadeira que possuo. Ela está crescendo e precisando de mim. (...) Estou tão ligada que até me esqueço do resto do mundo.” Logo, é importante destacar que o próprio mito Leila Diniz vai ser também construído pela imagem da maternidade.

No entanto, enquanto Leila surgia como a musa de um estilo-de-viver bem carioca e ipanemense, observamos que anúncios e propagandas na imprensa nos anos 60 transmitiam imagens mais tradicionais, como, por exemplo a que a loja “A Triunfante” publica para o Dia das Mães,

no *Correio da Manhã*. Transcrevo aqui parte do texto escrito ao lado de uma foto de menina com sua boneca:

Um dia alguém a chamará mamãe... É destinação. Mal sabe vestir-se sozinha e já ainda instintivamente, cuida com carinho de mãe, zelo de mãe de sua filhinha. Quem a ensinou a ter cuidados de mãe quando ela mesmo nem sabe dos muitos cuidados que sua mãe lhe tem? Instinto?... Deus? Natureza? (7/5/61)

Selecionamos mais algumas propagandas sobre o Dia das Mães, porque elas trazem representações que denunciam o mito, o sagrado de que ainda vem revestida a figura de mãe no imaginário coletivo da década de 60:

– Propaganda do “Ponto Frio” para o Dia das Mães/
Foto de escultura grega com bebê colocado em seus braços:

Mãe, uma jóia em sua vida...

Mãe, proteção cuja força é só amor,

Mãe, um oásis sempre rico,

No deserto de sua vida.

Mãe, a vida em ti começa,

Em ti acaba...

Mãe, dedicação sem limites,

Carinho eterno. (Jornal do Brasil, 1º/5/62)

– Comemorações do Dia das Mães:

Um chefe de família depositará aos pés da imagem de Na. Sa. das Graças, no Santuário da Medalha Milagrosa, miniatura de uma casa, e cada devoto oferecerá à santa uma flor com pedido amarrado no caule em louvor ao Dia das Mães. (Jornal do Brasil, 7/5/65)

*Mãe, longe, bem na curva do mundo,
Onde as estrelas brincam de amor e bola,
Onde as esperanças são flores de jasmims,
Eu encontrei a mãe.
Era linda, pura, leve, antológica,
Vestida de branco luz-courrèges, aurora,
Eu quis ser mãe. (Jornal do Brasil, G.C., 9/5/65)*

Mais uma vez as palavras que simbolizam a representação de mãe serão jóia, proteção, oásis, vida, dedicação sem limites, caminho eterno, esperança, linda, pura, leve, antológica, branco, aurora, todas nos remetendo às idéias de pureza, perfeição, virgindade. Será ainda hoje esse o perfil feminino das mães que vivem no Grande Rio?

Ainda nos anos 60, antes do seu exílio político, o jornalista Fernando Gabeira, hoje deputado federal, defende uma outra representação de mulher assentada em modelos mais democráticos. Gabeira foi pioneiro quando apontava futuras tensões na relação homem-mulher, ocasionadas com o surgimento de um novo dever-ser desta mulher.

Em seu artigo "Amélia não era Mulher de Verdade", de 1967, Gabeira se refere a um episódio que a nosso ver origina o texto: no verão de 65, dois jornalistas brasileiros, viajando para Liverpool, resolveram cantar algumas músicas em voz alta. Um suíço pediu que traduzissem as canções. Uma delas era *Amélia*. Esse suíço, Frank Martí, também era jornalista e publica depois um livro cujo primeiro parágrafo é:

*Você merece
receber uma lição
por dizer que minha Amélia
morreu de inanição.*

*Quando eu dizia
que a coitada não comia
era pura fantasia,
era força de expressão.*

A contemporaneidade do artigo alerta para o fato de haver ainda questões a investigar. Uma das maiores resistências que permanece é a da representação conservadora de mulher pela maioria das religiões. Nas instituições religiosas, a mulher é, na maioria das vezes, apresentada como pecadora e indigna de celebrar a palavra do Senhor, mas em algumas religiões populares, como no umbandismo, as mulheres (mães-de-santo) sempre desempenharam papel destacado.

Continuando suas reflexões acerca do feminino, o jornalista cita um trecho do diário de uma jovem esposa da Zona Norte do Rio: "Ontem meu marido zangou muito comigo. Fomos a uma reunião, nós dois juntos. Em certo momento perguntei o que é que estava havendo nesse lugar, o Vietnã. Era uma guerra." (*Jornal do Brasil*, 23/5/67.)

Cabe destacar aqui o fato de o exemplo ter como base uma suposta alienação da jovem esposa da Zona Norte da cidade, mostrando que havia um senso comum na intelectualidade de esquerda de que mulheres moradoras na Zona Norte e nos subúrbios seriam mais alienadas. Tal afirmação vem mais uma vez reforçar o fenômeno cultural e político da ipanemia.

E, assim, o trem de Liverpool dos anos 60 chega a seu destino imaginário nos anos 90. Os Beatles hoje retornam à moda com força total. E as Amélias ainda acharão bonito não ter o que comer?

Como contribuição às novas representações femininas dos anos 90, vale a pena investigar o cotidiano

dessas mulheres urbanas do Grande Rio através de duas matérias jornalísticas atuais. Elas trazem à luz alguns fatos para discussão: o possível surgimento de um modelo de mulher carioca e o papel político ainda exercido no cenário nacional pela cidade do Rio de Janeiro, marcada hoje pelo fenômeno da violência urbana.

Parece-nos equivocado aprisionar hoje uma única imagem feminina como sendo carioca, pois poderíamos estar cometendo uma ipanemia, ou seja, mais uma vez correndo o risco de tomar um simples recorte como totalidade. As mulheres da Zona Sul do Rio de Janeiro não são as mesmas da Zona Norte, já que temos de considerar as diferenças de classe e raça. Corremos então o risco de negar a pluralidade de vozes, perfis e imagens femininos que convivem no Rio, em meio a uma grande circularidade de culturas, que tão bem caracterizam esta cidade-babilônica.

Ouçamos, no entanto, as conclusões a que chegou o instituto de pesquisas "Retrato Consultoria e Marketing". De acordo com a diretora da Retrato, as cariocas teriam comportamentos diferentes em relação às mulheres de outros Estados:

Mas como é a carioca? Acima de tudo, uma amante da cidade. E dá muito valor à cidadania. A naturalidade é outra característica. Ela se senta à mesa de um bar e discute política ou a vida íntima com a maior tranqüilidade. E é ouvida. No Rio, a opinião da mulher nas questões sociais, políticas e educacionais tem muito valor.

Questionadora. Politizada. Mas também sonhadora e eternamente apaixonada. Ela é a rainha do lar, mas é tão apaixonada pela cidade que não consegue

sossegar em casa, prefere um barzinho. E não tente passá-la para trás ao cobrar a conta. Ela pode interromper aquela conversa sobre sua vida íntima e discursar sobre seus direitos de cidadã e consumidora. A mulher carioca tem sempre razão. (Jornal do Brasil, "Cidade", 8/3/95)

O perfil da mulher carioca dos anos 90 tem como principais representações alguns lugares sociais como consumidora, profissional e cidadã, embora continue apaixonada e sonhadora. Em nenhum momento foi sequer citada como esposa e mãe. A pesquisa elucida que, dentre as entrevistadas em treze Estados, a carioca se mostrou mais apaixonada e sonhadora. No campo profissional, é batalhadora. Como consumidora, detesta ser enganada.

Ela transporta sua postura política para todas as áreas em que atua. (Jornal do Brasil, 8/3/95)

Junto aos resultados desta pesquisa foi publicado também o artigo "A Liberdade de Sair Desacompanhada", também um sinal de novos tempos. Diferentemente da mulher de há 30 anos, a dos anos 90 cada vez mais sai sozinha, o que poderá apontar sinais de liberdade e/ou de solidão.

A antropóloga Miriam Goldenberg acredita que o maior problema vivido hoje pela mulher sozinha não é o assédio, mas sim o desconforto de ser diferente. Ela afirma que os olhares excessivos para uma mulher desacompanhada em local público podem ser de inveja, pois nem todos têm coragem de sair sozinhos e a mulher que assim faz é uma ameaça às que têm homens.

Essas novas atitudes não ocultam o Outro nesta tensão feminino/masculino. Se há inveja e ameaça é porque existe uma supervalorização do homem, com esse Outro sempre presente.

Lembro também o fenômeno da violência urbana relacionado à questão das mulheres, pois são elas estatisticamente as maiores vítimas da violência dos maridos, do assédio sexual dos patrões, quando não estupradas ou vítimas de outras formas de violência velada.

É preciso registrar, nos anos 90, o silêncio que permanece na maioria das escolas sobre esses assuntos. A questão do feminino não está nos currículos escolares nem nos livros didáticos, como se este não fosse de fato um assunto de relevância educacional. E o que é mais sério é que temos conhecimento, com nossa experiência de trinta anos como educadoras, de que, muitas vezes, o que resiste ainda são as representações preconceituosas, presentes em alguns livros didáticos, desenvolvidas por algumas professoras. O tripé de preconceitos de raça, gênero e classe que se *instauraram* em nossa história e em nosso processo cultural não será facilmente transformado. É preciso refazer esse inventário para identificar os subterrâneos de conservadorismo e intolerância que insistem em habitar as permanências de nosso imaginário, desde os primórdios coloniais de nosso discurso fundador.

Pensar o Grande Rio hoje, ou simplesmente a cidade do Rio de Janeiro, significa considerar uma pluralidade de inventários pessoais e de grupos. Talvez em nenhum outro lugar do país seja tão forte a questão da circularidade de culturas diversas, regionais, nacionais e mesmo internacionais. E este é um fato político, social, histórico, cultural e geográfico que teria de ser mais abordado nos cursos de formação de professores de nosso Estado, assim como em nossas escolas de 1º e 2º graus.

Não podemos ver os jovens e as mulheres dos anos 60 como categorias fechadas, até porque alguns jovens e mulheres ousaram ter uma interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. Dentro deste inventário próprio e dentro de sua comunidade afetiva, cada um terá assumido ou rejeitado ideologias e utopias daquele tempo.

Caminhando rumo ao século XXI, temos de estar atentos/as aos avanços, permanências e rupturas que vão construindo e reconstruindo permanentemente a pluralidade de *eus* femininos das últimas décadas, nesta cotidianidade do Grande Rio; que hoje se apresenta como uma cidade partida entre o morro e o asfalto. Será que os sonhos da paz dos anos 60 ficaram tão distante? Ou será que a guerra já chegou até nós travestida de violência urbana?

Tome Livros e Tome Livros



A direção não queria saber da gente porque éramos de esquerda e o pessoal da luta armada achava que estávamos compactuando com a universidade. (Entrev. 1)

Todo mundo discute o professor, eu dou dez anos para acabar a profissão... Será que você realmente satisfaz aqueles sonhos que todo mundo tem? Será que não foi largando tudo em pedacinhos pelo caminho? (Entrev. 2)

Meus namoros só começaram a ficar mais livres com 26 anos e comecei a perceber minhas dificuldades

numa aproximação mais íntima... Assumi uma identidade de esquerda, apesar de ter um namorado que queria uma mulher para tomar conta dos filhos e da casa dele. Ele queria que eu fosse virgem. (Entrev. 3)

Quando tiraram a tampa da minha cabeça, saí voando, mas não tive essa coisa de conflito de gerações... para mim era uma coisa de cinema. (Entrev. 4)

Quando você entra para o partido, para o clubezinho, acaba se submetendo a determinadas regras e perde um pouco da visão crítica. (Entrev. 5)

Estou de saco cheio do prefeito, do governador, da estrutura, mas quando entro na sala de aula, eu curto... Os pais hoje mandam menos porque se sentem muito culpados... eu vejo meu filho falando: eu tinha que ter vivido a tua época. Eu acho que ele não queria ter nascido hoje. (Entrev. 6)

Eu participava o máximo que podia. Foi quando comecei a ter visão de Brasil, porque até aí era ainda um pouco estrangeira - e estrangeiro é estrangeiro mesmo: você incorpora, você colabora, mas você continua a ser estrangeiro. (Entrev. 7)

Eu acho que a família é importante... com a nossa 'Carta Magna', de 88, uma mulher com filho é uma família... surgem novos modelos... você só modifica a sociedade se as pessoas aprenderem, reaprenderem uma coisa que é muito importante, que é o amor. (Entrev. 8)

Eu me casei grávida da minha primeira filha e naquele tempo eu estava no auge de uma questão ideológica que era quase religiosa, era aquela febre... Fizemos uma análise crítica, dogmática. No discurso da transformação, pregávamos um ideário, vamos dizer, internacional, porque adoramos ser colonizados. (Entrev. 9)

Eu saí do Brasil quando estava no 4º ano da faculdade. Abandonei o Brasil, dizendo adeus para minha mãe e meu pai. (Entrev. 10)

Agora investigaremos discursos, falas, sonhos e mitos que construíram a década. As falas dos homens e mulheres são diversas e plurais e há sempre uma distância entre o que o homem sonha e o que ele faz, mediada quase sempre por alguma forma de linguagem. Desta forma, a importância das entrevistas dessas jovens mulheres universitárias são as recordações familiares e suas experiências pessoais contrapondo-se a um conhecimento único, privatizado e monopolizado por determinados grupos em defesa de interesses constituídos, quase sempre, de valores masculinos. Como elas olham o seu passado e o reconstróem na busca de dar sentido ao que passou, para que se possa continuar sempre em movimento? Como libertar-se do passado e encontrar um sentido para nosso futuro enquanto mulheres, cidadãs formadoras de uma nação? Destaco aqui então algumas dessas falas que refletem essa representação:

Muitas vezes eu matava aula para pegar livros na biblioteca e ficar lendo. (Entrev. 1)

Minha mãe ficou comigo dois anos seguidos, no início do ano, numa fila para receber livros emprestados a

noite inteira, porque os livros eram fundamentais e eles não tinham dinheiro para comprar, mas davam uma importância imensa. (Entrev. 7)

Eu lia coisas sobre sexo nos livros de medicina de meu pai... Havia uma biblioteca enorme em minha casa e cresci cercada de livros, muito estimulada a ler, e este foi um exercício de liberdade, uma viagem em torno do conhecimento. (Entrev. 3)

Nossa casa toda hora era invadida (golpe de 64) para darem batida, revistarem livros, eles levavam livros. (Entrev. 5)

Como eles (pais) eram muito repressivos, eu procurava ler. Para não brigar constantemente, mergulhava nos livros. Então tome livros e tome livros. Eu me refugiei nos livros, como uma espécie de covardia... Lia muito, era uma forma de me libertar. Ali eu formava meus sonhos, minhas coisas. (Entrev. 2)

Todos nós líamos tudo, livros de Marx, Marcuse, Trotsky, me engajei na revolução lendo, escrevendo. (Entrev. 10)

Assim, constatamos que esse jogo de construção da identidade dessas mulheres está presente nos diversos usos e apropriações que estabeleceram com o próprio ato de ler. A leitura é, ao mesmo tempo, caminho para exercício de liberdade, uma espécie de covardia, espaço de sonhos ou ainda representação de perigo, durante os anos da repressão. Através do livro elas se refugiavam, se liberavam, formavam sonhos, viajavam e até se engajavam na revolução. Logo, existem representações internalizadas nessas falas, tais como a importância dos livros como sím-

bolo de ascensão social, um instrumento para aquisição do conhecimento, um espaço privilegiado da construção dos sonhos ou ainda objeto proibido, por veicular idéias reprimidas e censuradas.

Investiguemos, através dessas falas, mais alguns desses imaginários. Uma das marcas simbólicas mais fortes é a da entrevista 2, quando diz, "tome livros e tome livros". O significado de ler livros ou apreender conhecimentos acumulativos aproxima-se de tomar livros e, conseqüentemente, de beber, engolir, botar para dentro, tapar um buraco, de suprir uma falta, o que nos remete à idéia de compensação. Muitas vezes o livro compensa outras faltas como observamos em outras falas da mesma entrevistada.

Tive uma infância bastante limitada em termos de brincadeira, em termos lúdicos. Eu tinha meu trabalho, minhas obrigações, meus afazeres.

Eu brigava tanto, questionava tanto e apanhava tanto, que chegou o momento em que aquilo saturou. Então eu já não brigava mais... eu me enfurnava no quarto e ficava lendo.

Eu praticamente criei meu irmão, cinco anos mais novo, porque minha mãe ficou doente quando teve ele.

O livro é representado como objeto-símbolo cuja função será substituir a ludicidade perdida durante a infância e, a partir daí, a entrevistada constrói também sua relação com a instituição escola, que passará a ser vista como contraponto da família:

Eu me identifiquei extremamente com o estudo... eu aí comecei a me abrir para o mundo.

A escola era para mim o contraponto da família.

A gente engolia livros, discutíamos os livros, falávamos inglês na rua.

A escola é percebida como o espaço eleito de liberdade à vida familiar, vista como espaço de opressão. Essa representação de escola é, assim, a de um lugar libertário que transmite uma dimensão de mundo que a família não tinha. Em outras falas a representação da escola já aparece como a possibilidade de acesso ao conhecimento e à ascensão social.

Os livros libertavam, transmitiam informação e saber e foram cassados, o que só vem reforçar a representação de seu caráter libertário, passível, por isso mesmo, de condenação por parte dos órgãos repressores. No entanto, esse livro é ao mesmo tempo anestésico e prazeroso, pois desloca o leitor da dura realidade em que muitas vezes está aprisionado. O livro tem, assim, muitas funções na adolescência dessa geração, até mesmo a de um caminho para o engajamento na revolução. É interessante ressaltar como os dois grandes mitos presentes, o da liberdade e o da revolução, estão associados também ao livro e seu papel social para aquela geração e seus sonhos de transformação.

Mãe Prendada e Silenciosa, Pai Boêmio e Exuberante

Investigando-se como as determinações históricas no âmbito cultural, social, político e econômico plas-

mam as condições de produção das diversas subjetividades femininas, pode-se dizer que há um processo de anulação cultural da mulher enquanto sujeito histórico. Isso ocorre na medida em que ela muitas vezes assume o discurso do Outro, no caso o homem, seja ele o pai, o marido, o irmão mais velho ou a autoridade.

Tomo como ponto de partida para a análise dos relatos das entrevistadas suas representações sobre as quatro relações sociais como filha, professora, mãe, universitária e militante política. Levanto aqui alguns adjetivos, quantificadores e circunstanciais, referentes às imagens e representações que as locutoras projetaram sobre seus pais.

Enquanto a mãe muitas vezes é identificada como muito caprichosa, suave, provedora, silenciosa, tranqüila, muito silenciosa, muito religiosa, supercarinhosa e prendada, o pai é definido como autodidata, muito exuberante, boêmio, figura marcante, ateu, mulherengo, grande promessa política, extremamente culto, muito consciente.

Desta forma, as representações das mulheres-mães vêm sempre associadas ao lar, às funções privadas e domésticas, tendo como objetivo servir ao marido e aos filhos. Já os homens estão referenciados ao público, às relações externas com a rua e às atividades públicas como a política, o saber e o conhecimento ou até mesmo com outras mulheres, que não apenas àquela silenciosa, tranqüila e prendada que o aguarda em casa.

Muito interessante também é a utilização, por algumas das entrevistadas, dos termos *pessoa* ou *figura* quando se referem à mãe, significando um certo distanciamento. Por outro lado, afirmaram que a figura mais forte em suas vidas foi sempre o pai. É com ele que mais se identificaram e é deles que sofreram maior influência, do ponto de vista intelectual e político e, em alguns casos, até mesmo afetivo. Para melhor elucidarmos esses confli-

tos, relações de poder e constituição de identidades, destaco aqui uma dessas entrevistas:

Entrevista 1: Quando ele apareceu, minha mãe se encantou, era o solteirão, mulherengo, ateu, comunista. Quer dizer, ele tinha um perfil tétrico... E minha mãe então negou toda formação religiosa, que até achei que ela exagerou um pouco. Ela exagerou um pouquinho.

Meu pai não soube esconder uma magoazinha de não ter tido um filho homem. Ele queria uma filha engenheira, uma filha que tivesse uma profissão masculina e ele mais ou menos impunha isso a gente. A minha primeira bicicleta era uma bicicleta de homem. Foi uma coisa difícil prá ele, não que não gostasse de nós, mas ele sentia falta de um homenzinho.

Os diminutivos empregados pela entrevistada sempre que se refere aos pais infantilizam sua fala. Ao mesmo tempo, torna-se importante afirmar o amor paterno, apesar de ela não ter nascido homem. Mais uma vez, a fala justificadora tende a ocultar a culpa de não ser homem e ter frustrado as expectativas do pai, já que o padrão aceito por um grande número de homens era o filho-varão, macho, preferencialmente o primogênito, que daria continuidade a seu nome. Outro aspecto a ser destacado na entrevista 1 é que, ao traçar o perfil da figura do pai, encontramos aí uma representação da figura de homem que habita o imaginário de quem fala. Até que ponto a locutora não critica veladamente o fato de o pai ser ateu? Não seria a expressão da sua própria visão de homem?

No seu julgamento, o homem não deve ser ateu, mulhengo, velho ou descompromissado (o que pode estar embutido em solteirão) e nem comunista, porque esse não era o padrão esperado e aceito pela sociedade e pela família da mãe, principalmente.

Continuando ainda com a entrevista 1, analisemos a representação de mulher expressa nas formações discursivas e ideológicas sobre a mãe:

Minha mãe era muito caprichosa, com pouco dinheiro, mas olhava as vitrines e bordava as coisas. Então, havia uma compensação, né?

A mãe aqui surge como o Outro, que, compensa as carências e a falta do pai, na rejeição pela filha não ter nascido homem. Como diz a entrevistada, havia uma compensação nessa mãe caprichosa, quase mágica, que, sem dinheiro, como nos contos de fadas, bordava roupas lindas e trazia as três filhas muito bem vestidas, com roupas de lojas e vitrines caras. Essa mãe mágica compensava tudo, até o pai que só era comunista.

Por trás das formações discursivas, surge a mediação das representações como a de mulher prezada, habilidosa, dedicada ao marido e às filhas e que, mesmo com pouco dinheiro, cria e é capaz de fazer coisas bonitas. É esse comportamento que a sociedade espera da mulher, é esse ainda o dever-ser da maioria das mães nos anos 60. Ou seja, a mulher-Amélia sobrevive ainda em nossas mães e avós. A entrevistada nos remete ao conflito de ser comunista e ateu ou ser religiosa:

A única coisa que eu vi que meu pai era na vida foi comunista.

Minha mãe então negou toda aquela formação religiosa que até achei que ela exagerou um pouco. Ela exagerou um pouquinho.

Mais uma vez o uso dos diminutivos tenta abrandar, suavizar o julgamento sobre os pais nessas representações, que destaca também a religiosidade como um valor importante, ausente no pai e rejeitada pela mãe, supostamente para agradar ao marido.

Em outra entrevista, encontramos essa mesma fala justificadora da culpa feminina quando a mãe ou a esposa não se enquadrava no padrão previsto, do dever de mulher do seu tempo.

Enquanto no primeiro exemplo a expectativa frustrada era a ausência do nascimento de um filho varão, aqui o exemplo apresentado se refere a uma mulher que, na descrição da filha, seria forte, mandona, prática e que dividia as tarefas em casa, porque sempre trabalhou fora, negando a representação esperada de mulher-mãe da época:

Meu pai e minha mãe tinham um relacionamento comum para aquela época, embora mamãe fosse uma mulher muito forte... mandona; ele era mais calado, mais quieto... eles ficaram mais velhos e passaram a se odiar e isso tudo aflorou e ficou mais claro prá mim.

A verdade é que era ela quem mandava. Ela trabalhou fora... ela trabalhava igualmente em relação a ele. Ela nunca tomou conta de casa... eram donos um do outro mesmo... procuravam em frente aos filhos manter uma relação boa.

A pessoa com quem eu tinha mais ligação de afeto era com ele, não com ela.

A figura feminina prá mim não foi minha mãe, foi minha avó. (materna.)

Minha mãe ia trabalhar e minha avó ficava, morava conosco, cuidava das netas. Todo o afeto que eu recebi era desta minha avó. Então eu perdi isso quando eu vim para aqui. (imigrantes portugueses.)

Na minha visão de hoje acho que minha mãe, na condição dela de mulher, na questão de afeto, sexual, era muito oprimida.

Minha mãe sempre foi extremamente bruta. Dentro desta fortaleza dela, de mandona, seu outro lado foi extremamente prejudicado, mutilado.

Por esses relatos, vemos que a mulher sempre paga um preço quando se dedica mais ao trabalho e não ao lar ou à família, mesmo em caso de extrema necessidade financeira, como o exemplo citado. O preço normalmente é a perda do amor do marido e dos filhos, que rejeitam esse antítipo de esposa e mãe, por não se enquadrar nas representações que habitam seus imaginários.

Escola, Símbolo de Entrada em um Mundo Melhor

Destaco outros depoimentos referentes às relações aluno-professora, que poderão melhor elucidar o dever-ser da mulher e suas relações com o dever-ser da professora para nossas entrevistadas.

Um dos pontos que mais me chamou a atenção foi a memória de algumas entrevistadas em relação à escola pública, através de indicativos como o sistema de mérito e preconceitos quanto às crianças e adolescentes negras e/ou oriundas das classes populares. As entrevistadas estudaram quase sempre em escolas públicas, com exceção da que mais necessitava, e concluíram a formação escolar, até o terceiro grau, na rede gratuita.

Considerando-se que, na visão da época, cabia à escola a transmissão de conhecimento, a maioria das representações foi positiva. No entanto, se observarmos que oito das entrevistadas se identificaram como classe média e apenas duas como das classes populares, concluímos que aquela escola cumpria um papel numa sociedade hegemonicamente burguesa, racista e excludente. Há diferença de percepção deste mundo escolar nos discursos da única mulher negra de nossas entrevistas e de uma imigrante portuguesa, filha de pais camponeses. Reproduzo alguns desses depoimentos desveladores:

Entrevistada: Mulher Negra – Entrevista 8

Essas relações com a escola até hoje, tento, vamos dizer assim, compreender, mas há momentos que foram passados que eu não entendo, ainda. De um lado, me motivou a ir à luta, a brigar. Mas deixou assim, algumas marcas, que são coisas que fico pensando. E hoje, passados 40 anos, você vê acontecer ainda, apesar de toda a luta...

Eu sempre gostei muito, queria muito, queria realmente estudar!

Eu fiquei na turma da manhã. Depois, compreendi a estrutura. O 1º e o 2º turnos, até as 14h, eram só para os pobres. As turmas das 14 às 17:30h eram para os filhos dos funcionários, filhos de professores, era a elite.

No admissão, passei prá turma da tarde por causa das notas, não tinha turma prá mim, naquelas turmas mais fracas.

Eu nunca consegui uma medalha, porque nossa turma tinha a filha da nossa professora, tinha a filha da irmã dela e tinha o filho de um alto funcionário... Eu sempre chegava em quarto lugar, sempre perdia um pontinho...

Eu fui recusada no concurso para o Instituto de Educação no preenchimento da ficha de inscrição, com a desculpa de que era canhota.

Eu não consegui ir prá colégio público; aí procurei o colégio mais barato prá fazer o ginásio. Comecei a fazer o 2º grau, não tinha dinheiro para pagar... fui fazer o Artigo...

Entrevistada: Imigrante Portuguesa – Entrevista 7

Eu mudei de escola, que era muito repressora. Apanhava da professora, de reguada, porque não fazia as contas como deviam ser feitas.

Eu passei uma boa parte da minha vida num mundo que não era meu. Meu mundo era lá na aldeia e eu saí disso e fiquei sempre fora. Eu freqüentava a

escola junto com os outros, mas fora da escola eu não vivia o mundo que as minhas colegas viviam.

A escola era uma coisa boa pra mim, eu gostava muito e procurava ser uma boa aluna. O estudo compensava o fato de eu não ter as outras coisas que as outras pessoas tinham.

Nos dois discursos, fica muito nítida a representação de escola enquanto possibilidade de ascensão social, o que nos leva a crer que esse era um dos valores marcantes para as classes populares da época, que acreditavam nos bancos escolares como caminho e futuro a ser trilhado pelos seus filhos, numa opção pessoal, de cunho ideológico liberal.

As duas entrevistadas verbalizaram vários preconceitos de que foram vítimas: classe, raça e também o preconceito contra o imigrante e particularmente no Brasil, onde há um senso comum depreciativo contra os portugueses, principalmente os oriundos de uma classe econômica mais desfavorecida da zona rural.

Enfim, quais os signos norteadores/construtores/destrutores desses anos 60? As representações de escola para as entrevistadas 7 e 8 nos remetem a um lugar severo onde tínhamos de aprender um saber e um conhecimento sempre colocados em primeiro lugar. Ambas se viam como boas alunas e gostavam de estudar. O grande desafio era vencer essa prova, símbolo de entrada num outro mundo que não era o delas, filhas de proletários. Os obstáculos se tornam ainda mais difíceis porque, no primeiro caso, além de ser pobre, a mulher era negra, e, no outro caso, além de ser pobre, era oriunda da Zona Rural, também motivo de discriminação.

Especialmente o Instituto de Educação manterá esse caráter emblemático para algumas mulheres dos anos 60. A porta e o uniforme do Instituto são emblemas e garantia, visto que, passando no desafio do concurso, se diferenciavam e destacavam como as *melhores*. As representações sobre este ingresso na escola normal, principalmente para aquelas mulheres com dificuldades financeiras, foram: muita responsabilidade; segurança após o concurso, com a certeza do emprego público garantido; afirmação através do trabalho; independência e liberdade, através do salário fixo. A estabilidade do emprego público era um mito a ser perseguido, já que muitos pais dessas normalistas eram funcionários públicos, civis ou militares.

O Instituto de Educação foi muita formação, muita responsabilidade, nós fazíamos uma espécie de vestibular e já saía nomeado professor... o concurso era na hora de entrar. (Entrev. 1)

Eu me sentia uma professora segura e capaz pela Escola Normal que eu tive... fiquei cinco anos sem fazer faculdade, só me especializando como professora... optei por trabalhar. (Entrev. 1)

Acho que, muito pela influência dessa professora de primário, pensei em ser professora, eu queria ser como ela. (Entrev. 5)

Minha mãe me colocou numa escola que preparava para o Instituto de Educação... eu me lembro do choque, a nível de exigência, disciplina, moralismo exagerado... uma escola só de meninas, eu estranhava. (Entrev. 5)

Tinha um professor de uma Escola Normal que dizia que as alunas entravam inteligentes e saíam burras... era uma coisa massificadora e infantilizadora, como se a criança fosse uma coisa boba, pouco inteligente, e as professoras normalistas eram tratadas assim.
(Entrev. 1)

Não tinha muita ilusão. Até achei que não era tão ruim assim quando entrei para a Escola Normal.
(Entrev. 5)

Nas entrevistas 1 e 5, somos levados a crer que a representação de escola normal tem como marca simbólica mais forte a questão da segurança. As duas entrevistadas vinham de famílias de pequena classe média e alegavam dificuldades financeiras. Ambas vieram também de famílias comunistas marcadas por sobressaltos e insegurança, devido aos períodos de repressão política no processo histórico de nosso país. Na entrevista 5, no entanto, há uma certa postura crítica em relação ao modelo conservador/reprodutor do Instituto de Educação, que vislumbra no horizonte novas representações do dever-ser dessas mulheres, dos anos 60. Por outro lado, dois mitos – segurança e liberdade – povoam sempre o imaginário dessas mulheres de uma geração de passagem. O discurso da entrevista 5 está incompleto, truncado, os enunciados são sempre articulados sobre formações ideológicas. Embora tenha sido um choque e não tivesse muita ilusão, ela não só decide ser professora como pretende cursar uma faculdade que a especialize cada vez mais na profissão.

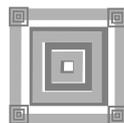
Eu terminei a Escola Normal em 64, no ano do golpe militar. Para a nossa família, foi um ano muito complicado... foram anos complicados esses da década

de 60... eu fiquei em dúvida sobre o que eu ia fazer... antes eu tinha idéia de fazer arquitetura... no final eu já, quer dizer, o social tava lá doloroso e o pessoal também, porque a gente sofreu na pele a ditadura militar, o autoritarismo...

Havia uma possibilidade de, como a família foi muito perseguida, da gente sair do Brasil... parte da família saiu do Brasil... mas, quem não tava muito complicado, quem era jovem como eu, que não tinha muita história para ser perseguido, a gente resolveu ficar porque a terra da gente... tinha muita possibilidade de você ir embora e ir estudar nos países socialistas, mas na Europa...

Era alguma coisa tentadora, mas ao mesmo tempo tinha aquele compromisso com o povo da gente, com o país da gente e tinha uma esperança de que a gente ia poder trabalhar, principalmente através da educação, grande ilusão, achando que ia mudar muitas coisas por aí. Tinha essa ilusão, né?

Para os Melhores, Medalhas; Para os Piores, Turmas Especiais



Mais uma vez, as marcas simbólicas são ambíguas entre o social e o pessoal e entre a família perseguida e parte da família que sai do país. Tínhamos ainda esperança e ilusão de mudar, trabalhar e transformar, principalmente através da educação, embora sair do país fosse alguma coisa tentadora.

Nessas entrevistas, nos deparamos com mulheres que, nos anos 60, cursavam universidades do Grande Rio e que eram imigrantes e/ou de famílias de imigrantes: uma portuguesa; outra russa; e uma terceira filha de pai japonês e mãe espanhola. A circularidade dessas culturas, Oriente/Ocidente, provavelmente ainda impregna o inventário e o imaginário dessas mulheres. Quais os sentidos que essa mistura poderá ter trazido aos discursos fundadores de nossas subjetividades femininas? Rer essas mulheres universitárias do Grande Rio nos anos 60 (antes da fusão dos dois Estados) exige hoje olhares múltiplos de ex-colonizados impregnados de exílios/exilados, voluntários ou não que constituíram uma brasilidade de misturas no passado e no presente.

É, assim, nas representações do dever-ser da escola e da professora, que levantamos mais algumas falas e pistas que auxiliam nossas investigações em direção ao imaginário feminino dos anos 60. Optei por dez mulheres que fossem moradoras das ex-capitais – Rio e Niterói – que, com a fusão dos dois Estados, em 1975, originam a área metropolitana, denominada Grande Rio:

O Colégio Pedro II foi a minha maior marca... as camadas médias estavam presentes nas escolas públicas, eu sou fruto essencialmente de escola pública desde o jardim de infância... meu pai valorizava a escola, tanto que achava que criança tinha que ir para a escola desde o jardim de infância. (Entrev. 9)

Tive um primário brilhante, cheio de medalhas e estudava muito. Gostava muito de escrever, ganhava concursos de redação, aqueles primeiros lugares do distrito... (Entrev. 10)

Eu não fiz Escola Normal, eu fiz o ginásio, era fascinada pela minha escola, fui da primeira turma do ginásio, fui da primeira turma do 2º grau, do científico, o famoso científico, e o que me fez não fazer o ensino normal, apesar de eu achar que eu ia ser professora, ter isso muito na minha cabeça, era porque não queria me separar daquela escola. Foi a coisa mais importante que aconteceu na minha vida, realmente, porque foi a partir dali que se desenrolaram todas as coisas importantes, acho que foi a partir dali, foi ali que foi feita a minha cabeça. (Entrev. 6)

Eu dizia: não vou fazer ensino normal. E ninguém me obrigou também. Não sabia o que ia acontecer depois, mas queria ficar naquele colégio. Aquele colégio era a vida, trabalhava em teatro, eu era do coral. Tive muitas oportunidades de não ser professora, porque o meu caminho todo era prá arte. Cantava muito bem, fazia teatro muito bem, fui convidada pela Maria Clara Machado a ter um curso de graça e meu pai não deixou, porque eu era uma garota de subúrbio e ele morreu de medo, então ele impediu isso. (Entrev. 6)

Esses relatos embutem representações originariamente burguesas e liberais, como o mérito individual, premiado por medalhas e outros incentivos excludentes. Isso se torna mais visível quando outras representações apontam para preconceitos contra o diferente, fosse ele de classe, de raça ou de um modelo-padrão de *normalidade*, sexual ou mental.

O sistema de avaliação dessa escola branca e colonizadora era fundamentado principalmente no mérito

e na excelência pessoais, através de medalhas e concursos emblemáticos dessas representações burguesas de escola, aluno e professor:

Na escola de freiras, aquela que era a mais pobrezinha ficava mais no cantinho, né? (Entrev. 2)

Na escola pública – eu me lembro pouco da escola pública – o aluno tinha que ser brilhante, tinha que ser muito inteligente, porque senão ele era encostado no canto... eu vi muito preconceito sempre... (Entrev. 4)

Como eu era filha de doutor e de militar, estava sempre em lugar de destaque prá azar das freiras, porque elas me propunham lugar de destaque... eu sempre subindo em muro... caindo de muro... quebrando a perna... tocando piano na hora que não era para tocar... (Entrev. 4)

Eu tenho as melhores recordações do ginásio. O CAP, para a época, era uma escola sensacional, tinha professores jovens, com cabeças abertas, com metodologia de trabalho moderna... Aprendi matemática, tive muita sorte, aprendi matemática de um jeito que hoje em dia estão ensinando. (Entrev. 5)

Eu fui para colégio interno, apanhava, passei o pão que o diabo amassou... tinha a parte de meninas pobres... a gente ficava separada e tal... (Entrev. 8)

A mentalidade do meu pai era de que filha mulher não precisava estudar, botava numa casa de família, lá recebia o dinheirinho todo mês... filho tinha que pagar a criação... aí fui prá colégio público, no turno

para os pobres... passei prá turma da tarde, por causa das notas. (Entrev. 8)

Eu tirava notas boas... nunca consegui uma medalha... há pouco tempo, uma amiga falou: 'você está brigando por essa medalha até hoje...' (Entrev. 8)

Eu estou brigando por essa medalha sim, porque eu merecia... (Entrev. 8)

Só mais tarde, quando fui fazer pedagogia, compreendi que o que aplicaram em mim foi um teste ABC de Lourenço Filho... eu imagino, deduzo, que me botaram numa série mais atrasada porque devo ter me saído mal... De repente, eles me comunicaram que eu ia para outra turma... que já estava num processo mais acelerado... (Entrev. 9)

Eu hoje vejo que fui alfabetizada pelos métodos modernos da época, fui uma privilegiada na escola pública... me lembro dos jogos que a professora fazia... da criatividade que a professora tinha, ela era mocinha, tinha acabado o curso normal, tava com todo o pique... (Entrev. 9)

Quando eu ia fazer o 3º ano do clássico, as escolas religiosas não me aceitavam porque eu tinha passado da idade de 16 anos, eu tinha acabado de fazer 17... (Entrev. 2)

O relato de nossas entrevistadas e suas representações de escola nos remetem assim a um espaço de transmissão do saber, do conhecimento e de diferenciação social, em que os *melhores* eram premiados com

medalhas e os *piores* eram detectados através de testes *apropriados* e permaneciam em turmas especiais. Havia também os *piores* a partir da origem de sua classe social, segregados em turnos e classes especiais. Esse mesmo processo meritório e excludente relatado por nossas entrevistadas quando crianças e adolescentes reproduz-se em seus relatos como professoras de primário:

Fui trabalhar com turmas de alunos 'especiais'. Eles faziam um famigerado teste. Quem fazia aquele teste, dava que era retardado mental. (Entrev. 5)

Nas coisas da vida diária, eles mostravam que eram sabidos, safados, moleques... tavam lá longe... mais moleques do que eu, porque eu era muito nova e ingênua. E como é que eles não aprendiam coisas que eu considerava fáceis? (Entrev. 5)

A gente tentava ensinar através de uma cartilha chamada 'O Tapete Mágico'. Era uma coisa horrorosa, a história de um tapete voador... uma escola lá no Pavãozinho dentro da favela, com aquela cartilha ridícula... (Entrev. 5)

Aquela minha hipótese de que eles não eram retardados se confirmava porque eles aprendiam que nem os outros... eles tinham demorado mais... eu achava que eles tinham problemas emocionais, que os problemas emocionais é que atrapalhavam a aprendizagem deles... fui fazer psicologia por isso... um equívoco... (Entrev. 5)

Esses discursos falam, saudosamente, de uma escola pública boa e competente. Cabe agora nos per-

guntar: boa e competente para quem? A cartilha *O Tapete Mágico* seria boa e competente para crianças oriundas de qualquer classe social? Essa escola colonizadora tinha cor, raça, classe, som, gênero e cheiro. A única aluna negra, proletária e abandonada aos seis anos de idade pela mãe, não foi aceita por essa escola, nunca recebeu medalha, “embora merecesse”, e não pôde estudar no Instituto de Educação, embora estivesse preparada para passar no concurso, com a desculpa de ser canhota. Escrever com a mão esquerda, ser de esquerda ou ser de direita, escrever com a mão direita, ser de direita? Ambigüidades? Verdades? Colonizadores? Colonizados? Esquerda/Direita... volver!

Trabalho, Dever, Compromisso. Sexo?

Ao interpretarmos as entrevistas, devemos estar atentos ao espaço discursivo criado pelos dois interlocutores, o pesquisador que pergunta e que nesse momento é o ouvinte, e o locutor, aquele que responde. Esse é o desafio que se coloca. Até que ponto essas mulheres não devoradas pelo cães, sobreviventes de seu tempo, mudaram suas posições diante da leitura do mundo nos anos 90? Como lançar esse novo olhar e ler pensamentos e imaginários construídos pelas mulheres 30 anos depois?

Acreditamos que o dever-ser da escola relacionado à representação de professora está interligado àquilo que as entrevistadas desejavam para se libertarem, um emprego garantido. Nessa luta pelo emprego, elas se reconhecem como pessoas importantes, que se diferencia-

vam das outras. Essa é uma marca mítica forte quando se referem ao Instituto de Educação, identidade permanentemente tensionada na relação com o cumprimento do dever. É uma pista relevante para os resultados de nossas investigações. Esta jovem geração de mulheres que tanto sonhou, falou e cantou a liberdade, de repente se vê cindida e dividida pela ambigüidade desse dever-ser, responsável como professora, como profissional, enquanto seus desejos de liberdade quase sempre viriam associados a um projeto coletivo. Estavam divididas pela ambigüidade da responsabilidade e o desejo de liberdade pessoal e coletiva.

As marcas míticas e emblemáticas do Instituto de Educação, do Colégio Pedro II e do Colégio de Aplicação da UFRJ representavam o desafio, a prova a que tinham de se submeter e que finalmente as diferenciariam dos outros/as, excluídos/as, num simbólico ritual de passagem, coincidentes com ritos próprios da fase da adolescência. Por serem os mais *difficels*, esses colégios públicos, nos quais só se ingressava mediante concursos extremamente rigorosos, representavam, para muitas lideranças dessa geração, imaginariamente bandeiras e emblemas a serem alcançados.

Logo, o imaginário feminino nos anos 60 tem como uma de suas representações o caminho para a independência e a liberdade através do estudo e do trabalho, numa saída pessoal, embora os sonhos políticos fossem coletivos. Estudando e trabalhando, alcança-se a liberdade...

Para essas mulheres, a garantia de um emprego está associada à própria representação da liberdade para poder fazer o que desejavam e o que sonhavam. Só que, algumas vezes, essa liberdade virá sufocada pela noção de dever. Daí afirmarmos ser uma geração marcada pela

idéia do cumprimento do dever e entre os sonhos quase sempre coletivos e a assunção de sua individualidade profissional.

Outra questão é a sexualidade, nem sempre plenamente vivida por muitas jovens, pois, na maioria das famílias e na sociedade, a sexualidade tinha de ser mascarada, embora já houvesse um discurso crescente de negação do antigo modelo conservador de nossos pais. Mas não se podia dedicar muito tempo ao sexo, pois havia sempre muito trabalho, muito dever, muito compromisso com a política, com a revolução, embora fosse a época do anticoncepcional, que tem como uma de suas conseqüências a liberação à sexualidade feminina. O trabalho era quase sempre representado como dissipador de energia e não como um processo de criação.

Os pais colocando em minha cabeça que o trabalho é a essência do homem... você não podia ficar parada... minha mãe dizia que prá eu não fazer besteira, eu tinha que estar o tempo todo em atividade... eu tinha meu trabalho, minhas obrigações, meus afazeres... (Entrev. 2)

Eu não podia sair, não podia brincar com colegas na rua, tinha irmão prá tomar conta dele... a única coisa que meu pai fazia era todos os sábados, religiosamente, me levar ao cinema com ele. Isto até os 18 anos. (Entrev. 2)

A nossa geração foi reprimida e lutou por uma liberdade... eu acho que, de verdade, não foi só pintando a cara... eu nunca pinte a cara, mas eu fui à luta e nunca voltei para a casa dos meus pais, embora eles quisessem... (Entrev. 4)

Ao longo das dez entrevistas, fui me apercebendo de que o dever-ser desta nova mulher que se forma nos anos 60 vem sempre associado a uma responsabilidade extrema, presa ao trabalho, à casa e aos compromissos de pagamentos no fim do mês; e o dever-ser da professora também está associado a esse excesso de responsabilidade, cada vez mais estruturando uma imagem de supermulher, que assume múltiplos desafios:

A mulher, com esta de sair à luta, foi assumindo uma responsabilidade extrema... hoje em dia, ela não dá conta de nada, sustenta a casa, cuida dos filhos, trabalha, faz mil e uma coisas. Por mais liberdades que tenha, ela está presa ao trabalho, à casa, ao compromisso de pagamentos... (Entrev. 2)

Eu queria muito sair de casa, ou melhor, trabalhar, sair no sentido de trabalhar, ter minhas coisas... Eu me lancei ao mundo do trabalho, minha mãe me empurrou para cursar a universidade. Se não fosse isso, acho que não faria o vestibular, porque meu problema de subsistência já estava resolvido com o trabalho... (Entrev. 3)

Claro que hoje eu estou arcando com isso, né? As filhas têm subempregos, enfim, eu as quero morando perto de mim, porque quero protegê-las. Eu fui à luta ganhando essa miséria que professora ganha a vida inteira: trabalha em cinco lugares, nunca tem dinheiro, o carro é sempre caído... Essa foi minha vida, 30 anos vem sendo assim, né? (Entrev. 4)

Foi só quando comecei a trabalhar mais tarde, a ter dinheiro, é que eu comecei a transar com os namorados. (Entrev. 5)

O fato de fazer Escola Normal tinha a ver com o fato de ter que trabalhar muito cedo e ter um emprego... a forma de ter esse emprego mais rapidamente era ser professora... (Entrev. 7)

Estes relatos nos remetem a representações bastante significativas dessa ambigüidade de uma geração de mulheres que tenta ir à luta para ser livre, mas muitas vezes se prende em outras armadilhas: faz mil e uma coisas e não é nada; a mãe empurra para a universidade; acaba, sem querer, arcando com cada vez mais responsabilidade; quer proteger e, como ganha mal, trabalha em vários lugares; o prazer, só com responsabilidade, pois só com dinheiro pode-se *transar*.

O discurso utilizado pela entrevistada ó carrega como marca simbólica o sentido de não perder de vista valores considerados importantes e sérios na época, como pensar nos outros, coletivamente. Caberia assim, às mulheres, o papel de protetora, de ajudar a cuidar dos irmãos menores e, depois, dos filhos. Até a diversão representava esse cotidiano em que a brincadeira de ser professora era uma coisa séria, tinha hora para tudo. Logo, para essas jovens mulheres, a representação de trabalho quase sempre é associada à negação do prazer e da ludicidade, e, desta forma, ocorre o aprisionamento da sexualidade ao dever e aos compromissos com o trabalho e a política. Para algumas mulheres, a sexualidade ficava, portanto, em último lugar, uma vez que identificavam a liberdade para sair e fazer o que quisessem com as atividades profissionais e políticas, quase sempre no coletivo.

Essa representação está também quase sempre ligada à idéia de afirmação dessas mulheres, que vêem com muita responsabilidade o lugar social da professora. Mas há também outra dimensão simbólica, como no

concurso para o ingresso, que é a representação de que esse trabalho vai garantir segurança. Mais uma vez, o imaginário coletivo feminino de um ideário liberal está baseado na independência financeira via trabalho e estudo, representativa de uma opção pessoal. Hoje também se aposta no sucesso, só que pelas vias da sorte, das loterias e das carreiras que se utilizam da beleza física, como modelo e atriz.

Como os livros, o trabalho será incorporado como compensação de perdas decorrentes da ludicidade reprimida na infância e, mais tarde, da sexualidade mascarada na adolescência. Há, portanto, uma nova armadilha nem sempre percebida, pois quando essas mulheres se sentiam aprisionadas na família, identificavam o trabalho, num primeiro momento, como libertação. Esse raciocínio se repete mais tarde, quando essas mulheres se sentem infelizes no casamento ou quando se separam e mergulham no trabalho como compensação de outras faltas. Aos poucos, vai se estruturando um perfil de uma supermulher, que sobrevive a seus fantasmas e perdas nos caminhos e descaminhos dos anos 60 aos anos 90. Logo, o que se revela algumas vezes nessas representações é justamente a compensação, tendo o trabalho uma função anestésica, como já havíamos percebido no caso da leitura e dos livros, na adolescência.

Desta forma, a sexualidade é vista como um dos campos onde mais intensamente se manifesta a estrutura do poder existente nas relações. Não é de estranhar que uma sociedade que historicamente tenha sido, e continua sendo, opressora e repressora das necessidades e aspirações individuais da maioria de seus membros precise de repressão sexual para poder sobreviver. No seio das nossas sociedades classistas, a sexualidade sem controle seria socialmente destrutiva, economicamente pouco rentável ou arruinadora e politicamente subversiva.

Neste sentido, o aspirar consciente e solidariamente à liberdade sexual seria extremamente subversivo, porque exigiria uma transformação radicalmente libertadora das estruturas sociais e porque, de alguma maneira, contribuiria para uma abordagem de luta de classes numa sociedade que nega, restringe ou manipula, para a grande maioria da população, o direito ao pleno prazer dos sentidos, ao uso espontâneo de seu próprio corpo, e, em definitivo, à livre disposição de uma vida própria. Lutar por maior liberdade sexual implicaria a conscientização e a rebelião de uma grande maioria oprimida e sacrificada, contra a minoria opressora. Por isso, para se conservar a ordem social estabelecida, é preciso continuar sacrificando a sexualidade, renunciando ao prazer autêntico e esquecendo o corpo. Quer dizer, é preciso manter uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora, porque, caso contrário, se produziria uma desordem amorosa e um grande descontrole social, mesmo que talvez isso não fosse negativo para o indivíduo.

Enrique Duro nos alerta para o fato de que o modelo de trabalho na sociedade capitalista nega a sexualidade e anula o indivíduo, já que dissocia trabalho e criação. A relação prazerosa com o corpo e com o trabalho, a sensação de gratificação em tudo aquilo que produzo e que me faz um sujeito pleno porque utilizo todas as minhas emoções e potencialidades será rejeitada em nossa sociedade. Nossa cotidianidade tende cada vez mais a se tornar opressora e massificante. E essa situação social se agrava pelos modelos impostos pela indústria cultural nos últimos 30 anos, através dos meios de comunicação, assim como pelo empobrecimento da população e particularmente dos setores da classe média, a que pertenciam a maioria das mulheres por nós pesquisadas. Por outro lado, a ludicidade sufocada na infância, associada às

brincadeiras *sérias*, de professora ou mãe dos irmãos menores, denota nesses jovens imaginários femininos a presença de uma representação de mulher superprotetora, herdada de nossas mães e avós.

No período da adolescência, identificamos uma válvula de escape no ginásio e no colegial, onde elas “conhecem o mundo” e têm grupos de amigos e professores mais cúmplices. Mas nesse espaço também as representações de liberdade e prazer tendem quase sempre a ser coletivas e interligadas ao conceito de compromisso, agora não mais com a família e o pequeno coletivo doméstico, mas num novo coletivo de tarefas, afazeres, obrigações. Mais uma vez os livros estão presentes, é preciso “ler tudo, ler muito”. Seria, em alguns casos, para fugir de um enfrentamento mais doloroso com a realidade de si mesmas?

Liberdade para fazer política, para sair, para fazer o que quiser... Quais os sentidos desses desejos? Para essa mulher recém-saída da adolescência, a questão da sexualidade está diluída nas noções de dever, compromisso, trabalho e política. Paralelamente surgem o casamento, a própria casa e os filhos que começam a chegar, admitidos por uma geração da pílula.

Casam jovens e se tornam mães, com uma diferença em relação às suas mães e avós: terão menos filhos. Das dez entrevistadas, oito tiveram entre um e três filhos e apenas uma delas teve quatro, coincidentemente a mais idosa, com idade mais próxima de nossas mães. Ao mesmo tempo, identificamos nessa geração uma ambigüidade que se torna resistência em muitos momentos e que cria uma capacidade de coexistência com os inúmeros conflitos desta geração de passagem, varada em pleno vôo. E se insisto na ambigüidade dessas mulheres é porque será justamente aí que elas poderão forjar suas próprias identidades.

Nos anos 60, a escolha da liberdade como meta e mito por esses jovens não foi capaz de criar uma situação de liberdade como alerta Ponty, e, dessa forma, a liberdade não pôde ser vista naquela década como um emblema de si mesma, até porque o seu devir é abortado pelo autoritarismo militar. Esse é um dos descaminhos dessa geração. Torna-se importante, portanto, destacar aqui que as mulheres não podem ser compreendidas apenas no recorte de gênero, de forma linear. Um outro recorte tem de ser considerado ao longo desta análise: estas mulheres são também jovens mal saídas de suas adolescências.

E quais os sentidos atribuídos pela juventude desse período de sua adolescência? O que foram os anos 60 para esses adolescentes? Qual a importância atribuída ainda hoje a esse momento especial de formação da personalidade? Faça aqui esse recorte nessa fase da vida dessas mulheres por ter identificado em suas formações discursivas marcas simbólicas muito fortes adquiridas justamente na adolescência.

A adolescência é uma "identidade caracterizada por transformações várias, profundas, bruscas e marcantes". Em seus estudos, Ana Freud coloca como seria difícil assinalar o limite entre o normal e o patológico na adolescência. Diz ela que seria anormal a presença de um equilíbrio, de uma estabilidade durante este processo de crescimento e desenvolvimento.

A tarefa mais importante desta fase do desenvolvimento humano é, portanto, a busca de uma nova identidade. Quanto mais complexa a sociedade e o mundo em que vivemos, mais se torna difícil assumir o novo papel de adulto, se pensarmos que há uma descontinuidade do papel entre infância e identidade adulta na nossa cultura.

Há também uma luta permanente entre o desejo de dependência da mãe e o anseio de independência.

As tensões internas e os conflitos próprios dessa fase vêm acompanhados de um significativo aumento de energia, O ego começa a utilizar sua capacidade nas formas mais elevadas de pensamento abstrato, chega a fase do namoro e o jovem renuncia à intimidade anterior com os pais, dirigindo as emoções sexuais e a necessidade de dependência para o namorado ou a namorada.

É comum os jovens nessa fase experimentarem vigorosos impulsos eróticos e agressivos, algumas vezes acompanhados por um apaixonado e repentino interesse por um *hobby*. Associada a essas tendências, existe de forma bem marcante a necessidade do grupo e da identidade grupal. Considerando, portanto, a importância para mães e professoras de uma melhor compreensão deste período da adolescência, cito algumas falas dessas jovens-mulheres referenciadas às suas adolescências.

Uma escola que era dirigida por uma mulher. E o grande barato da Henriette – a gente não tinha essa visão mais crítica das coisas na época – o grande barato acho que foi a equipe que a Henriette formou... ainda por cima, eu fui para uma escola que, na verdade, ninguém ficava ali fazendo cabeça de ninguém, ninguém ficava fazendo cabeça político-partidária. Mas eu tinha professores todos envolvidos politicamente, tanto que, quando em 64 o Brigadeiro Schorff quase acabou, praticamente todos os professores foram cassados. (Entrev. 6)

A turma era uma turma pequena, todas eram identificadas com aquilo que estavam fazendo. Eu aí comecei a me abrir para o mundo. Foi no 2º ano científico... principalmente a parte de línguas – eu tinha Português, Francês, Inglês, Latim, Espanhol – so-

ciologia, filosofia, história, geografia. Não só tínhamos isto como literatura, também. Então isto foi abrindo, não só para mim, como também para a turma. (Entrev. 2)

Então nessa época eu já ia para um clube, começava a querer jazz, a querer Literatura, a querer isso, a querer aquilo, a sair, a ir ao teatro, ao cinema, e passei a estudar pouco. Ativa, fazia parte dos grupos... Além do Pedro II ser um colégio que me falava de liberdade, de estudos diferentes, de coisas diferentes, me dava um novo horizonte. Na época se falava muito também do Colégio de Aplicação. (Entrev. 10)

Eu não pensava em casamento, não pensava em constituir família nenhuma, não pensava em me formar professora, não pensava em nada disso... Na Zona Sul estavam os teatros, cinemas, estava tudo o que acontecia, estavam os bailes que eu gostava. Então, eu vivia olhando, estudando e vindo para a Zona Sul para poder participar de todos os movimentos. (Entrev. 10)

Nessa época se falava muito em sexo livre, nisso ou naquilo. Então, claro que havia um choque, porque a expectativa dos pais era uma família e a minha geração, os meus colegas – eu vou falar do Pedro II, porque foi lá onde tudo começou, mesmo a nível de Ginásio, nós – a maioria dos meus amigos – não éramos contra a família, nem queríamos deixar de constituir, ou não – mas não era um fator preponderante. Todo mundo queria estudar e modificar o mundo. Não é que fossem contra a família, ou a favor. Eu, muito cedo, já no clássico, assumi minha sexualidade gay. (Entrev. 10)

Não assumi agressivamente, simplesmente comecei a namorar uma moça, uma colega de turma. Eu nem queria, ela era muito minha amiga. Mas ela queria. Aí eu fui e tal. E aí fui descobrindo. Eu namorava também rapazes. Eu não era uma pessoa homossexual naquele sentido fechado, mas eu achava que o sexo deveria ser praticado. (Entrev. 10)

Então, eu resolvi – não coloquei no microfone –, mas agi naturalmente com isso. Escrevi sobre isso e não cheguei a ter problema nenhum no Pedro II por conta disso. (Entrev. 10)

Na leitura dessas falas, observamos haver, quase sempre, um silêncio sobre o corpo. No entanto, a mudança corporal é vivida na adolescência como uma invasão súbita e incontrolável de um novo esquema corporal que modifica a posição desse adolescente frente ao mundo externo e o obriga a procurar novas pautas de convivência. O adolescente se torna então um campo propício para os conflitos dos outros, para alguns aspectos doentios do meio em que vive.

Daí nossa preocupação em chamar a atenção para a importância do processo de formação para a identidade adulta e de como muitas jovens universitárias aos 17, 18 anos de idade estavam ainda, nos anos 60, numa fase adolescente. Essa jovem terá de elaborar muitos lutos: o luto pelo corpo infantil perdido, o luto pelo papel e identidade infantis, o luto pelos pais da infância e o luto pela bissexualidade infantil, num processo dificultado pela conjuntura social e política que se instala após o golpe de 64.

Apenas uma das entrevistadas *foge* ao projeto *materno*, ao dever-ser de mulher, quando se assume enquanto *gay*, mas há marcas simbólicas nesse seu discurso

que merecem ser elucidadas quando ela diz, por exemplo, “eu nem queria, mas ela queria”, como se justificando. Adiante também nos afirma que “não coloquei no microfone, mas agi naturalmente”; “escrevi sobre *isso* e não cheguei a ter problema por conta *disso*”. *Isso* é a sua identidade *gay*, em que ela age *naturalmente*, não tem problemas, mas precisa escrever e defender-se. O uso da palavra *isso* vem substituindo muitas vezes a identidade sexual:

A minha mãe soube e começou a me agredir, colocando reportagens do jornal: ‘Mulher é morta no Alfredo.’ Eu achei aquilo um verdadeiro absurdo. Falei com ela que com a minha vida sexual ninguém tinha nada a ver. Ninguém! Ela disse que tinha sim. E chorava e fazia um escândalo. Eu chamei meu pai. E meu pai disse que realmente com a minha vida sexual ninguém teria nada a ver. (Entrev. 10)

Eu estava sendo invadida. Então resolvi e no final do clássico saí de casa. Com o dinheiro de minhas aulas particulares, aluguei um microapartamento na Joana Angélica, fui viver só. Mas saí bem com a família, falando bem com eles e tudo. E eu disse para minha mãe que a frustração que ela tinha, a depressão que ela tinha, infelizmente seria dela, a vida inteira. Mas que ela não alimentasse expectativa, porque eu podia até casar, não era contra os homens, eu namorava homens, quer dizer, eu tinha uma sexualidade – não vou dizer normal – mas eventual com alguns colegas rapazes. Agora, minha preferência, por isso ou por aquilo, ia se definindo. (Entrev. 10)

A entrevistada se apropria algumas vezes da representação de sua mãe sobre sexualidade, ao dizer não

ser *normal*, que podia se casar e namorava homens, mais uma vez se utilizando de uma fala justificadora. Sua fala é também reveladora de como a política, assim como o trabalho e os livros servem de refúgio para jovens mulheres dessa geração. Essa fuga, de certa forma, *protege* essas mulheres do seu próprio corpo e de sua própria sexualidade. Como nos diz a entrevista 10, as próprias pessoas engajadas nos partidos políticos eram muito conservadoras e o sexo era um tabu.

O conhecimento de mundo coincide na maioria das vezes com a explosão da adolescência, o que torna essas jovens mulheres bastante vulneráveis a sonhos, utopias e paixões coletivas que vão movimentar o início dos anos 60. A maioria dessas mulheres terá apenas 17/18 anos de idade em 1964, quando ocorre o golpe militar; portanto ainda não totalmente saídas do que podemos definir como adolescência.

Quando afirmo simbolicamente ser essa uma geração-flecha, sagitariana, varada em pleno vôo, tomo como um dos referenciais constitutivos dessas mulheres sua adolescência bastante tumultuada pela conjuntura nacional, o que influenciará de maneira marcante a formação de suas personalidades.



Política, uma Religião, uma Febre

Passo agora às nossas investigações sobre as representações de política que habitaram o imaginário feminino desse tempo.

Na circularidade de culturas, da moça suburbana; daquela que foge da Zona Norte porque tudo acon-

tecia na Zona Sul; da que é negra e proletária mas vive na Zona Sul e por isso se considera diferente; e da outra em que seu mundo era a aldeia, na Zona Rural. Vamos olhar essas diversas mulheres.

Há pontos de interseção entre as representações de mulher, de mãe e de professora com as representações dos conceitos de trabalho e de política, e de como o Colégio Pedro II, o Colégio de Aplicação da UFRJ, a Faculdade Nacional de Filosofia e a Faculdade Nacional de Direito foram locais políticos muito importantes, assim como os colégios Estaduais Brigadeiro Schorrt e Liceu Nilo Peçanha.

Seleciono, do universo ideológico e utópico que povoa esses jovens imaginários, algumas marcas de sua representação sobre política, que vem quase sempre associada à representação de revolução e desejo de reformas totais:

Nós entramos para o 2º grau (éramos um grupo) em 63. Entramos para a faculdade quando estava aquela ebulição muito grande, naquele movimento antes do golpe de 64. Ali eu levei um susto, porque não conhecia política. Só sabia de política o seguinte: Getúlio Vargas era o máximo, a UDN era a pior coisa possível. (Entrev. 2)

Eu só fui saber das coisas em sessenta e tantos. Havia os grupos e, como a gente não tinha uma consciência partidária muito forte, eles ficavam puxando. Havia a linha chinesa, linha isto, linha aquilo. Eu não tinha noção, em 68 é que eu fui tomar noção deste movimento de Partido, apesar de nunca ter entrado em nenhum partido. (Entrev. 2)

Eu era muito ativista, dada com os colegas. Tinha uma forma de lidar com eles muito grande. Em

momento de greve, eles diziam: 'vai lá e convence a turma.' Aí chega um ponto em que a gente diz: 'isto daí não é consciência.' (Entrev. 2)

Mais tarde, bem mais tarde, eu pude ver que a gente formava uma elitezinha – se é que a gente podia chamar de elite –, mas era um grupo. Só que a gente dimensionava este grupo como se o negócio abrangesse o Brasil inteiro, quando na realidade abrangia um grupo bastante limitado. Neste próprio grupo havia pessoas que iam por ir, estava na moda, coisas deste tipo. E hoje vejo que estas pessoas estavam na moda mesmo. (Entrev. 2)

Todos nós líamos tudo, Gide, Sartre, Camus, tudo. Era o existencialismo em sua totalidade, mas não havia a tônica da depressão. A depressão era meio literária, porque na verdade nós tínhamos muita vontade de viver e modificar. Então, era uma depressão romântica, mas não era levada aos extremos, porque tínhamos muito o que fazer. Primeiro, a revolução; segundo, mudanças de costumes, mudanças éticas, não havia tempo. (Entrev. 10)

Tinha que ler, eu tinha que ler Marx, Marcuse, Trotsky, eu tinha que falar sobre isso, tinha que escrever sobre isso, embora não filiada a nada. Eu não vivia em aparelhos. Levava uma vida diferente. Estudava, ia a shows, a teatro, escrevia, mas também estava engajada nessa revolução, embora não tão participante. (Entrev. 10)

Durante o meu período da faculdade não deu tempo de eu questionar a escola pública porque era

tanta reunião, tanta briga, tanta divergência, tanta coisa, pelo menos até 68, que a gente viveu, que não deu tempo prá ficar questionando essas coisas. Eu questionava era a estrutura do país como um todo, não era que a coisa fosse menor, mas não dava tempo! A gente tava com um questionamento maior. (Entrev. 6)

Eu queria implicar com o Partido Comunista, quer dizer, o que era verdade, o que era o dogma para a família, eu queria contestar. (Entrev. 5)

Minha avó era uma mulher muito forte, era getulista doente. Meu avô era oficial da Marinha, era brigadeirista. Eu tinha quatro tios do Partido Comunista, todos irmãos de minha mãe. Eu não entendia porque eles viviam presos, se eram pessoas maravilhosas. Esta ligação com a esquerda está em minha casa. Mas não está arrumada na minha casa, ela está diluída – eu tenho umas idéias a respeito da injustiça social, mas isso não é coisa que até minha adolescência me mobilizasse. (Entrev. 3)

Eu achava que o pessoal do Grêmio, que era do Liceu, por exemplo, que tinha um grupo comunista do 2º grau lá dentro, era muito chato. Então, eu não gostava, achava as pessoas muito sisudas, falando de coisas pesadas! Eu era da turma que gostava de teatro, que gostava das artes plásticas e eu era meio insubordinada àquele esquema. (Entrev. 3)

Então, a gente ouvia, por exemplo, um Wladimir Palmeira, a gente ia atrás dele sem discussão, né? (Entrev. 1)

Nós não tínhamos espaço para reunião. Nós tínhamos os nossos olheiros. Não havia, dentro da universidade, um espaço para isso. A gente se reunia nos lugares escondido, e aí era aquela coisa nervosa, aquela coisa de sufoco mesmo, de ansiedade e que não levava a gente a uma reflexão mais profunda. Quer dizer, a gente não tinha tempo para refletir e era uma ação em cima da outra. (Entrev. 1)

Os olhares sobre as marcas simbólicas presentes em todas essas falas talvez nos ajudem em algumas de nossas inquietações como mulheres, professoras e cidadãs. Um dos aspectos ressaltados no levantamento dessas representações sobre política é uma reflexão acerca de duas das principais marcas míticas e emblemáticas para aqueles/as jovens ginasianos e secundaristas, ainda adolescentes: o Pedro II e o Colégio de Aplicação da UFRJ (CAP).

O fato de o CAP ser localizado na Lagoa, Zona Sul do Rio de Janeiro, não ter filiais e possuir poucas vagas, fez com que sua ação, embora igualmente marcante e também caracterizada como espaço de excelência, não tivesse o mesmo poder formador para essa geração, já que ficou restrita praticamente aos jovens da Zona Sul.

Aqui temos de estabelecer relações entre essa representação de escola de *excelência* e do dever-ser da educação, pois esses mitos eram baseados em sistemas de avaliação meritórios e extremamente excludentes, o que contradiz, de certa forma, o discurso democrático e coletivo de muitas dessas lideranças estudantis da época.

Essa mesma marca simbólica e mítica está referida à Faculdade Nacional de Filosofia ou à Faculdade Nacional de Direito e principalmente ao Caco, seu Centro Acadêmico. Essa porta de entrada é também emblemática e o desafio representado pelo vestibular a essas faculda-

des consideradas as melhores traz também o significado de ingresso num novo mundo mais politizado. Por outro lado, vamos detectar dois momentos dessa vida universitária: um que se estende mais ou menos até 1966 e outro de endurecimento, de cassação e expulsão de professores e alunos, instaurando a lei do silêncio neste universo estudantil.

Algumas marcas simbólicas estão presentes nas representações dessas mulheres nos anos 60. A política surge numa relação dicotômica com o prazer, a criação e a ludicidade. Por outro lado, a formação política e ideológica vem quase sempre impregnada de certezas e verdades dicotômicas.

Devemos fazer ainda mais alguns recortes porque três tipos de professora habitam este imaginário feminino de época: a do jardim de infância, a do curso primário e a do 2º e 3º graus. No jardim de infância e no primário, a representação de professora está associada à representação de mãe, da casa, da família, do espaço doméstico. Os professores/as do 2º e 3º graus são representados mais profissionalmente e com uma função mais politizadora. Cabe-nos aqui ressaltar que é justamente a partir do 2º e 3º graus que a profissão começa a ter mais homens em suas fileiras. Dois caminhos se abriam para as jovens militantes: um para as secundaristas, nos grêmios estudantis e universitários, nos Diretórios e Centros Acadêmicos, e outro de profissionalização política, bastante comum, quando os jovens estudantes tornavam-se estudantes profissionais, optando quase sempre pela partidarização. Uma terceira opção de militância era a adesão a grupos artísticos e culturais, nos quais os jovens se sentiam igualmente engajados na luta pela revolução e por reformas totais. Logo, os mitos mais presentes nos sonhos e utopias dessa juventude quase adolescente serão a

liberdade e a revolução, que vêm de certa forma associados em algumas falas reveladoras/desveladoras.

Desta forma, essa geração feminina constrói sua identidade contingencial de época baseada no trabalho e no dever e se torna uma geração-cabeça ligada ao ativismo político mais do que ao corpo. Essa mulher que começa a dar os primeiros passos na assunção de sua sexualidade só aceita o sexo por amor e a política como uma questão ideológica que era quase religiosa, era aquela febre.

Desta forma, a dialética e o sexo estiveram presentes mais no discurso dessa geração e menos na prática cotidiana que relaciona trabalho, política e prazer, como nos apontam as reflexões sobre a dialética do prazer.

Os limites e o moralismo nos acompanhavam em sucessivas críticas, autocríticas e jogos da verdade que tão bem deixam transparecer certezas e verdades que povoavam nossos corações e mentes, algumas vezes nos isolando em guetos político-ideológicos. Os sonhos e utopias desta geração e seus ditos emblemáticos de paz e amor e *"hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás"* nos assombram hoje em nossa perplexidade perante a violência crescente de algumas *tribos* de jovens dos anos 90.

Uma de nossas entrevistadas regressa do Encontro de Mulheres na China acreditando na força e na esperança femininas de outras tribos que talvez vislumbrem, no seu porte, olhares e gestos mais fraternos para esse milênio que se inicia:

Foi muito bom ter ido a Pequim. Senti que o movimento de mulheres, que a luta de gênero estão assumindo, no mundo inteiro, um significado especial, mas para quem já tinha ido, em 54, a um Congresso em Lausanne, na Suíça, juvenzinha, com cerca de 400

delegadas, e vê 35 mil mulheres, as mais variadas, posturas as mais variadas, as lutas mais diversas...

A luta das mulheres homossexuais e bissexuais me chamou muito a atenção... porque questão do diferente, hoje, está realmente na tônica dos movimentos.

A luta das mulheres russas, com a Rússia passando os momentos difíceis, e elas presentes lá, como delegadas. O depoimento de uma delas na plenária, no Centro de Convenção, onde falou sobre a questão da paz contra a guerra da Chechênia, em que ela mostrou quem era Boris Yeltsin.

Mulheres da Ásia, da Polinésia, da África. Eu senti que a luta pela condição feminina, pelos direitos da mulher, pela saúde reprodutiva, pela questão da sexualidade como algo fundamental, significativo, eu acho que estão dando um toque especial a essa entrada no 3º Milênio. Apesar ainda de atrasos, dos absurdos que as muçulmanas sofrem...

Aqui estamos nós, nos anos 90. Qual a nossa tribo? A dos partidos políticos, das ONGs, dos funkeiros, dos internéticos? Terão sobrevivido em nós velhos mitos e utopias dos anos 60?

Das Aldeias Indígenas à Navegação Via Internet

Ao longo deste trabalho, tentamos unir pedaços do quebra-cabeças com o qual convivemos em nosso

cotidiano, cheio de ambigüidades e contradições. Dos anos 60 aos anos 90, uno os retalhos da professorinha que sai de madrugada de Copacabana para a escola de favela na Avenida Brasil; da professora de História que se inquieta com silêncios/não-ditos do passado censurado pela representação; da angústia presente das perspectivas desse futuro nos anos 90; e da orfandade da palavra jornalística. Todos esses caminhos e descaminhos caleidoscopicamente sobrevivem em nós, nesse gênero feminino.

Essa nossa história de esquecimentos à brasileira se inicia com os colonizadores brancos negando o passado, a memória e as mulheres. E assim se forma nosso discurso fundador em que é plantado o signo do novo em nossos imaginários. A miscigenação racial traz a negação e o não-reconhecimento do diferente, legitimado pela cruz e garantido pela espada.

As instituições religiosas e militares se encarregam de construir o *novo* Brasil, e não será por acaso que as primeiras escolas serão religiosas e/ou militares. Cá estamos nós nos anos 90. Uma nova Lei de Diretrizes e Bases está para ser aprovada e ainda discutimos e temos dúvidas se as escolas militares e/ou religiosas devem ser mais uma vez protegidas por essas leis. Como um exemplo atual, citaria as escolas particulares de Niterói, capital do antigo Estado do Rio de Janeiro, com 60% de seus estabelecimentos privados de origem religiosa e isentos de todos os impostos, enquanto várias crianças não têm garantida uma vaga na escola pública.

A cruz e a espada, signos da guerra nos primórdios desse Brasil Colonial, vêm se mantendo ao longo do Império e da República através de *lobbies* poderosos que em 1997 continuam disputando reféns e recompensas. E onde estão aqueles que sobreviveram a seu tempo? Reféns de ideologias e utopias? Ou buscando recompensas?

Talvez perplexos, pois em meio a tanta miséria e ignorância até conseguimos eleger presidente, governadores, prefeitos, deputados, senadores, numa realização perversa dos sonhos dos anos 60. No entanto, nos deparamos hoje com uma realidade de maior injustiça social.

Muitos de nós embarcaram nas naus da descoberta do novo, do desconhecido, que, para alguns não será o Velho Continente, mas a América que deu certo, a Miami de brasileiros e cubanos, que abriga dos órfãos de Fidel ao órfão do *impeachment*, o ex-presidente Fernando Collor.

Terão sobrevivido velhas utopias, nesses tantos outros e outras que resistiram ou tombaram ao longo do caminho e descaminho dos anos 60 aos anos 90? Levanto novas questões inspiradas nas ideologias e utopias que, num primeiro momento, formaram o imaginário das mulheres por nós pesquisadas, isto é, o que elas aceitavam como bom ou mau numa geração dicotômica, do certo e do errado.

Quais os valores adotados a partir de suas identificações políticas, sociais e culturais que originaram suas subjetividades? E, por fim, quais os outros e outras que ignoramos? Por que não procuramos conhecê-los/las? Quais os sentidos de tantos esquecimentos e desconhecimentos? Giremos o caleidoscópio.

Como construir essa nova relação entre o homem e a mulher no século que se anuncia? O fim do patriarcado ocorrido velozmente nas últimas duas décadas pode ter infringido ao sexo masculino sua maior derrota histórica, assim como para Engels o patriarcado teria representado a maior derrota histórica das mulheres. Logo, o dever-ser da mulher e da educação a caminho do século XXI exige novos caminhos e descaminhos nesse recommençar do jogo. Agora estamos empatados. Não temos res-

postas, mas, quem sabe, formulamos perguntas que já vislumbram atitudes mais democráticas. Nossos olhares prismáticos e refratados sobre a realidade múltipla percorrem caminhos que indicam pistas para a continuação desse jogo acadêmico de reflexões, categorias, palavras. Um outro acontecimento, a fusão dos dois ex-Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (1975), nos desprograma culturalmente, arrancando raízes, nos homogeneizando em nome do novo Estado que se forma. Ainda temos saudades da Guanabara, e a ponte Rio-Niterói não conseguiu unir corações e mentes de duas culturas tão diversas, aparentemente unidas pela caneta do legislador.

Terão Zumbi e Dandara sido libertos pela caneta áurea da princesa? Terão os povos do interior e da Baixada sido libertos pela fusão? Integração e fusão, como diz Baudrillard, é obsessão desses novos tempos. Depois que silenciámos e separamos, nos demos conta de que a maioria silenciosa, até porque é maioria, tem de falar e ser integrada, a quem?

Teremos nos apercebido, ao longo do caminho, de que os descendentes dos índios e de Zumbi e Dandara se refugiaram nos quilombos dos morros? Teremos nos apercebido de que a garota de Ipanema dos anos 60 como a Xuxa dos anos 90 são signos de um mesmo mundo, branco, colonizador e primeiro-mundista? Teremos nos sensibilizado com as *Diolindas*, signo desse mundo novo que mantém capitânias hereditárias e sesmarias, negando terra a seus primeiros habitantes?

A recompensa moderna não são esmeraldas, ouro ou rubis. São votos. Hoje as novas esmoladas vêm em forma de bolsas de alimento ou vales por um litro de leite. Mas já dizia Luiz Gonzaga, para um homem que é são, a esmola ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão. Muitos

vícios são semeados na cultura do jeitinho. O colonizador branco também trouxe as drogas, entre elas a corrupção administrativa que se instala, para ficar, com a corte de D. João VI.

Das aldeias indígenas à navegação via Internet, cá estamos nós nos anos 90. Criador e criatura, perante o impasse de nossas múltiplas diferentes identidades. As tribos estão voltando e algumas têm as caras pintadas. Sempre pensamos como a antiga tribo dos *hippies* que devemos nos pintar para o amor e para a guerra, dois rituais de celebração de passagem; um para a vida, outro para a morte.

Serão as mulheres dos anos 90 uma nova tribo, como o foram os jovens nos anos 60? Será o ecofeminismo dos anos 90 descendente da tribo *hippie* dos anos 60? Outras tribos de cristãos e leigos discutem o fim do mundo num tom apocalíptico, quando nos anos 60 acreditávamos que revoluções salvadoras transformariam o mundo num paraíso de justiça social. Mais uma vez a dicotomia entre guerra e paz atravessa décadas, séculos, milênios e surpreende velhos fantasmas com sua permanência.

Quem serão nossos outros e nossas tribos no caminho/descaminho dos anos 90? Quantos muros ainda nos restam derrubar? Estarão a escola e os educadores envolvidos nesse novo cotidiano urbano de violência?

A massificação e a conseqüente homogeneização trazida pela sociedade de consumo e pela indústria cultural eliminaram diferenças e muitas vezes impediram o espaço do diverso, destruindo identidades locais e regionais. Das aldeias indígenas à navegação via Internet, mudaram as estratégias mas não nos libertamos de antigas opressões que vêm construindo culturalmente nossas relações cotidianas nesses diversos brasis.

Comecemos pela Escola



Nos anos 60, a diversidade dos grupos políticos era identificada com os espaços físicos, como, por exemplo, a famosa geração Paissandu, o Beco das Garrafas e o Solar da Fossa, espaços culturais e artísticos localizados na Zona Sul da antiga Guanabara. A bossa-nova e outros movimentos musicais nascem coletivamente nesses espaços públicos. O discurso de nossas entrevistadas comprova essa efervescência política e artística vivida nessa época. Hoje paira sobre nós uma tentativa de homogeneização perversa que impede o diferente de sobreviver. Tudo deve ser banalizado, dessacralizado, consumido.

O sexo também se banalizou e a atual geração é a do “ficar”, no presente. Não faz projetos futuros, pois o importante é aqui e agora, e é descartável. Talvez essa seja uma nova armadilha para uma geração que libertou sua sexualidade devido às lutas dos anos 60, inegavelmente uma das vitórias de todo aquele processo.

Naqueles anos, falávamos e discursávamos sobre o amor livre, mas percebemos que não foi tão fácil liberar nossa sexualidade porque fomos muito mais uma *geração-cabeça*. Cultuamos as idéias, o tipo feio, mas charmoso e inteligente, e não propriamente a beleza física. Dicotimizamos mais uma vez: cabeça e corpo, trabalho e prazer, esquerda e direita.

Falamos do corpo mas não o priorizamos, pois não havia tanto tempo para o prazer, uma vez que tínhamos de salvar o proletariado. Essa visão romântica da revolução atinge também a educação, que, para nós, teria também uma função salvadora. Embora essa geração discursasse sobre a dialética e sua práxis, foi muito mais uma geração da prática e do ativismo.

Éramos a geração do “para sempre”, fazíamos projetos para o futuro e confiávamos em verdades e certezas. Assumimos a política religiosamente e trocamos de deuses. Já nos anos 90, todos os mitos são dessacralizados e banalizados. Os muros foram derrubados junto com ilusões e utopias do passado.

Em qual tribo estaremos? Quem sabe numa tribo virtual assistindo em cores pela TV a guerra do Golfo como se fosse um *trailer* do filme Guerra nas Estrelas III, ou IV, ou realmente mais uma guerra entre tantas, banalizada por um cotidiano cada vez mais violento!

Fomos a geração da palavra agitadora, crítica, consciente, alienada, politizada e politizadora. Hoje nos vemos entre tantas perdas, órfãos da palavra que se banalizou, perdendo, muitas vezes, os sentidos, tornando-se apenas imagem e perdendo, outras vezes, a essência da verdade daquela década. Um outro monstro colonizador agride nossa indianidade. São as telas virtuais, esse novo olhar frio, colorido, mágico, que, fantástico, nos controla, passivos no conforto de nossas poltronas. A tela une-se à cruz e à espada construindo novos discursos fundadores sobre nós.

Iniciamos esse vôo identificando uma geração feminina nos anos 60 que tinha nos livros um grande companheiro. Essa geração da palavra agitadora se diferencia da dos jovens atuais, cujo mundo está nos botões e nos controles remotos e não nas páginas amareladas pelo tempo. Nossa palavra era mais constante e envelhecia conosco, em livros de cabeceira ou mesa de estudo e trabalho.

Os novos aparelhos da palavra imagética são descartáveis e se aperfeiçoam a cada novo modelo, que impõe soberano sua sedução sobre o novo leitor/consumidor dos anos 90. Esse é um dos outros com quem temos de aprender a conviver dos anos 60 aos anos 90. A

tecnologia impõe-se como tempo forte em lugar da ciência. Cada vez mais, o invólucro toma lugar nesse mundo de imagens e ilusão, que tem pressa e obsessão pela troca, pelo novo e descartável. O conflito guerra X paz dos anos 60 no Grande Rio é substituído pelo conflito dual nos anos 90 da violência X segurança. Os antigos adversários políticos eram militares, capitalistas ou comunistas. Os inimigos dos anos 90 podem ser os pobres e os excluídos.

Podemos estabelecer um paralelo entre diferentes formas de resistência feminina à opressão, seja ao autoritarismo militar dos anos 60 ou à repressão policial muitas vezes velada dos anos 90; repressão que nos repugna neste sistema cotidiano de injustiça social. O sumiço de 11 jovens moradores da Favela de Acari, em 26 de julho de 1990, ganhou manchetes nos jornais, mobilizou entidades nacionais e internacionais, comoveu a então primeira dama da França, Danielle Mitterand, e virou livro. Só não conseguiu fazer a investigação policial andar.

Que fatores terão impedido a escola de estabelecer relações de integração com esses novos olhares imagéticos? Quais as representações e o discurso fundador dessa nova sociedade dos anos 90 sobre o modo de ser da mulher e da educação? Novos atores e atrizes compõem essa moderna sociedade civil. Perdemos a exclusividade de nosso gênero na função de educar, repartida hoje com a TV, os movimentos populares, ONGs, sindicatos, igrejas etc. Um novo modo de ser da escola e da educação necessita urgentemente ser repensado.

O modelo de escola pública dos anos 60 faliu. A *nova* escola ainda não teve definido seu papel de coadjuvante em uma sociedade múltipla e fragmentária onde chovem informações, via satélite, em módulos, à distância, interneticamente. Como responderá a velha escola a essa virada de milênio?

Salas de cinemas e teatros encerram cada vez mais suas portas coletivas e culturais e nos enclausuramos frente a vídeos e aparelhos de televisão. Cada vez mais fugimos da rua, que nos ameaça. A rua e o espaço público que conquistamos ao longo desses trinta anos nos fogem mais uma vez. O heterogêneo, a multiplicidade de vários espaços públicos de lazer, acessíveis às classes populares e à pequena classe média, cada vez mais desaparecem.

A mulher-cabeça dos anos 60 troca o antigo papel de Amélia, que achava bonito não ter o que comer, pelo de supermulher, e, em muitos casos, se torna a cabeça do casal. Perdemos, assim, nossa função primeira – educar –, e, como éramos o principal agente da escola, essa instituição social também sofre caminhos e descaminhos.

Não somos mais as dóceis e casadouras professorinhas. A mulher dos anos 90 exige outras relações em seus papéis sociais, com o homem, os filhos, ou como professora. Já é tempo de a escola despertar para a questão do gênero e incorporá-la às suas preocupações.

A mulher plural que surgiu da diversidade de suas funções domésticas e públicas se vê perante um homem no singular, educado para ser soberano e guerreiro, perder ou ganhar. Enquanto isso, a mulher faz e refaz a teia numa paciência histórica mais de esperas do que de certezas, pois afinal Ulisses poderia não voltar. Estará nossa escola atenta à urgência dessa questão? Ou mantém o velho discurso dicotômico de um masculino/feminino construído cultural e preconceituosamente?

Destacaria, nessa perspectiva de um modo-de-ser da mulher e da educação, algumas pistas que nos parecem importantes: em primeiro lugar, o fato de o discurso das mulheres ter despontado cada vez mais como

uma força no campo acadêmico e ter conseguido se impor como tendência teórica inovadora e de forte potencial crítico e político; a consolidação do pensamento feminista num momento em que se apregoam o fim da ideologia e a ineficácia das contestações nos fornece uma trilha para a compreensão das questões contemporâneas; e, por outro lado, a *feminização* do homem tem um caráter pedagógico que merece ser registrado. Se hoje a mulher vai à luta, o homem finalmente pode chorar.

No Grande Rio, uma das principais utopias é a tolerância, já que começamos a perceber que temos de conviver com verdades e certezas estranhas a nós. Se quisermos sobreviver à velocidade multifacetada deste novo tempo, teremos de sinalizar para essa lição primeira da democracia que é o aprendizado da convivência com o diferente. Em nenhuma outra cidade do Brasil se coloca de forma tão clara a urgência não de integrar o diferente, mas de aceitá-lo e respeitá-lo, nesse cotidiano de cidade partida.

Estarão nossas escolas e educadores trilhando caminhos de aprendizado para a construção dessa tolerância? Da ex-capital federal dos anos 50 à ex-capital da Guanabara dos anos 60-70, até os dias de hoje, muita coisa mudou. Dos sectarismos políticos e maniqueístas dos anos 60, nos deparamos hoje com as tribos de curta duração dos anos 90.

Precisamos repensar antigos olhares sobre algumas questões como o conflito entre individualidade e individualismo, autoridade e autoritarismo, os papéis contemporâneos das instituições escola-família e o mito eterno da liberdade e da democracia, rerepresentados. Essa democracia não será proclamada, como a República, de cima de um cavalo, pelos militares. Precisamos construí-la na

convivência do cotidiano de nossas diferenças e ambigüidades. A educação e a escola têm uma contribuição importante nesse processo.

Trilhamos caminhos e descaminhos desses anos 60 com nosso olhar feminino, tentando identificar ideologias e utopias dessas mulheres universitárias do Grande Rio. Alguns mitos e utopias dos anos 60 permanecem: mito da liberdade, da paz, da igualdade social. Hoje sonhamos mitos e metas de democracia – sem revolução – e de uma sociedade civil organizada que seja capaz de construir sua cidadania.

Tanto na guerra da Bósnia como na guerra civil que vivemos no Grande Rio, as maiores vítimas são quase sempre os excluídos. Dos anos 60 aos anos 90, as mulheres enfrentam a guerra urbana, na qual coexistem vários brasis e tantas tribos. Os dois grandes mitos percebidos ao longo deste trabalho – a revolução e a liberdade – envelheceram.

Os atuais mitos e metas de paz e liberdade constituem uma defesa contra o tempo e sua usura, visto que o mito sacraliza a história a qual se opõe, por pertencer à categoria do eterno. Assim, o mito nos reinstala na realidade mascarada pelo nosso tempo, um tempo profano, relativo e mortal. Desta forma, são as imagens e os símbolos que conservam abertas as culturas.

A importância dos mitos, dos símbolos e das imagens não se dá só pelo conhecimento do homem e seu destino, mas, principalmente, para sua regeneração. Indico simbolicamente duas figuras femininas desse tempo plural, em que o novo e o velho nos parecem às vezes trocar de personagem.

A princesa inglesa Diana, num moderno conto de fadas, contracena com bruxas, amantes e a coroa britânica. Diana foi a escolhida porque era virgem, protestante, de família nobre e também professora do jardim de infân-

cia. Casou-se aos 19 anos de idade com o *príncipe encantado*. Hoje, separada, no primeiro caso registrado pela monarquia, choca a família real quando expõe na mídia o cotidiano de sua vida conjugal; por outro lado, Diolinda-algemada é *atirada* aos cães, porque identificada com seu marido, líder do movimento dos sem-terra.

Dois mitos e metas: monarquia e reforma agrária, dois modelos velhos e cansados, que só o tempo dirá se plenamente esgotados. Como o discurso fundador dos anos 90, ficam as algemas de Diolinda e a coroa de Diana. O novo está no silêncio rompido pelo grito e pela dor feminina que hoje invadem em cores e a cabo os corações e mentes dos anos 90.

Como identificar nossos outros/as entre algemas e coroas? Quais os muros que ainda precisamos derrubar?

Começemos pelos muros da escola.

Referências Bibliográficas

ANSART, Paul. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1978.

BACZKO, Bronislaw. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BADINTER, Elisabeth. *Um é o Outro: Relações entre Homens e Mulheres*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

BARBIER, René. Sobre o Imaginário. In: Educação e Imaginário Social: Revendo a Escola. Coleção Em Aberto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* 61:15-23, 1994.

BAUDRILLARD, Jean. *As Estratégias Fatais*. Lisboa: Estampa, 1990.

—. *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*. Lisboa: Edições 70, 1981.

BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOFF, Leonardo. *O Rosto Materno de Deus*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 1987.

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos: (Mitos, Sonhos, Costumes, Gestos, Formas, Figuras, Cores, Números)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

DE MORAES, Vinícius. *Para Viver um Grande Amor*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1962.

ESTÉS, Clarissa. *Mulheres que Correm com os Lobos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FARIA, Lia Ciomar Macedo de. *A Questão Feminina no Movimento das Contradições da Escola Pública do Rio de Janeiro e/ou: Quem é esta Mulher que se Torna Professora?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1989 (Dissertação de Mestrado).

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

FREITAG, Barbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.

FREUD, S. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

—. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

—, *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HERINGER, Rosana. Mulher e Espaço Público: Uma Díficil Equação. *Mujer Fempress* 122:9, 1991.

HOLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). *Tendências e Impasses: O Feminismo como Crítica da Cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

IMBERT, Francis. Imaginário e Simbólico no Campo Educativo: A Questão do Indivíduo. In: Educação e Imaginário Social: Revendo a Escola. Coleção Em Aberto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* 61:90-106, 1994.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

—, *Lógica Formal, Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEFORT, Claude. *As Formas da História*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

MAFFESOLI, Michel. *O Tempo das Tribos: O Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

- MARTINS, Luciano. A Geração AI-5: Um Ensaio sobre Autoritarismo e Alienação. In: Araújo, Braz J. de. (Org.). *Ensaio de Opinião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. II, 1979. pp. 73-105.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- MÉSZAROS, István. *Marx: A Teoria da Alienação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.
- MICHEL, Andrée. *O Feminismo: Uma Abordagem Histórica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1982.
- MORIN, Edgar. *Para Sair do Século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- NORA, Pierre. O Retorno do Fato. In: Le Goff, Jacques & Nora, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979. pp. 179-193.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *Elogio da Diferença: O Feminino Emergente*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1993.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A Linguagem e seu Funcionamento: As Formas do Discurso*. Campinas: Pontes Editores, 1987.
- . *Discurso e Leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- . *Discurso Fundador: A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas: Pontes Editores, 1993.
- . Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. In: Educação e Imaginário Social: Revendo a Escola. Coleção Em Aberto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* 61:53-59, 1994.

- PERROT, Michelle. A Mulher e o Espaço Público. *Revista Brasileira de História* 9(18):9-18, 1987.
- PESSANHA, José Américo. Leila Diniz, Liberdade e Subjetividade. *Estudos Feministas* 2(2):495-496, 1994.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos* 3 – Memória. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- SODRÉ, Muniz. Álbum de Família. In: Novaes, Adauto (Org.). *Rede Imaginária: Televisão e Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. pp. 222-228.
- TEVES, Nilda. *Imaginário Social e Educação*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.
- TEVES, Nilda & EIZIRIK, Marisa Faermann. Imaginário Social e Educação. In: Educação e Imaginário Social: Revendo a Escola. Coleção Em Aberto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* 61:5-14, 1994.
- TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: A Questão do Outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- VENTURA, Zuenir. 1968: O Ano Que Não Terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- . A Sucessão: Reflexões para o Futuro. *Veja 25 Anos*. Edição Especial. São Paulo: Abril Cultural, 1993.
- . *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Este livro foi diagramado no Page Maker 5.0
Em formato 140 X 210mm
Tipologia: AvantGarde Bk Bt (texto)
Impact (Subtítulos)
AvantGarde Bk Bt - negrito estendido (capitular)
Metrostyle Extended (numeração de páginas)
Fotólito da capa: Dressa Color
Impressão e acabamento: Gráfica Kodagraf



Não encontrando este livro nas livrarias, pedir pelo Reembolso Postal à
Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – EdUERJ
Rua São Francisco Xavier nº 524 – sala T-126 – bloco F
Tel.: (021) 587-7788 e 587-7789 – CEP: 20550-013 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

IDEOLOGIA E UTOPIA NOS ANOS 60 UM OLHAR FEMININO



ed
uerj

ISBN 85-85881-29-1



9 788585 188129 0